



Digitized by the Internet Archive
in 2018 with funding from
Princeton Theological Seminary Library

<https://archive.org/details/veritas7419unse>

LAP

VERITAS

REVISTA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO SUL

Pôrto Alegre — Brasil

LIBRARY OF PRINCETON
MAY 26 1988
THEOLOGICAL SEMINARY

SUMÁRIO

CARDEAL AGOSTINHO BEA — O Concílio e a unidade dos cristãos	331
MONS. PIETRO PAVAN — La Universidad, fuerza progresiva de la transformación social	344
DOM JOHN J. WRIGHT — La moralidad social cristiana y el intelectual cristiano	353
PROF. ^a NOTBURGA ROSA RECKZIEGEL — O líder diante do seu ambiente	368
PROF. VIRGINIUS DA GAMA E MELO — O romance nordestino de 1928 a 1961	376
PROF. PAULINO ANTUNES DOS SANTOS — A personalidade ideal — Problemas psicológicos dos tipos de líderes ...	391
SENADOR RAUL S. MANGLAPUS — La Universidad y las instituciones sociales	397
PROF. ^a MARTHA SILVA CARVALHO — Escola e delinqüência .	406
PROF. SIMÃO GOLDMAN — Linguagem das côres	413

VERITAS

Publicação Periódica-Trimestral

EXPEDIENTE:

Diretor-responsável

Irmão José Otão

Secretário

Irmão Elvo Clemente

ADMINISTRAÇÃO

Pontifícia Universidade Católica do RGS — Praça Dom Sebastião, 2
PÔRTO ALEGRE (Brasil)

Preço anual	Cr\$ 500,00
Número avulso	Cr\$ 150,00
Exterior	\$2 dólares
Alunos da Universidade assinatura anual	Cr\$ 400,00

Formas de pagamento: Vale postal, valor declarado ou cheque pagável em Pôrto Alegre.

EDITORA TIPOGRAFIA CHAMPAGNAT
Avenida Bento Gonçalves, 4314 — Pôrto Alegre

VERITAS

REVISTA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO SUL

TOMO VII
N.º 4



1962

Composto e impresso na EDITORA TIPOGRAFIA CHAMPAGNAT

Av. Bento Gonçalves, 4.314 — Pôrto Alegre

Brasil

O CONCÍLIO E A UNIDADE DOS CRISTÃOS

Por S. E. o Cardeal Agostinho Bea.

Convidado pelo Centro Católico dos Intelectuais Francêses, o Cardeal Agostinho Bea, presidente do Secretariado Conciliar para a unidade dos cristãos, pronunciou em Paris, na 23 de janeiro do corrente ano, a seguinte conferência, cujo texto, francês, publicado pela Revista *Informations Catholiques Internationales*, traduzimos para a *Véritas*, Irmão J. B. Camilotto.

É para mim motivo de alegria muito particular o ter vindo conversar convosco sôbre o tema "o Concílio e a Unidade dos Cristãos", tratar dêste assunto ante tão seletto auditório, quando não está longe o grande dia em que o Santo Padre solenemente convocou a grande assembléia que deverá reunir-se no decorrer dêste ano de 1962. Embora de fato êste Concílio não deva ser, como se verá, um Concílio de união "será proveitoso" nos diz o Santo Padre, também "para aquêles que estão separados da Sé Apostólica". O Santo Padre acrescenta o quão feliz se sente ao saber que muitos dentre êstes irmãos separados já prometeram o concurso de suas orações para o bom êxito da importante assembléia. Para isso sua Santidade formula o voto: "Possam produzir-se para a Família Cristã dêstes tempos o que sabemos ter existido em Jerusalém após a Ascensão do Cristo ao céu, quando a Igreja, apenas nascida, na concórdia perfeita dos espíritos, se reuniu em tôrno de Pedro, Pastor dos cordeiros e das ovelhas, e orou com êle".

É nesta atmosfera de ardente oração, ainda acentuada pela Semana da Unidade em curso, que juntos queremos refletir sôbre o que poderá êste Concílio fazer, na situação atual, em favor da Unidade de todos os homens que, pelo Batismo, estão vinculados ao Cristo. Quanto aos Católicos, isto é tanto mais importante, e mesmo necessário, visto que não estarão ausentes do Concílio, mas presentes em seus Bispos, como tão bem dizia recentemente a Assembléia dos Cardeais e Arcebispos em nota doutrinal sôbre o Concílio: "... os Bispos estão presentes no Concílio... não como simples delegados ou representantes do Papa, mas enquanto cabeças de sua Igreja par-

ricular... É assim que por nós, vossos Bispos, todos estareis — sacerdotes, religiosos, religiosas de nossas dioceses, leigos — presentes no Concílio...”

A unidade tornou-se hoje a grande nostalgia, não só no plano nacional e internacional, mas ainda mundial e, por isso mesmo, também no plano religioso. De fato, êste último plano é onde as divisões da humanidade são mais profundas e mais graves em suas consequências. Pois bem, agora não mais se trata da só unidade dos cristãos num mesmo país, numa mesma nação, trata-se da unidade de **Todos** os cristãos.

Na hora atual seu número se eleva a cêrca de 900 milhões, dos quais 500 milhões (52%) pertencem à Igreja Católica Romana, enquanto que os restantes 400 milhões se repartem entre centenas de grupos independentes uns dos outros, chamados “Confissões” ou denominações. O fato que o “Conselho Mundial das Igrejas” abarque, desde a recente assembléia de Nova Dehli, 198 confissões diferentes — é preciso ainda contar bom número de grupos que ficaram fora — êste fato, dizemos, denota o bem triste estado em que se encontra, em nossa época, a unidade de todos aquêles que foram batizados no Cristo. E contudo, não é a vontade do Divino Fundador da Igreja que haja “um só rebanho e um só Pastor”? Foi por esta unidade que êle rezou na véspera de sua Paixão: “Eu (rezo)... para aquêles também que, graças a sua palavra (a dos Apóstolos), hão de crer em mim. Que todos sejam um. Como tu, Pai, estás em mim e eu em ti”.

O desejo da unidade de todos os cristãos jamais se manifestou tão ardentemente como em nossos dias — o movimento ecumênico é disto muito clara expressão — e o segundo Concílio do Vaticano, anunciado pelo Papa João XXIII, vem precisamente responder a êste desejo. Um autor não-católico escreve a êste respeito: “Êste (o Concílio), constitui um estímulo ecumênico providencial. (Seu anúncio) suscitou entre os leigos protestantes do mundo inteiro uma grande esperança”. Êste fato sugere uma dupla questão: de que natureza será o próximo Concílio? Que fará êle em prol da unidade?

I — A NATUREZA DO PRÓXIMO CONCÍLIO

O vivo **interêsse** suscitado no mundo inteiro pelo simples anúncio do Concílio é tão notável que o Santo Padre pôde dizer: Esta atenção respeitosa, mesmo fora da Igreja Católica... Nos consola e nos faz saborear de antemão a alegria da unidade de todos os crentes no Cristo”. O alcance dêste interêsse chama a atenção sobretudo quando recordamos com que frieza — para não dizer hostilidade — foi acolhido pelos não-católicos o anúncio do Primeiro Concílio do Vaticano. O pensamento de participar do Concílio estava então descartado com rigidez, e todo convite foi interpretado como ingerência de Roma no domínio interno das outras Igrejas. Hoje, pelo contrário, o Comitê Central do Conselho Mundial das Igrejas

declarava já em 1959, no dia seguinte ao anúncio do Concílio: "Os dirigentes do Movimento Ecumênico não podem permanecer indiferentes diante deste acontecimento (o Concílio) que terá certamente repercussão sobre as relações das Igrejas entre si". Na recente Reunião de Nova Dehli, o Secretário Geral do Conselho Mundial, o Dr. Visser t'Hooft, citou, não sem compartilhar a convicção do autor estas palavras do Professor Schlink, de Heidelberg: "Seria indubitavelmente de grande importância para o cristianismo e para o mundo que aparecesse evidente, nas decisões que tomarem estas duas assembleias (isto é, o Concílio do Vaticano e a Assembleia de Nova Dehli) que não se reuniram uma contra a outra, que cada uma não busca sua única vantagem, mas somente servir ao Senhor Jesus Cristo".

Face a essas reações favoráveis, podemos perguntar-nos: por que motivos o Concílio suscitou em toda parte estima e interesse?

a) — Impossível contentar-nos a responder sem mais: porque no começo foi considerado por alguns como um "Concílio de União". Seguramente, sua denominação mesma de "Concílio Ecumênico" significa de fato, em nossa terminologia moderna "o que é comum a todas as Igrejas Cristãs" e assim podia deduzir-se das palavras do Papa que ele tinha a intenção de convidar todas as confissões cristãs a um Concílio, a algo semelhante ao que se faz para uma assembleia Geral do Conselho Mundial das Igrejas. Mas tal não era o sentido das palavras pronunciadas pelo Santo Padre. A palavra "ecumênico" é um termo muito antigo no Direito Canônico e não significa nada mais do que a "catolicidade", a "universalidade" da Igreja, na qual, naturalmente, está suposta a Comunhão das Igrejas particulares com a Sé de Pedro. Um Concílio Ecumênico é pois um Concílio para o qual são convidados os Bispos do mundo inteiro que estão em comunhão com o Papa. Sem dúvida o Papa poderia ter convidado a um "Concílio de União", como o foram os de Lião (1274) e o de Florença (1439). Mas precisamente estes dois Concílios nos obrigam à prudência. Ambos culminaram no restabelecimento da Unidade com os representantes das Igrejas separadas do Oriente, mas esta unidade ficou sem efeito, o clero e os fiéis não tendo sido espiritualmente preparados.

b) — Ademais, o mal-entendido sobre a natureza do futuro Concílio foi prontamente aclarado pelo próximo Santo Padre. Mas ao mesmo tempo o Papa fez conhecer quanto desejava esta unidade de todos os cristãos e tudo quanto a este respeito esperava do Concílio. Apenas dois meses após o anúncio do Concílio o Papa declarava que o Concílio devia oferecer uma visão impressionante da unidade e da concórdia que reinam na Igreja e ser por isso, para os Irmãos separados da Sé Católica, um convite para retornar ao redil que o Cristo confiou a Pedro.

Do mesmo modo dizia em sua primeira encíclica: este Concílio deve ser um suave "a buscar e reencontrar a unidade que Jesus Cristo tão instantemente implorou do Pai Celeste". João XXIII volve

sempre a êste pensamento; repete-o em tôda ocasião. A instituição de um órgão especial o "Secretariado para a União dos Cristãos", criado ao mesmo tempo que as Comissões preparatórias do Concílio, é uma prova manifesta de todo interêsse que o Papa atribui à questão da unidade. Em têrmos claros, o Papa precisa que esta instituição deve "mostrar Nosso amor e Nossa benevolência para com aquêles que levam igualmente o nome de cristãos... a fim de que êles também possam seguir os trabalhos do Concílio e encontrar mais facilmente a via que conduz à unidade" querida por Cristo.

c) — Compreendê-se sem esforço a **impressão profunda** que esta atitude do Santo Padre deve produzir sôbre todos aquêles que ardentemente desejam a unidade. O nôvo Arcebispo Anglicano de Cantorbery, o Dr. Ramsey, dizia numa conferência de imprensa, antes de sua nomeação: "O papa atual possui, parece-me, uma grande boa vontade cristã e amor. E lá onde está o amor os resultados são incalculáveis". Também dignitários ortodoxos renderam homenagem ao Santo Padre, como por exemplo Mons. Cassiano, Reitor do Instituto São Sérgio, aqui em Paris, quando disse: "S.S. o Papa João XXIII viu o que outros não viram... Viu a unidade cristã e o supremo esforço que ela exige de nossa fé nos caminhos que conduzem a ela". Poder-se-ia citar grande número de declarações análogas; tôdas mostram como escreveu um autor protestante, que os irmãos separados "esperam... (também êles) algo do Concílio para tôda a cristandade, para nós que estamos divididos em múltiplas comunidades, para o testemunho comum que devemos dar perante o mundo". Por conseqüência brota por si a seguinte pergunta: que pode fazer o Concílio em favor da unidade?

II — QUE PODE FAZER O CONCÍLIO EM FAVOR DA UNIDADE?

A esta questão, eu quisera responder com São Paulo: "Professando a **verdade**, cresceremos de tôda maneira pela **caridade** naquele que é a cabeça, o Cristo". A **verdade** e a **caridade** estão indissolúvelmente vinculadas nesta tarefa. A verdade sem a caridade torna-se intolerante e repele; a caridade sem a verdade é cega e não dura. O Concílio também deverá vincular estreitamente a verdade e a caridade.

Antes de tudo a **verdade**. Mons. Lilje, Bispo luterano da Província de Hanover, observa muito justamente que seria "indispensável que um Concílio pusesse em dúvida as bases dogmáticas da Igreja Católica".

a) — Aqui, o Bispo luterano distingue mui claramente os limites que enquadram todo Concílio, muito mais claramente do que o fêz a União dos Protestantes dos Países Baixos que recentemente pediu ao Episcopado holandês de pleitear junto do Vaticano a abolição de diferentes dogmas, tais como a doutrina católica da justificação, da transubstanciação e outras mais, às quais, segundo os teólogos protestantes, as Escrituras não dão fundamento literal. Po-

rém é muito evidente que não pode ser questão de procurar um **compromisso** quanto ao dogma, à doutrina revelada por Deus.

Votaríamos à unidade e aos nossos irmãos separados um amor mal compreendido se quiséssemos dar-lhes a esperança de que não se exigirá dêles senão o reconhecimento dos "dogmas fundamentais, que se renunciará a que sejam aceitos os decretos dogmáticos do Concílio de Trento, ou que está pronto a revisar o dogma do Primado ou da Infalibilidade do Papa. Aquilo que uma vez a Igreja Católica declarou como artigo de fé, ela não o fêz arbitrariamente, mas sob a inspiração do Espírito Santo, dêsse Espírito que Jesus prometeu à Igreja "para que a guiasse à verdade total". O Senhor deu à sua Igreja êste espírito de verdade a fim de que ela guarde e explique as verdades reveladas e não para que introduza nelas a menos mudança, por mínima que seja. Já os Apóstolos tiveram consciência do alcance desta tarefa: com implacável clareza São Paulo se dirige assim aos Gálatas: "Se nós mesmos ou um anjo vindo do céu nos anunciásse um Evangelho diferente do que vos temos pregado, seja anátema". Os Apóstolos e seus sucessores não têm nenhum poder soberano sôbre o depósito que lhes foi confiado; não são senão "seus administradores e dispensadores". Seu dever é vigiar fielmente para que nada se altere ou se perca. Disto tiveram consciência todos os Concílios e jamais decretaram **novos** artigos de fé nem revisaram os antigos; seu papel tem sido sempre fixar, com a assistência do Espírito Santo e apoiando-se sôbre a Sagrada Escritura e a Tradição da Igreja, o que é uma verdade revelada por Deus. É o que fará igualmente o 2.º Concílio do Vaticano. Não consentirá, por mal compreendido irenismo, em atenuar ou nivelar as verdades da fé. De resto, os não-católicos cujo olhar é claro e reto o juízo, não esperam absolutamente nada disto. O próprio Secretário Geral da Associação Mundial Luterana o reconhece assim numa entrevista: "A realização da unidade da Igreja só tem possibilidades de êxito colocando-se absolutamente no terreno da verdade. Tôda outra maneira de aspirar à Unidade, deixando a verdade, não passará de Unidade fictícia".

b) — por outro lado, sem nada sacrificar da verdade revelada, o Concílio poderá elucidar mais claramente a Verdade completa. Quem conhece a situação, não desconhece as muitas concepções falsas da Doutrina Católica, os inúmeros malentendidos que dificultam o caminho da Unidade. Em parte, êstes meros malentendidos remontam aos primeiros tempos da Reforma, mas em parte também resultam das diferenças de terminologias teológica e da influência exercida sôbre a teologia protestante no decorrer dos últimos séculos por numerosas interpretações filosóficas. Não podemos negar que os sistemas filosóficos por um lado são a expressão da mentalidade da época por outro lado exercem influência mais ou menos acentuada sôbre a mentalidade dos homens. É pois inevitável que também exerçam influência considerável sôbre o pensamento religioso e linguagem teológica. Influência tanto maior quanto menos ligada estiver uma teologia à tradição, e menos controlada por uma autoridade

doutrinal... Por esta razão compreende-se facilmente que os diferentes sistemas filosóficos tenham exercido influência considerável sobre o pensamento religioso de nossos irmãos separados e sobre a sua linguagem teológica, de modo que os não-católicos experimentam muitas vezes grandes dificuldades em compreender com exatidão a doutrina católica, quando ela lhes é apresentada na linguagem tradicional da Igreja". Será, pois, necessário, segundo as palavras do Santo Padre, remontar-nos às fontes puras da Revelação e Tradição para dar de novo o devido valor e esplendor à substância do pensamento e da vida dos cristãos, dos quais desde séculos a Igreja é depositária e mestra.

As dificuldades da terminologia teológica vem juntar-se um outro elemento ainda mais importante.

Muitas de nossas afirmações teológicas em torno de uma doutrina definitiva é imutável, têm sua explicação em circunstâncias históricas, no decorrer das quais elas foram fixadas e que por vezes apresentam apenas um aspecto parcial da doutrina, em lugar de oferecer tôda a profundidade e integridade da verdade a ser procurada. A êste respeito, Pio XII chama atenção na Encíclica "Humani Generis": "As duas grandes fontes da doutrina revelada por Deus (Escritura e Tradição) contém tão grandes e numerosos tesouros de verdade, que jamais poderão ser exauridos completamente".

Assim, é mister procurar, no tesouro da verdade revelada, os elementos que, em nossa época são justamente de maior importância para nossos irmãos separados. Fornecendo os esclarecimentos referentes à doutrina católica, e poderá haurir na profundidade e integridade das verdades da Fé, as verdades que concernem especialmente aos homens de hoje.

A época atual é **particularmente** favorável a um empreendimento dêste gênero. O movimento científico moderno caracteriza-se por uma notável renovação de interêsse pela História e pelas estruturas sociais da vida. Esforçamo-nos por descobrir a origem das idéias e sua evolução histórica; estudamos o ambiente onde elas nasceram e os canais pelos quais chegaram até nós, e as influências que sofreram. O individualismo que reinou por longo tempo no mundo intelectual e que exerceu influência nefasta no estudo teológico, está sendo vencido por êste método histórico e sociológico; e o pensamento religioso, como também a busca teológica, se situam novamente na corrente da tradição.

É principalmente no **campo das ciências bíblicas** que êste procedimento vem proporcionando notáveis resultados. Eis um exemplo: Numa crítica do "Theologisches Wörterbuch" de Kittel, eminente professor de Zurich, afirma: "Aqui (no dicionário citado), nós ouvimos a própria voz do Novo Testamento e não alguma tradição clássica exegética confessional... Comparados com os resultados do "Theologisches Wörterbuch", certas doutrinas teológicas clássicas de nossos antepassados na fé aparecem bíblicas só em sentido muito limitado". O autor cita como exemplo a doutrina do Pecado Original

e da predestinação, notando também que a concepção de Lutero da justificação pela fé só, não se pode identificar sem mais nem menos com a de São Paulo. Temos um outro exemplo na **definição de Unidade**. Uma parte dos teólogos reformados havia combatido a idéia de uma Unidade visível, enquanto que agora, chega-se a propor na Assembléia Geral em Nova Dehli, o texto seguinte como fruto dos estudos comuns das diferentes confissões: a Unidade da Igreja "torna-se manifesta quando todos aquêles que são batizados em Jesus Cristo e o confessam como Senhor e Salvador, são conduzidos pelo Espírito Santo à comunidade total, confessando a mesma Fé Apostólica, pregando o mesmo Evangelho, participando do mesmo pão, unindo-se em prece comum . . . encontram-se em comunhão com a totalidade da comunidade cristã em todos os lugares e tempos". Embora esta descrição de Unidade seja ainda completamente idêntica à idéia católica, mostra, porém, a que resultados um assunto profundo da Escritura e da tradição cristã tem conduzido. Em uma das conferências organizadas pelas "Humanidades Cristãs" de Estrasburgo, no mês de novembro último, o Sr. Presidente Marx Boegner, falando do tema de Maria e de Pedro declarou que não podia admitir o nihilismo marial dos protestantes e, quanto a Pedro, era necessário ter a lealdade de estudar o problema e ter a coragem de ir até às últimas conseqüências.

Um método mais atualizado e mais científico do trabalho na teologia pode reduzir acentuadamente as diferenças, até agora existentes, no campo doutrinal. Este método poderá ser igualmente um meio pelo qual o Concílio e após o Concílio o trabalho científico dos teólogos — tornará várias verdades da fé católica mais acessíveis aos nossos irmãos separados, demonstrando que elas são estritamente escriturísticas. Poderão ser afastadas assim muitas dúvidas e obscuridades. O Arcebispo de Canterbury, Dr. Ramsey, observou muito bem em Nova Dehli: "Constata-se entre os católicos romanos, os luteranos, os ortodoxos, os reformados, os anglicanos, um interesse pela Bíblia, pelos Padres antigos e pela Liturgia, que modificam estruturas anteriores do pensamento e do ensino e põe em relêvo novos planos de discussão e associação".

c) — Esta última observação pode referir-se em particular à **doutrina sôbre a Igreja**. Lá está a divergência mais profunda que separa católicos, protestantes e também, em parte, ortodoxos. Aliás, teve-se consciência do lado protestante que o mais importante seria precisamente o conhecer a verdadeira doutrina sôbre a Igreja de Jesus Cristo. A êste respeito falou-se mesmo em uma redescoberta da Igreja. "Na verdade, diz um teólogo protestante suíço, contemporâneo, a questão da Igreja é justamente aquela, onde a busca protestante ainda não encontrou solução".

É neste terreno que o próximo Concílio poderá esclarecer as diferenças. O problema da natureza da Igreja fixou-se depois da época do Concílio de Trento, mas nem neste Concílio nem no Primeiro Concílio Vaticano esta questão fundamental pôde ser tratada,

duma maneira completa e aprofundada. Caberá ao próximo Concílio Vaticano II realizar esta tarefa, facilitada pelos importantes estudos de teólogos qualificados, e principalmente pela clara exposição da doutrina da Igreja como "Corpo Místico de Cristo" que nos deu o Papa Pio XII. Inclusive mestres protestantes competentes reconheceram nesta Encíclica de Pio XII a natureza da Igreja (aparece numa forma que eles haviam conhecido antes). Quanto ao ponto mais difícil para os nossos irmãos separados, o Primado do Papa, João XXIII criou um clima muito mais favorável demonstrando com o seu exemplo de caridade, de benevolência e humildade que a Igreja romana compreende e realiza o Primado — não como uma aspiração para dominar, mas assim como ela deve ser, um serviço, uma "diáconia" — assim escreve Mgr. Dumont: "O próprio fato de uma convocação de um Concílio Ecumênico mostra que o Sumo Pontífice não afasta de maneira alguma a colaboração dos Bispos no governo da Igreja. A doutrina proclamando a Igreja "Corpo Místico de Cristo", a colaboração do Papa com o Episcopado e esta sua humildade de servir põe em relêvo diferentes aspectos que até agora obstaculavam os não-católicos". Não tenciono demorar-me sobre o problema. Ele foi exposto luminosamente em uma nota de ensinamento doutrinário da Assembléia dos Cardeais e Arcebispos da França, publicada recentemente. Basta indicar que o Concílio trará numerosos esclarecimentos sobre a posição da Igreja. Outro aspecto do problema: a natureza da tarefa ecumênica da Igreja. Quando se fala hoje tão à vontade dos "irmãos separados" não é simplesmente uma maneira cortês de falar, mas a expressão de uma profunda verdade cristã. Todos aqueles que foram validamente batizados em Cristo, o mesmo fora da Igreja Católica, foram pelo mesmo batismo ligados orgânicamente a Cristo, ao seu Corpo Místico e, não obstante as diferenças eclesiais, dependemos unicamente da graça de Nosso Senhor Jesus Cristo. Isto dizia Felipe Maury, Secretário Geral da Federação Mundial dos Estudantes Cristãos, em agosto último, no Congresso da Pax Romana, em Friburgo, na Suíça. Devemos, pois, desejar, orar e trabalhar a fim de que todos os batizados participem de todos os dons da verdade e da graça que jorrão da Cabeça, Cristo, e cuja distribuição tem sido confiada, pelo próprio Cristo, à Igreja. Infelizmente são numerosos, e muito numerosos, os que ainda permanecem afastados da Igreja e da torrente vivificante de graças que nela fluem. Certamente possuem eles, em virtude de seu batismo, uma união de graça com Cristo, e esta união permite-lhes ter a vida religiosa autêntica, a que nós admiramos em muitos de nossos irmãos separados; ela ajuda-lhes a desenvolver sua vida de fé e dá-lhes a força de vencer as dificuldades. Mas quantas graças renunciam! Aqueles por exemplo, que poderiam advir-lhes dos sacramentos da Igreja... Por isto a Igreja se vê obrigada, não só por ordem formal de Nosso Senhor, mas também por

um dever de caridade, de ajudá-los a encontrar o caminho da verdade e que conduz à plenitude da graça. Este esforço da Igreja não brota de um "imperialismo", de um "totalitarismo", de uma "questão de prestígio", etc., mas de um verdadeiro e autêntico amor maternal. A Igreja está persuadida — que Cristo lhe confiou a salvação de todos aqueles que foram batizados validamente e que em virtude de seu batismo são "filhos" de Igreja, como os denominou o Santo Padre em um documento tão solene, a Constituição Apostólica "Humanae Salutis" de 25 de dezembro de 1961. Explica-se assim o cuidado material da Igreja por todos. Pode-se compreender que nossos irmãos separados não participam da nossa fé, mas em caso algum dever-se-ia duvidar da sinceridade da Igreja católica, e interpretar erroneamente suas atividades, e muito menos apontar motivos pouco confessáveis, quando ela preconiza a "Unidade" ou a "reunião" — e) — A este respeito faz-se freqüentes vezes a seguinte objeção: a Igreja carrega a **responsabilidade da separação**, e por isso ela mesma deve reconhecer contrita e abertamente a sua falta. É de lastimar como o acentua o Santo Padre, que as divisões sejam fruto do amor próprio e do orgulho, da recusa do preceito de Nosso Senhor: "Tornai-vos discípulos meus, pois eu sou manso e humilde de coração". Notamos todavia que aqui não se trata da Igreja no seu todo, mas dos **membros** da Igreja, dos homens que nos séculos passados, no XI e XVI, guiaram ou governaram as igrejas particulares ou a Igreja inteira, ou simplesmente viveram na Igreja. Além disso, é necessário não confundir responsabilidade dogmática e responsabilidade moral. Os decretos da reforma, redigidos pelo Concílio de Trento, mostram claramente que a Igreja, teve necessidade de reformas no domínio prático dos costumes, mas no plano dogmático, no da doutrina, ela permaneceu sob a guia do Espírito Santo e não se desviou, ela podia desviar-se. Além do mais temos nós hoje por acaso o direito de julgar os homens dos séculos passados? Só a Deus compete o julgamento. As gerações posteriores à ruptura da Reforma não se podem mais orientar naquele incrível entrelaçamento de autênticas aspirações religiosas, de paixões humanas, de vis interesses pessoais ou políticos, e é simplesmente impossível julgar a parte de culpabilidade que recai sobre cada um deles. Deixemos, pois, o passado, e empreguemo-nos a reconquistar o que foi perdido: a **Unidade de todos os cristãos, de todos os batizados**. f) — Todavia aqui surge ainda um outro **problema**. Conforme o julgamento de um teólogo protestante, a "Santa Igreja de Cristo segundo o Evangelho" não é outra senão a comunidade dos cristãos que querem viver da fé e da graça, isto é, do Cristo, e caminham na estrada que os deve conduzir ao termo final". Esta Igreja conforme êle é de natureza "organizativa", a "verdadeira Igreja de Cristo acha-se desde agora, em todas as nossas Igrejas, não obstante as diferenças de doutrina e fé". Nós também afirmamos clara e energeticamente, a unidade interior de todos os batizados. Mas é isto tudo?

Será que a vontade do Divino Fundador da Igreja foi de criar só uma unidade invisível? Esta questão não pode ser resolvida a uma simples referência à idéia que a Igreja de Roma tem de si mesmo o "Selbsverständnis" de Igreja, como dizem os alemães; a questão deve ser resolvida conforme o Evangelho e os escritos dos Apóstolos, mesmo conforme as profecias do Antigo Testamento em relação ao futuro Reino de Deus. Decidir o que é a "Unidade" desejada por Cristo não é da competência humana, mas cabe submetermo-nos, com toda a humildade e obediência, a que uma interpretação imparcial, objetiva, metódicamente exata das Escrituras nos revele como vontade expressa do Divino Fundador da Igreja. Ainda lá o Concílio, guiado pelo Espírito Santo, o Espírito do Corpo Místico de Cristo, terá que pronunciar a palavra decisiva. E então numa busca fraternal e toda em caridade, num diálogo sério, a ciência teológica encarregar-se-á da tarefa de compreender e expor as bases bíblicas da doutrina católica sobre a verdadeira unidade da Igreja. Somos felizes em constatar que em Nova Delhi o Comitê "Fé e Constituição" pediu "de prever especialmente contatos com os católicos romanos" e empenhou para este efeito "as Igrejas-membros e os Conselhos locais a tomar todas as iniciativas que lhes parecem desejáveis neste domínio". Os colóquios fraternais de católicos e não-católicos mostrarão como é verdade, o que disse, há alguns dias, um eminente personagem da Igreja Reformada da França: "Por mais grave que seja o que nos separa, o que nos une é muitíssimo mais". (cfr. La Croix, 17-1-1962, p. 4).

g) — Basta esta exposição sumária para pôr em relêvo a importância do Concílio em relação ao ensinamento sobre a Igreja e sobre a Unidade.

Naturalmente, há ainda um número de outros pontos de doutrina sobre os quais o Concílio poderá prestar esclarecimentos. Mencionemos simplesmente, a título de exemplo, a questão do lugar dos leigos na Igreja (uma comissão preparatória especial foi instituída neste sentido), a possibilidade de comungar sob as duas espécies, a incorporação das hierarquias antigas das igrejas orientais na estrutura do conjunto da Igreja: questões nas quais o Concílio irá considerar a situação "ecumênica" para tomar as decisões e oferecer soluções aos diversos e importantes problemas dos irmãos separados. Ao Concílio não faltam a este respeito propostas e sugestões, que afluem em grande número ao nosso "Secretariado para a União dos Cristãos", os quais são examinados em sérios estudos e sólidas discussões, e seus resultados são encaminhados às comissões competentes do Concílio.

III.

Além do aspecto dogmático cumpre analisar o amplo campo do Direito Eclesiástico, do culto e das práticas privadas de piedade. Em todas estas questões, cuja natureza ordinariamente não depende

de um mandamento imutável de Deus, o Divino Fundador deixou à Igreja ampla liberdade e, como o mostra a História do Direito Canônico, da Liturgia, das práticas de piedade, a Igreja sempre respeitou as necessidades do tempo, os costumes dos povos e as necessidades pastorais. Que o Concílio seguirá a mesma conduta já o sabemos pelas próprias palavras do Papa João XXIII. No seu discurso a 25 de dezembro de 1959, o Santo Padre enumera também entre as tarefas do Concílio, a "reforma do Direito Canônico, ardentemente desejada e esperada". Em que espírito estas reformas, e outras, deverão se efetuar no plano prático, o Cardeal-Secretário do Santo Ofício declarou em discurso público há pouco tempo: "Reconhecida uma vez aquela verdade, na qual a Igreja não pode transigir, todos os filhos que a ela se achegam, encontrarão nela uma mãe disposta conceder tôdas as liberdades possíveis no campo da Liturgia, das tradições, e da disciplina no campo humano".

Dêste esboço sumário que acabamos de traçar, parece sobressair com clareza, que os órgãos preparatórios do Concílio estão bem informados das esperanças e das proposições concernentes ao problema da Unidade. Nos 15 volumes "in folio" que encerram as relações dos bispos do mundo inteiro, das Faculdades de teologia e das Universidades, como também de outras instituições, relações que estão à disposição de cada um dos membros e consultores das comissões preparatórias, encontra-se já um material enorme concernente ao problema da Unidade. Cumpre notar que as Comissões e principalmente a Comissão Central se compõe de especialistas provenientes das mais diversas nações. Parece inútil sublinhar a importância e o número de informações as diferentes situações religiosas, sobre as experiências e conhecimentos que afluem de tôdas partes do globo, para êstes órgãos de composição internacional, para o bem do Concílio.

São recebidas também grande número de publicações em diferentes línguas, concernentes ao Concílio, e uma farta correspondência, vinda de países diversos e dirigida aos chefes ou aos simples membros das Comissões, propondo todos os assuntos possíveis. Pode-se, pois, estar seguro de encontrar ali todo o essencial. Notemos ainda que muitas destas cartas provém de leigos interessados na vida da Igreja e trazem preciosa colaboração para preparar o Concílio. Sem hesitar pode-se dizer que em todo o percurso dos 2.000 anos de história da Igreja, nenhum Concílio tem sido preparado com a solidez do Concílio atual.

IV.

Há mais um plano no qual o Concílio poderá realizar um trabalho frutuoso: promover o **Movimento ecumênico**. Já falamos acima das bases teológicas da atividade católica, que visa a união dos cristãos. O fato de a idéia de Unidade na hora atual ter tanta força, é certamente uma graça especial concedida pelo Espírito Santo ao

nosso tempo. Mas esta graça, conferida ao nosso tempo, nos obriga também, a nós católicos, a colaborar com tôdas as fôrças para o restabelecimento da unidade de todos os cristãos, obriga-nos a vencer corajosamente os preconceitos, que talvez persistam ainda, esquecer as chagas herdadas do pasado ou as susceptibilidades. O Concílio poderá acentuar sobretudo que o católico tem o dever imperioso de se interessar pelo bem dos irmãos separados e por conseguinte, o dever de rezar, de fazer sacrifícios e trabalhar para a unidade de todos aquêles que foram batizados em Cristo.

Não é, ainda hoje, muito individual e muito dividida a ação em favor da Unidade dos cristãos? Grandes passos já foram dados. Basta lembrar a Semana de Orações pela Unidade que estamos fazendo durante êstes dias, em união de tantos de nossos irmãos separados; recordemos as múltiplas conversações teológicas realizadas em diversas regiões, e com excelentes resultados; através de numerosas conferências, nos artigos, em tôdas as publicações em favor da Unidade. Sem a pretensão de querer centralizar ou uniformizar, o Concílio poderá traçar uma linha de conduta a estas atividades e indicar-lhes as realizações possíveis; poderá precisar como todos os cristãos têm possibilidades de participar nesta imensa tarefa, individual ou globalmente, e poderá sobretudo indicar os meios que estão à disposição de todos aquêles que são filhos da Igreja.

Entre êstes meios, a oração sem dúvida ocupará o primeiro lugar, como tantas vêzes o Santo Padre a tem inculcado, como também a pediu o Conselho Ecumênico das Igrejas em Nova Dehli, apelando para a boa vontade e consciência de tôdas as Igrejas-membros para que elas compreendam a importância da oração constante pelos seus irmãos cristãos de todo o mundo. A oração deve ser acompanhada de sacrifícios, do oferecimento cotidiano de nossos sofrimentos, penas e contrariedades, em favor da grande intenção da Unidade, e desta caridade da qual o Apóstolo faz o elogio na sua Carta aos Coríntios, e da qual o Santo Padre dá magnífico exemplo ressaltando a necessidade de "sublinhar aquilo que une os homens e a percorrer com cada um todo o caminho que pode ser feito sem lesar as exigências da justiça nem os direitos da verdade".

Além disso o Concílio indicará as possibilidades de uma estreita colaboração nos terrenos que não tocam à fé, na afirmação das idéias que dizem respeito à lei moral natural, ou que constituem a herança comum de todos os cristãos, na solicitude para bem dos homens que sofrem ou são oprimidos. E poderá ainda recomendar e favorecer os sérios encontros teológicos que desejam nossos irmãos separados, como acabamos de dizer. Finalmente poderá interessar-se para que os futuros sacerdotes sejam instruídos, já durante os anos de estudos, sobre a importância, o cuidado e a prática do movimento da Unidade e para êle sejam conquistados. Assim, não sendo embora um "Concílio de União", o segundo Concílio do Vaticano poderá cumprir um trabalho importante a favor da Unidade e colocar as premissas que permitirão — na hora de Deus, e quando nós e nossos

irmãos separados estivermos suficientemente preparados — têmos um verdadeiros “Concílio da União”. para que se cumpra o desejo do Salvador: “Que haja um só rebanho e um só Pastor”.

CONCLUSÃO

Será a esperança de chegarmos um dia a êste têrmo uma utopia, uma ilusão? A nossa exposição mostrou de uma maneira muito real, que as dificuldades à união, são ainda muito grandes em nossos dias, e que sob muitos aspectos, nós e nossos irmãos separados estamos ainda longe uns dos outros. Seria bom não nos iludirmos a êste respeito. Mas também agiríamos mal se perdêssemos a coragem e ficássemos de braços cruzados.

Dizemos com Mgr. Cassien, do qual falamos no comêço: “É Deus que guia a História. Mas o esforço que é exigido de nós — esforço de conhecimento e caridade — êste esforço, mesmo na separação, é uma expressão de nossa unidade”. Uma coisa é absolutamente certa: a unidade de todos os batizados é vontade de Deus. Por ela, na véspera da Paixão o Salvador se dirigiu ao Pai Celeste com esta oração ardente: “Pai Santo, guarda em teu nome aquêles que me deste, para que êles sejam um como nós... eu nêles e tu em mim, para que êles sejam perfeitamente um”. Nós podemos e devemos trabalhar com tôdas as nossas fôrças para realizar esta vontade divina. Todavia não esqueçamos o que São Paulo disse certa vez aos Coríntios no tocante ao trabalho apostólico: “Eu plantei, Apolo irrigou, mas é Deus que deu o crescimento... Pois somos os coooperadores de Deus”. O resultado, o crescimento compete a Deus. E Deus é todo-poderoso. Lembremo-nos da resposta que Jesus deu a seus discípulos incrédulos que vieram apresentar-lhe uma objeção: “Aos homens, diz o Salvador, isto é impossível, mas não a Deus”. Por isso caminhamos cheios de confiança e de coragem, na caridade, na oração, no sacrifício, e no trabalho, na senda que conduz à unidade de todos quantos foram batizados em Cristo, lembrando-nos das palavras de São Paulo: “Deus opera em vós o querer e o fazer, segundo lhe apraz”.

LA UNIVERSIDAD FUERZA PROGRESIVA DE LA TRANSFORMACION SOCIAL

Conferencia de Mons. Pietro Pavan (Italia), Profesor Ordinário de Economía Social en la Pontificia Universidad Lateranense en Roma — Italia.

Se ha dicho que en la época moderna la universidad es la institución a través de la cual cada pueblo, alcanzado un suficiente grado de desarrollo, revela los elementos propios y más profundos que constituyen los contenidos de su civilización. La afirmación es un tanto altisonante y suena un poco a académicas ya que las instituciones a través de la cual cada pueblo, alcanzado un suficiente grado de desarrollo, se expande son múltiples y de naturaleza diversa. Es empero indudable que la universidad interviene profundamente en su vida, condicionando en medida relevante muchísimas de sus expresiones. En efecto, la casi totalidad de todos aquellos que cumplen funciones directivas en cada campo de la convivencia, en el campo económico, social, político, cultural, educativo extraen de la universidad los elementos científicos-técnicos indispensables para el desarrollo de dichas funciones.

Así para el médico, no es suficiente la preparación científico-técnica universitaria para ejercitar en la mejor forma su profesión: a tal fin debe también mantenerse al día ininterrumpidamente en los progresos de la medicina y desarrollar su profesión con empeño siempre vivo. Pero, es también verdad que sin una preparación universitaria seria no puede transformarse en un médico idóneo para ejercer su profesión de un modo eficaz. Así también puede dar otro ejemplo, no basta las nociones adquiridas en una facultad de Ciencias Económicas para interpretar la conyuntura económica en una determinada situación histórica y para indicar los medios eficaces para dominarla y eventualmente mejorarla: a tal efecto se requiere además una sensibilidad para captar los fenómenos y una capacidad de síntesis para aprehender los complicadísimos entrelazamientos de relaciones entre ellos, que se pueden adquirir solamente a través de una permanente experiencia hecha de observaciones y de meditaciones. Sin embargo, si la universidad no se encuentra en situación de dar una suficiente formación científica en

el campo económico, en la interpretación de la coyuntura económica se corre el riesgo de permanecer en la superficie casi desprovistos de la llave que abre la posibilidad de penetrar en el corazón de los fenómenos económicos. Los ejemplos podrían multiplicarse al infinito. Pero creo que no es necesario agregar otros, porque el fin de esta relación no es el de demostrar que la universidad tiene una incidencia en la vida social; en cambio, el de indicar cuales son las condiciones que deben ser satisfechas para que tal incidencia sea positiva, es decir: para que la universidad sea o se transforme en fuerza propulsora de progreso social.

Cumplimiento de su función específica.

Es condición esencial que la universidad sea lo que debe ser según su naturaleza; o sea, una institución en la cual el conocer y el saber sean cultivados y comunicados con métodos científicos. Investigación científica y formación científica de los estudiantes en una visión total de la realidad son los dos componentes principales de la razón de ser de la universidad.

Esto exige que la universidad sea financieramente autónoma; o que, en todo caso, los medios que necesita sean puestos a su disposición sin ejercer sobre ella ninguna presión a fin de que se vuelva instrumento de intereses particulares.

Exige en segundo lugar que sea independiente de los partidos políticos.

La universidad debe vivir su vida según criterios propios para la obtención de sus objetivos. Debe pues ser evitada la politización de la vida universitaria, sobre todo en la selección de los profesores.

El criterio específico para la elección de docentes universitarios debe ser la competencia científica y no el color político. Con esto no se quiere negar, lo cual sería absurdo, que los profesores y estudiantes universitarios tengan el derecho y también el deber de tener ideas políticas propias o que tengan el derecho y el deber de hacer valer sus ideas políticas en los grados y con métodos que condigan con un ambiente de alta cultura como es el universitario. Se quiere afirmar solamente, que el criterio político no se inserte en la vida imposible para la universidad el incumplimiento de los deberes que le son propios. Está, en efecto, demostrado por la experiencia, que la politización de la universidad en el sentido partidario, sino inmediatamente, a largo plazo, tiene consecuencias enormemente negativas: adormece en los docentes el espíritu de investigación científica y compromete su objetividad; falsea la preparación profesional en los jóvenes; priva o empobrece a la sociedad de elementos dotados de sólidas bases científicas para desarrollar en ella, funciones directrices.

En segundo lugar, para que la universidad cumpla su misión específica se requiere que los docentes universitarios se dediquen a la enseñanza, sino en forma exclusiva, en forma preeminente. Esto

no significa, como es obvio, que los docentes universitarios deban romper el contacto con la vida; antes bien, como se verá enseguida, es indispensable que los contactos sean mantenidos.

El profesor universitario no puede limitarse a repetir simplemente una materia ya enseñada por otros; es necesario en cambio que los contenidos de su enseñanza sean re-elaborados personalmente; que sean incesantemente actualizados y lo sean mediante una información con proyecciones universales. Esto, empeo, le resulta imposible si él está sobre todo comprometido en otras actividades y a su enseñanza universitaria no concede más que limitados márgenes de tiempo, dado el dinamismo extremo de nuestra época y los desenvolvimientos rápidos y sorprendentes que se verifican en las ciencias exactas.

No debe olvidarse nunca que una competencia científica cuesta toda una vida. Naturalmente, la consagración total o casi total a la investigación científica y a la enseñanza universitaria exige una remuneración que permita un nivel de vida digno.

En relación vital con la realidad humana.

La segunda condición que debe ser satisfecha para que la universidad se transforme en factor de progreso social es que ella se mantenga en relación vital con la realidad humana.

En tal relación, como se dice en el documento de base preparado para este Congreso, la Universidad debe evitar dos extremos: el de encerrarse en sí misma con la vista vuelta hacia el pasado, presa de preocupaciones solamente académicas o consumiéndose en problemas que tienen atingencia con aspectos puramente formales del conocer y del saber, — o también, el de callar en el contexto histórico que la rodea y quedar apresada y absorbida por los problemas del momento hasta deformar su propia fisonomía y perder la conciencia de su razón de ser. La universidad debe siempre permanecer igual a sí misma, esto es, como se ha dicho, la institución que tiene como fin originario cultivar y comunicar el conocer y el saber con método científico; pero al mismo tiempo debe permanecer abierta al influjo vivificador de la realidad humana en la cual vive y opera; y a su vez, debe incidir sobre esa realidad como factor determinante de su desarrollo social.

A tal fin, se requiere, ante todo, que la universidad acoja y organice en forma científica los siempre nuevos descubrimientos que la inteligencia viene siempre haciendo en su esfuerzo ininterrumpido, dirigido a descifrar la racionalidad inmanente a las fuerzas y elementos del universo y cuando sea oportuno también nuevas facultades o ramas de enseñanza a fin de que aquellos descubrimientos sean llevados a conocimiento de los estudiantes en forma exhaustiva.

Por otra parte, es indispensable que la universidad afronte los problemas de más palpitante actualidad que la evolución histórica, aún después de los descubrimientos científicos y de las respectivas

creaciones técnicas, incesantemente pone tanto en cada orden de relaciones sociales como en el mundo de los valores del espíritu; y con los medios y con los métodos que le son propios dé las soluciones más adecuadas a aquellos problemas.

En el momento actual, por ejemplo, entre los problemas más graves y más complicados están aquellos que se refieren a las relaciones entre desarrollo económico y progreso social. Ciertamente no puede haber progreso social consistente y duradero sin desarrollo económico; y esto en todas las comunidades humanas, pero sobre todo en aquellas económicamente detenidas o retrasadas o no suficientemente desarrolladas. Pero no es verdad lo contrario, es decir, que no se dé el desarrollo económico sin progreso social o que al desarrollo económico se acompañe necesariamente el progreso social. Puede ocurrir, y de hecho ocurre, que en las comunidades políticas se verifiquen incrementos de productibilidad y de producción y que de ellos se aprovechen solamente unos pocos y que los más no reciban ningún beneficio. Antes bien, puede aún suceder, y realmente sucede, que los incrementos de producción sean realizados en ventaja de pocos privilegiados y en perjuicio de los menos pudientes, encontrando en este caso una impensada aplicación el dicho evangélico que a aquellos que más tienen más les será dado, y a aquellos que menos tiene, les será quitado, aún aquello que tienen. Ahora? cómo actuar para promover el desarrollo económico y para hacer así que desarrollo económico y progresión social procedan simultáneamente? Qué parte deben cumplir a tal fin los particulares los cuerpos intermedios, sobre todo las organizaciones sindicales y los propios poderes públicos?

En el resolver los problemas que plantean estas interrogantes y resolverlos de manera que sean simultáneamente satisfechas las leyes de la realidad y las exigencias de la justicia que la universidad puede prestar una contribución preciosísima e insustituible.

Otros problemas de actualidad, de naturaleza diversa, pero no menos importantes, son aquellos que se refieren a las relaciones entre el llamado estado de derecho y democracia social. En el siglo pasado como en el nuestro se ha considerado por no pocos grandes pensadores y se continúa considerando hoy que el estado de derecho constituye una piedra angular de la organización de la sociedad humana. Es, en efecto, un ordenamiento jurídico-político conforme a la dignidad del hombre, ya que en él, mientras por una parte todos los sujetos investidos de poderes públicos al poner en acción las respectivas funciones deben verse dentro de cuadros jurídicos bien definidos; por otra parte, los ciudadanos en el ejercicio de sus derechos fundamentales están jurídicamente tutelados tanto frente a otros ciudadanos como frente a los funcionarios públicos. Pero el estado de derecho, tal como se ha instaurado en el siglo pasado en muchas comunidades políticas, está en quiebra. Se ha difundido justamente la persuasión de que su piedra se debe al hecho de que los poderes públicos se limitaban a defender los derechos de los ciuda-

danos sin preocuparse de dar contribución alguna a la creación de las condiciones económico-sociales que constituyen un presupuesto indispensable para que todos los ciudadanos, y no sólo povos privilegiados, puedan ejercer efectivamente sus derechos y darles un contenido. Poco vale, por ejemplo, proclamar el trabajo si en la realidad muchos, aún queriéndolo, no pueden trabajar; o proclamar el derecho a la instrucción si luego muchos no están en situación de instruirse; o el derecho a una habitación decorosa, si después no pocos se ven constreñidos a vivir en chozas y así sucesivamente. Poco vale, observaba un jurista italiano, proclamar que todos los ciudadanos son iguales frente a la lluvia si luego sólo aquellos que poseen un paraguas, pueden defenderse de ella.

Por eso, en realidad, el estado de derecho, que corresponde verdaderamente a la dignidad del hombre no se hace efectivo sino se concreta en una democracia social, esto es, si no se le asigna ya sea el deber de tutelar eficazmente los derechos de los ciudadanos, sea el de actuar con no menos eficacia, a fin de que sean creadas las condiciones económico-sociales que permitan y favorezcan el ejercicio efectivo de sus derechos. Esto, sin embargo, tiene como consecuencia una enorme ampliación de la actividad de los poderes estatales y sobre todo del poder ejecutivo, el cual viene, a menudo, a encontrarse frente a problemas urgentes y graves para cuyas soluciones no existe ninguna disposición legislativa que señale ahora el camino en el cual hay que moverse.

Se presentan así situaciones en las cuales el poder ejecutivo está constreñido a actuar sin esperar que el poder legislativo elabore y sancione la respectiva ley. El poder ejecutivo pues se ve impulsado por la misma realidad a utilizar a menudo y ampliar sus facultades discrecionales y a introducirse en una vía en la cual es fácil el deslizamiento hacia formas de gobierno autoritarias o totalitarias. Ahora cómo evitar esto? Cómo conciliar en la realidad el estado de derecho con la libertad se ejercite en el ámbito de la justicia y la justicia se actúe en la libertad? Qué innovaciones deben ser introducidas en los ordenamientos jurídicos vigentes? Son problemas complicadísimos y formidables a cuya solución positiva las universidades a la altura de sus deberes y conscientes de su misión pueden y deben prestar su contribución dando en ese sentido a las respectivas comunidades un servicio de altísimo valor.

Se podría hacer mención de muchísimos otros problemas no menos importantes; pero aquellos a que se ha hecho referencia, creo que son más que suficientes para mostrar como la universidad puede y debe ser factor de progreso social en la forma que le es propia.

En tercer lugar se requiere que la universidad se preste a la acción de actualización en favor de cuantos cumplen en la sociedad funciones directivas y sobre todo aquellos que están empeñados en la enseñanza y en la educación. Hoy, en todas las comunidades políticas, adquiere importancia creciente la educación de base, como también la instrucción y la educación de los adultos; y esto ya sea

porque poco a poco se aumenta la eficiencia productiva de los sistemas económicos, mayores medios son puestos a disposición de la instrucción y de la educación de base y de la instrucción y educación de los adultos; ya sea porque la extensión y la elección de la instrucción de base y de los adultos constituye un presupuesto indispensable para promover el desarrollo económico; ya sea porque en las comunidades políticas se vuelve cada vez más vívida y operante la conciencia de que una de las mayores exigencias de la justicia social es que a todos los ciudadanos se abran posibilidades siempre mayores de participar en los bienes de la cultura. La universidad no puede permanecer indiferente o extraña frente a ese problema; debe en cambio prestar su contribución a la feliz solución del mismo en las formas correspondientes a su naturaleza. Esto es más que asumiendo por sí misma la instrucción de base a la educación de los adultos, estudiando y resolviendo los problemas referentes a los contenidos y a los métodos de dicha instrucción y de dicha educación; y poniendo al día por medio de cursos apropiados al personal docente directamente empeñado en ellas. Es necesario tomar siempre toda precaución para que no se reduzcan o compremetan las actividades dirigidas a la investigación científica y la enseñanza universitaria. Toda vez que esto se verifique, las ventajas inmediatas obtenidas, aún cuando sean de relieve, no pueden nunca compensar el daño irreparable causado a la sociedad por el hecho de que se vea deformada o desubicada una de sus más importantes instituciones necesarias para su integral desarrollo.

Según una concepción integral del hombre.

El conocimiento tal como viene cultivado, nucleado y comunicado en la universidad puede dividirse en dos grandes sectores: a) el sector o el conjunto de las ciencias que traducen en términos de conocimiento lo que la realidad es: decir o revelar lo que es el universo, lo que es la sociedad, lo que es el hombre, lo que es Dios; b) y el sector o el conjunto de las ciencias y de las disciplinas que indican cómo se debe actuar; por ejemplo para producir un automóvil, una casa, para fundar una empresa, para dar existencia a una organización sindical, a un movimiento político, a un ordenamiento jurídico. La verdad es que entre los sectores del conocimiento hay una relación más profunda de lo que a primera vista parece, ya que es de la naturaleza de los seres y de los fines que se deducen las normas del actuar.

Aquí se presentarían innumerables problemas; pero la verificación nos interesa sólo en cuanto se refiere a nuestro tema: la universidad factor de progreso social. A tal fin, como se ha visto, es necesario que la universidad se mantenga en relación vital con la sociedad, y uno de los modos más adecuados a su naturaleza, con los cuales se mantiene esa relación, es que afronte y resuelva los problemas más graves que la evolución social incesantemente plantea.

Ahora considero que es oportuno hacer aquí algunas observaciones:

Cuando la universidad afronta y resuelve los problemas planteados, es claro que no es la universidad, como institución la que afronta y resuelve los problemas planteados es claro que no es la universidad, como institución la que afronta y resuelve dichos problemas, sino en realidad, es uno y otro de sus docentes, o un grupo de ellos que los afronta y los resuelve. Y aun cuando se dice que la universidad ha presentado una solución propia a un determinado problema esto no significa que la universidad, como institución, ha hecho suya la solución del problema dado por uno o por otro de sus docentes o por uno de ellos, o que, en todo caso, es una solución que compromete a toda la universidad.

2) Cuando los docentes resuelven los problemas planteados no pueden prescindir de una determinada visión de la realidad, o más específicamente, de una determinada concepción del hombre y de la sociedad. Cuando, por ejemplo, se presenta el problema cuál es la acción que el estado debe desarrollar en el campo económico? Hay quien resuelve el problema afirmando que el Estado debe estar presente en el campo económico a través de una planificación integral; otros afirman que debe estar presente con una planificación mixta o concertada; otros, todavía, con una planificación puramente indicativa; otros con ninguna planificación sino sólo con intervenciones ocasionales sugeridas por situaciones históricas; otros en otras formas o en ninguna forma. Es claro que se da una y otra solución según se inspire en una u otra concepción del hombre y de la sociedad, por lo tanto en el campo metafísico no se dan posiciones neutras y cuando se afirma que se es neutro, realmente uno se adhiere a una visión de la realidad en la cual se hace abstracción de todas las visiones de la realidad consideradas. Se observa, sin embargo, que cuando los términos neutro y neutralidad son aplicados a una universidad no constituyen más que expedientes prácticos con los cuales se quiere significar realmente que en aquella universidad son admitidos y coexisten docentes que tienen concepciones de vida diferentes u opuestas y que sus relaciones deben estar fundadas en un mutuo respeto y deben ser reguladas no por medio de la fuerza o de la opresión sino a través de diálogo, la discusión, el libre acuerdo. Es obvio que en tal presupuesto, quien tiene conciencia de poseer una visión verdadera de la vida, y su visión de la vida es objetivamente verdadera no debería tener ningún temor, ya que en el contraste entre sol y nubes es el sol el que disuelve las nubes, no son las nubes las que ofuscan el sol; si fuese de otra manera, Cristo, no habría entrado o no entraría en las almas, ni el cristianismo se habría injertado en la historia humana transformándose en su fermento vivificador. En la época moderna los criterios de fondo en los cuales nos hemos inspirado para resolver los problemas referentes a la reestructuración de las relaciones de convivencia fueron múltiples, tales como por ejemplo el progreso, la producción de la riqueza, el

bienestar, la nación, la potencia imperialista, la raza, la clase y otros más, todavía.

Problema? Cuál es el criterio de fondo e el principio fundamental en el cual se puede inspirar la solución que los docentes universitarios dan a los problemas sociales, y pueda constituir una contribución o un aporte válido al genuino progreso social?

La respuesta formulada con claridad cristalina nos viene de la Encíclica *Mater et Magistra*:

“Después de tantos progresos científico-técnicos, y aún por causa de éstos, queda todavía en pie el problema de que las relaciones de convivencia se reconstruyan en un equilibrio más humano tanto en el interior de cada comunidad política como en el plano mundial.

Con este fin se han elebarado y difundido diversas ideologías en la época moderna: algunas ya se han diluído como niebla a la presencia del sol; otras han sufrido y sufren revisiones sustanciales; otras se han debilitado bastante y van perdiendo ulteriormente su influjo fascinador en el ánimo de los hombres. La razón de este declinar la encontramos en que son ideologías que solamente consideran algunos aspectos del hombre y, frecuentemente, los menos profundos. “La Iglesia presenta y proclama una concepción siempre actual de la convivencia.

Como se desprende de lo dicho hasta aquí, el principio fundamental de esta concepción consiste en que cada uno de los seres humano es y debe ser el fundamento, el fin y el sujeto de todas las instituciones en las que se expresa y se actúa la vida social: cada uno de los seres humanos visto en lo que es y en lo que debe ser según su naturaleza intrínsecamente social, y en el plano providencial de su elevación al orden sobrenatural”.

Es a la luz de ese principio que el docente universitario católico debe resolver los problemas que inciden en la vida social. Es necesario pues, que proponga para tales problemas soluciones que contribuyan a crear condiciones e instituciones sociales conformes a la dignidad de los hombres e idóneas para favorecer en ellos el desarrollo integral de su persona.

El criterio o principio formulado en la Encíclica responde ciertamente a la verdad. Creo, sin embargo, que se puede también afirmar que él está en armonía con la orientación de fondo del actual momento histórico. La ascensión de las clases trabajadoras y su cada vez más ardiente ansia de ascender en todos los continentes, el presentarse, o la aspiración a presentarse la mujer en situación de igualdad con el hombre, aún en civilizaciones en las cuales hasta ayer era considerada sobre todo como función social en la transmisión de la vida o como instrumento de placer; la independencia lograda por los pue-

blos de Africa y Asia, hasta ayer sujetos al régimen colonial; la proclamación de los derechos del hombre por las Naciones Unidas; la misma evolución que se va produciendo en el seno de los movimientos marxistas hacia una consideración cada vez mayor de valores humanos, hasta ayer desconocidos, son fenómenos mundiales que constituyen otros tantos signos indudables de que la orientación de fondo del actual movimiento histórico se dirige a una progresiva caloración de la persona humana.

En esto encuentra su explicación en hecho de que cuando los católicos-docentes universitarios u otros-dan a los problemas sociales soluciones a la luz del principio enunciado encuentran a menudo aprobación más amplia de la que pensaban: la verdad acaba siempre por encontrar en lo más profundo de los seres humanos una respuesta sincera.

LA MORALIDAD SOCIAL CRISTIANA Y EL INTELLECTUAL CRISTIANO:

EL EJEMPLO DE FEDERICO OZANAM

Conferencia del Muy Reverendo John J. Wright, D.D.,
Obispo de Pittsburgh, al XXV Congreso Mundial de Pax
Romana, Montevideo, Uruguay, Lunes, Julio 30 de 1962.

Me habeis pedido que trate sobre la forma en la cual la Iglesia cuenta con la colaboración de hombres y mujeres universitarios para llevar a la práctica la doctrina social del Evangelio.

Estimo que lo que nos interesa es el mandato a los intelectuales en general, no a los universitarios de ambos sexos en los límites particulares de los deberes de sus respectivos estados en la vida, como resultado de sus especialidades científicas o académicas. Según esto, no intentaré delinear lo que la Iglesia espera específicamente del ingeniero, el filósofo, el periodista, el estudiante que investiga, el médico, el abogado, el científico social o los miembros de otras profesiones doctas. Es suficiente recalcar que la Iglesia cuenta con todos estos especialistas para que usen los talentos individuales dados a ellos por Dios o los talentos ejercitados en la Universidad, para la gran tarea de la reforma social que exige las contribuciones especializadas de todo grupo ocupacional y profesional, todos en su medida plena y cada uno según sus virtudes.

Esta mañana me dirijo a estudiantes y alumnos universitarios sin referirme especialmente a vuestras especialidades y basándome en la amplia premisa de vuestra vocación social general como intelectuales cristianos. Ambas palabras de ese orgulloso aunque santo título "intelectuales cristianos" son significativas y a ambas subrayo.

Como cristianos sois uno con Cristo y uno con cada uno de los otros en virtud de vuestro bautismo. Por el bautismo no se os hizo tan sólo elegibles individualmente para la redención; fuísteis enrolados en la gran tarea de la salvación de toda la humanidad, para la cual Cristo nació, trabajó, sufrió, murió, y elevose nuevamente de entre los muertos. Compartís con todos los cristianos la responsabilidad de preservar en vosotros mismos y de compartir con otros las gracias del bautismo; estas responsabilidades se derivan de vuestra básica relación cristiana con Jesucristo y Sus hermanos.

Como intelectuales cristianos teneis un trabajo especial que realizar porque teneis una relación especial con Jesucristo. Todos los cristianos se manifiestan en sus vocaciones particulares y realizan en sus ministerios especiales uno u otro aspecto del multiforme pero único Hijo de Dios encarnado. Los cristianos que tienen autoridad adquieren una especial relación con Cristo Rey; su contribución al Reino de Dios está condicionada por su vocación especial y son llamados a modelarse en la majestad, aunque humildad, del Rey de Rey. Los ciudadanos Cristianos tienen su ejemplo e inspiración en el Cristo que derramó sus lágrimas de predilección sobre Jerusalem, la capital de su nación.

Los trabajadores cristianos debieran comprender su lugar privilegiado en la construcción del Cuerpo de Cristo en la tierra porque se someten a Cristo el Trabajador, Cristo que era reputado como el Hijo del Carpintero y que practicó el oficio paterno. El patriota Cristiano, el internacionalista Cristiano, el sacerdote Cristiano, el juez Cristiano, el rey u hombre de estado Cristiano el amigo Cristiano, todos ellos tienen una relación especial con el Reino de Dios debido a la forma particular en la cual Cristo, el Redentor Total y Unico es un especial modelo de excelencia en el trabajo que ellos están llamados a realizar.

Así ocurre con ustedes, intelectuales católicos. Como cristianos ustedes comparten la gracia de Dios y ocupan su sitio entre sus hijos, todos los bautizados. Como intelectuales ustedes están llamados a una especial semejanza y colaboración con el Divino Intelectual "... Cristo Jesús, en quién están escondidos todos los tesoros de la sabiduría y el conocimiento" (Col. 2, 3). Así como esa especial relación con Cristo entre los Cristianos deriva de vuestra vocación como intelectuales, así también vuestra contribución a la causa de Cristo, para la extensión de Su Reinado y la salvación de las almas por quienes el murió os concierne precisamente como intelectuales.

Como intelectuales tenéis que ver con las ideas; estáis llamados a ser gente-idea de nuestra civilización. Esto os dá, potencialmente, una sublime similitud con ese Cristo a Quien he llamado el Divino Intelectual porque El es la Idea Infinita, el **Logos** del Padre, toda la Divinidad resumida en una Idea subsistente y luego hecha Hombre.

Estudiais **palabras** y las **palabras** son las herramientas de vuestra labor como intelectuales; Cristo es la Palabra Encarnada de Dios.

Ved, entonces, los muchos paralelismos entre vuestra vocación como intelectuales y la vocación de la Palabra Encarnada de Dios. Considerad cuan similar a Cristo la función del intelectual Cristiano, llamado a imitar a Cristo haciendo encarnar en cada generación y en cada cultura humana al menos algo de los tesoros del conocimiento y la sabiduría eternos, las ideas divinas aunadas total y perfectamente en la Persona del Hijo, el **Logos**, el **Verbum (quod) caro factum est et habitavit in nobis** en la qual los hombres pueden ver Su gloria y ser guiados por ella.

La Iglesia, entonces, cuenta con la colaboración de los universitarios de ambos sexos para llevar a la práctica la doctrina social del evangelio esperando no solo que vuestros conocimientos científicos especializados y profesionales sean empleados a mayor gloria de Dios y el bien de las almas, sino que vosotros personalmente y precisamente como intelectuales, os conforméis al modelo del Divino Intelectual, La Palabra Encarnada de Dios. Ella cuenta con vosotros para el testimonio especial de un intelectual en medio de un mundo que no está regenerado, sino llamado a la redención; un mundo ya redimido por el pensamiento y la redención de Cristo, pero que todavía requiere la aplicación de los frutos de esa redención mediante el pensamiento y la acción de cristianos, instruidos e inspirados por vosotros.

Y así, para responder en forma más viva y convincente nuestra pregunta de esta mañana: **De qué manera cuenta la Iglesia con la colaboración de hombres y mujeres universitarios para llevar a la práctica social del Evangelio? Lo que significa: como reproduciréis mejor en tanto que intelectuales el pensamiento y la acción de Jesucristo en el orden social de nuestro tiempo?**, hacemos bien en meditar los ejemplos de aquellos santos que compartieron vuestra vocación humana como intelectuales y cuya vocación divina como Cristianos vosotros aspiráis también a compartir.

Una de las funciones de los santos es proveernos a los demás Cristianos con un ejemplo vivo y próximo de cómo Cristo aplicaría su pensamiento y acción en las específicas circunstancias de nuestras diversas vocaciones.

Un santo como el Rey San Luis de Francia da testimonio vivo a los reyes en lo concerniente a la forma en que ellos deben pensar y actuar si aspiran a conformarse al modelo de Cristo Rey. Un santo como Santo Tomás Moro de Inglaterra es el ejemplo para hombres de estado; Tal, el Bienaventurado José Labre para los mendigos. La Pequeña Flor para las hermanas enclaustradas, Don Bosco y San Vicente de Paul para los que trabajan con el pobre, Francisco Javier para los misioneros, Santa Mónica para las Madres, Dimas para los ladrones. Estoes la pedagogía sagrada para la cual la Iglesia emplea a sus santos.

Hay muchos ejemplos en el mundo de la Universidad a los cuales podría acudir en busca de una respuesta a la pregunta relativa al rol del intelectual Cristiano en la renovación de la faz de la tierra y en la reforma temporal, así como en la salvación espiritual de la sociedad; estos son santos de todos los tiempos, de todas las naciones, de todas las especializaciones intelectuales. El ejemplo que escojo no es el de un santo canonizado, aunque se nos alienta a rezar por su beatificación y millones de personas hacen esto diariamente. Lo elijo en parte precisamente porque no está canonizado y de ahí que parece más cercano a vosotros y a mí en nuestra búsqueda de la santidad. Lo elijo también porque está cercano a nuestros tiempos;

cercano a los grandes debates, al interés y la atmósfera de las universidades contemporáneas; cercano de las revoluciones que nos fascinan y nos retan; cercano de las afirmaciones y prácticas contemporáneas de la antigua Fe Católica que el comparte con nosotros y nosotros compartimos con él.

Os pido que considereis al estudiante y profesor de la Sorbona del siglo XIX, Federico Ozanam, como el modelo ejemplar no canonizado de la forma en que el intelectual Cristiano, y justamente como tal, concibe y realiza su vocación social.

El próximo año 1963, será él 150.º aniversario, el sesquicentenario, del nacimiento de Ozanam. Os pido que reflexioneis sobre cuán cercano a vosotros está este santo Cristiano, como modelo de vuestras vidas como cristianos. Ozanam era hijo de un universitario, un médico. El mismo fué abogado, estudiante de historia, profesor de literatura, estudioso y autor de filosofía.

Fué una voz solitaria de la cultura cristiana en los ambientes predominantemente escularizados e indiferentes de la Sorbona de su tiempo y sin embargo Federico Ozanam se sintió evidentemente a gusto en el mundo de la Universidad y en la compañía de los intelectuales. Lo propongo como ejemplo moderno para universitarios que, dignos de sus sal bautismal y dispuestos a tomar seriamente en cuenta el mandato apostólico reforzado al recibir el óleo en su confirmación, tratan de desempeñar su parte en la divina renovación de la sociedad humana. Específicamente el proporciona una ilustración dramática personal de la respuesta a la pregunta: cómo, por encima del uso dedicado de sus disciplinas especiales y profesiones particulares, deben los universitarios, precisamente como intelectuales, jugar su rol Cristiano para llevar a la práctica la doctrina social del Evangelio?

Tengo perfecta conciencia de que hubo muchos jóvenes intelectuales que obraron como fermento de Renacimientos católicos del Siglo XIX en Inglaterra, en Europa y en las Américas, el fermento del cual sería destilado los énfasis sobre la fe y la libertad que caracterizan y explican el poder de la Democracia Cristiana en el Siglo XX. Todos deben reconocer el papel fundamental en este fermento de fe y libertad desempeñado por los grandes prelados, italianos, alemanes e ingleses, y, encabezándolos, los grandes Pontífices Romanos, incluyendo, como lo ha demostrado el profesor E.E. Hales, a Pío X así como a Leon XIII. Este surgimiento de la Democracia Cristiana fué la obra de muchos sacerdotes especialmente franceses; de miles de hombres y mujeres de trabajo y de no pocos industriales concienzudos. Si elijo como ejemplo a un solo grupo de laicos y nombro específicamente a uno sólo de entre ellos, es por que son típicos del espíritu de los otros, y porque son los que están más próximo a vosotros en vuestro carácter de estudiantes y egresados Universitarios. Y muy especialmente los elijo porque estos intelectuales reunidos alrededor de Ozanam buscaron solución al problema que preocupa a vuestro Congreso, esto es, como llevar a la práctica la doctrina social de la Iglesia.

Volviendo atrás, las circunstancias de la Universidad Francesa de la época de Ozanam era muy semejantes a las que imperan hoy en día en muchas partes del mundo. El ateísmo positivo y el agnosticismo negativo, complementados por un espíritu anticristiano que dominaba la prensa, las escuelas y los debates, apoyaban todas las doctrinas que podían catalogarse de liberales en cualquier sentido que esto se entendiese; bajo el régimen de Julio se daba libre juego a toda forma de libre pensamiento y de pasiones partidarias. La Universidad se desquitaba de la disciplina que se le había impuesto bajo la restauración. La Sorbona se mostraba muy especialmente agresiva. Los jóvenes católicos dotados de energía espiritual suficiente como para reaccionar fuertemente contra estos movimientos formaban una minoría. La desesperanza se hacía sentir incluso entre los dirigentes de la Iglesia de Francia. Rodeados de silencio tímido por un lado y de error agresivo por otro, qué podía lograr un puñado de estudiantes contra la prédica de los que sobresalían en erudicción y elocuencia, los que tenían influencia académica y prestigio popular? Y sin embargo, Ozanam y sus amigos decidieron oponer su palabra a la de los anti-cristianos, y hacerlo directamente, frente a frente, en el mismo momento, y al mismo público que los otros dominaban.

En una carta del 10 de febrero de 1832, unos cuatro meses después de su llegada a París, Ozanam resumía así, su plan de campaña contra la enseñanza anticristiana de la Sorbona: "Tenemos en nuestras filas a muchos jóvenes de noble carácter que se han dedicado a esta gran tarea. Cada vez que un profesor levanta su voz contra la Revelación, se oyen voces católicas en protesta. Muchos de nosotros hemos aceptado llevar a cabo este trabajo. En dos ocasiones yo he tenido oportunidad de hacer mi parte, enviando mis objeciones por escrito a estos caballeros cuyas objeciones no aceptamos. Nuestros argumentos, que fueron leídos en voz alta, tuvieron un efecto óptimo, tanto sobre el profesor, que casi se retractó, como sobre la clase, que aplaudió. El resultado más importante es que estamos demostrando a los jóvenes estudiantes que es posible ser católico y tener sentido común, amar a la religión y a la libertad al mismo tiempo. También esto sirve para rescatar a los jóvenes de su indiferencia religiosa, y para acostumbrarlos a discutir problemas serios".

Así estos estudiantes universitarios, heraldos de una democracia devota, se preparaban para el testimonio de fe que luego prestarían como profesores universitarios y miembros de las diferentes profesiones. El caso del mismo Ozanam es sobresaliente pero típico. En sus futuras clases y charlas universitarias, Ozanam urgía la necesidad de una Revelación cristiana opuesta al desnudo ateísmo, de su época. Hizo esto en sus constantes críticas al St. Simonismo, y más notablemente en sus conferencias sobre Dante.

Ozanam vió en el florentino, poeta y patriota, un abogado del concepto de democracia tal como la entienden los cristianos. Sin

embargo, distinguía muy bien entre la democracia güelfa y católica de Dante y la democracia estrictamente laica que quiere desembarzarse de todo "amo o Dios". Ozanam insistía con elocuencia en esta diferencia. "Dante no deificaba a la humanidad con la intención de hacerla auto-suficiente, sin otra fuente de inspiración más que la razón, y sin otra ley más que su voluntad. El no encerraba a la humanidad dentro del círculo limitado de su destino terrenal... El veía que la humanidad no está completa aquí abajo, y miraba hacia el otro mundo, donde la valoración del Juicio Final espera al género humano. Basado en la Verdad, que el hombre está obligado a creer, y en la Justicia, que está obligado a hacer, juzga sus obras con las normas de la eternidad... Así la moral, que está ligada a un destino eterno, entra en la historia; la Humanidad, humillada por la ley de la muerte, se ve elevada por la ley del deber. Si bien es verdad que los conceptos cristianos de Dante no pueden otorgar al hombre una apoteosis fraudelenta y falaz, ellos mismos lo elevan muy por encima a de la suerte y del nivel de los animales del campo".

En las conferencias de Ozanam sobre Dante y en sus discursos filosóficos, se observa la importancia que atribuye a la ley del deber, que es la que distingue al hombre de los animales y prestan una base a la dignidad humana en el concepto cristiano de la democracia. Esto no quiere decir que el demócrata cristiano no tiene conciencia de los derechos propios y ajenos, ni les presta poca atención. Pero sí quiere decir que no comparte la impaciencia contemporánea frente a los deberes y obligaciones, porque reconoce que aunque los derechos son el cimiento de la sociedad decente, los deberes y su cumplimiento estricto son el cemento que fortalece ese cimiento y esas paredes. Ozanam no interpretaba el deber como una conformidad obligatoria y regimentada; veía en él la expresión más alta de la libertad, no sólo de la libertad humana, sino de la libertad de los hijos de Dios. Decía "Nuestro Señor nos hace pedirle que su voluntad sea hecha en la tierra así como en el cielo; no como en el infierno, donde se hace por necesidad, ni como entre los hombres, donde con frecuencia se hace de mal talante, sino como en el cielo, con el amor y la alegría de los ángeles".

Este espíritu de caridad y alegría explica que Ozanam, el apóstol militante de la verdad católica, pudiera decir al final de su vida: "Uno de mis mayores consuelos al terminar mi carrera es mi certeza de que, aunque he defendido la verdad con todas mis fuerzas, jamás ofendi a nadie".

Este mismo espíritu le comunicaba a él y a sus compañeros una actitud de optimismo auténticamente cristiano en esos días difíciles. Era una actitud semejante a la del Papa Pio XI, quien, en medio de la revolución y de la contradicción decía que se alegraba de vivir en una época que impedía que se fuera mediocre. Ozanam lo expresaba de esta manera: "Ah, mi querido amigo, estamos pasando una época muy difícil, pero también muy instructiva! Podemos desaparecer, pero no tenemos que quejarnos de haber vivido en ella.

Saquemos enseñanzas de nuestra época. Aprendamos, ante todo, a defender nuestras creencias si odiar a nuestros adversarios, a apreciar a aquéllos que no piensan como nosotros, a reconocer que hay cristianos en todos los campos, y que podemos servir a Dios ahora como siempre. Tratemos de quejarnos menos de nuestra época, y más de nosotros mismos!

Este espíritu también llevó a Ozanam a definir su actitud ante los no-creyentes cuando trataba de presentarles el credo y la moral católica, cosa que también nos corresponde hacer. Ozanam dijo que él y sus amigos observaban que entre los intelectuales católicos que deseaban servir a Dios con su pluma habían dos escuelas de pensamiento opuestas. Una, señaló, pretende seguir a M. de Maistre, aunque lo exagera y falsea.

Esta escuela elige las más violentas paradojas, las tesis más controvertidas siempre con la condición de que irriten. Presenta la verdad no en una forma que atraiga, sino en una forma que antagoniza. Parece motivada no sólo por la idea de recuperar no creyentes, sino también por la inflamación de pasiones de los creyentes.

La otra escuela descrita por él como intentando encontrar en el corazón humano, aún en el del no creyente, cualquier nexo secreto que lo una al cristianismo, para desarrollar en ese corazón el amor de lo verdadero, lo bueno, lo hermoso, y entonces proclamar esos ideales en una fe revelada la cual aspira toda alma decente. Esta escuela está motivada por la idea de recuperar almas para el rebaño, aumentando así el número de cristianos. Ozanam apuntaba "debo decir que prefiero pertenecer a ésta segunda escuela. No puedo olvidar el dicho de San Francisco de Sales de que se atrapan más moscas con una cucharada de miel que con una tonelada de vinagre".

M. de Francheville que felicitado por Ozanam por haber sido él quien había "elegido la poesía del amor antes que la de la furia", v. gr. que prefería el apostolado de la persuasión con amor a la polémica de la denuncia indignada. Así también debemos ser nosotros.

Uno piensa en la actitud amistosa y conciliatoria de Ozanam hacia las personas y opiniones de otros cuando lee este párrafo oportuno y genial en la encíclica de Juan XXIII sobre la cuestión social: "En el ejercicio de funciones sociales y económicas, los Católicos toman a menudo contacto con hombres que no comparten su concepción de la vida. En tales ocasiones, aquellos que profesan el Catolicismo deben tener especial cuidado en ser consistentes y no comprometerse en materias donde la integridad de la religión o la moral puedan ser dañadas. Pero los católicos debieran, asimismo, en su conducta, pesar las opiniones de otros con la debida cortesía y no medirlo todo a la luz de solo sus intereses propios. Debieran estar preparados para hacer sinceramente lo que sea naturalmente bueno o conducente a lo bueno".

Tal será el modo en el cual os dirigiréis a las cuestiones sociales del momento si habéis de ser intelectuales de la talla (n. del

t. o en la medida) de Frederick Ozanam y según los consejos paternales del Papa Juan XXIII. Consagraréis vuestras energías intelectuales, al igual que Ozanam, al descubrimiento, la exploración, la defensa y la propagación de la herencia intelectual cristiana. Más pronto reconoceréis que, en una era de preocupación por cuestiones sociales, el apostolado intelectual no es de por sí una contribución adecuada ni a la civilización ni a la causa de la religión.

En este reconocimiento volveréis a asemejar la experiencia y provecho del ejemplo de Ozanam, que escribió: "Cuando nosotros los católicos, en nuestras relaciones con no creyentes, deistas, saint-simonistas, fourieristas, arquitectos de la nueva moldura de la sociedad; cuando buscamos dirigir su atención hacia los beneficios conferidos por el Cristianismo, nos encontramos invariablemente con la misma respuesta. "Tiene razón cuando habla del pasado; en los primeros tiempos el Cristianismo hizo maravillas, pero qué hace hoy por la humanidad? Aún Vd. que está orgulloso de su catolicismo, que hace para mostrar la vitalidad y eficacia, para probar la verdad de su fé?" Ozanam fué muy afectado por ese desafío. También debéis serlo vosotros.

Entonces, con humildad pero con determinación, Ozanam añadía: :Si nuestros esfuerzos no son coronados por el éxito, no es porque falta algo a la eficacia sobrenatural de nuestra enseñanza? "El creía ésto, y percibió claramente que era": Si, una cosa es desear que nuestro apostolado sea bendecido por Dios — **obras de caridad**. La bendición de los pobres es siempre la bendición de Dios".

Así se puso de manifiesto para Ozanam como debe ponerse para vosotros el **apostolado doble** que Cristo, la Iglesia y la humanidad misma esperan de los estudiantes universitarios en nuestro tiempo, **el doble apostolado de la Verdad y la Acción**, ejemplificados por Ozanam y perentorio para todo intelectual cristiano. Ozanam fué un **Apóstol de la Verdad**, un estudiante y orador de la Verdad Católica que él siempre defendió. A los diecisiete años estaba dedicado al apostolado intelectual y había profundizado en los estudios por los que la Iglesia cuenta con los intelectuales para preparar la aplicación de su enseñanza social. A los 18 años comenzó su ataque intelectual entre el saint-simonisme; a los 20 años elevó el estandarte en la Sorbona contra el Anti-Catolicismo de Jouffroy; a los veintiuno fué a pedirle al Arzobispo de París una predicación de avanzada, en Notre-Dame; a los treinta entronizó la Verdad con elocuencia en una silla profesional en la Sorbona. Se dedicó a la defensa de la Verdad hasta el último aliento de su cuerpo.

Pero Ozanam no fué menos, por cierto que aun más, un Apóstol de Caridad. A los veinte años de edad inauguró con unos pocos estudiantes la primeira conferencia de San Vicente de Paul con su histórico llamado: "Vayamos a los pobres". Desde París, desde Lyon, extendió su apostolado de obras a Francia, y más tarde a ambos hemisferios: "Quiero" dijo "abrazar a todo el mundo con una red de caridad". Antes de morir pudo llegar a contar dos mil centros

de las obras de caridad vicentinas que había soñado. Así como sus estudios dieron las semillas de éstas obras, así también las obras hicieron fructíferos sus estudios.

El casi casual "programa" social personal de Federico Ozanam puede parecernos difícilmente relevante para nuestra sociedad así organizada y colectivista. Y sin embargo, Pio XII, analizando como la Iglesia cuenta con todos sus miembros para que colaboren en llevar a la práctica la enseñanza social del Evangelio, apunta la observación general de que la Iglesia nunca predicó la revolución social del Evangelio, apunta la observación general de que la Iglesia nunca predicó la revolución social; pero siempre, y por doquier, desde la Epistola de San Pablo a Filomeno a la enseñanza social de los Papas de los siglos XIX y XX, ella ha trabajado mucho por tener mayor preocupación por el ser humano que por las ventajas técnicas y económicas, y para conseguir tantos como sea posible, de su parte, para vivir la vida Cristiana, vida digna de un ser humano. Incluso el luminoso Pontífice señaló lo que llamó "la gran tentación de una era que se dice social", una era "donde además de la Iglesia, el Estado, la municipalidad y otros cuerpos públicos se consagran tanto a los problemas sociales". Esa tentación arguía, es que cuando el pobre golpea a la puerta la gente, aún los creyentes, se limitan a enviarlo a una agencia o centro social, a una organización, pensando que su obligación personal ha sido suficientemente cumplida por sus contribuciones en impuestos o donaciones voluntarias a esas instituciones: Así son aniquilados persona y personalidad; el asistente no es una persona, sino una organización; el asistido no es una persona sino un "caso", un problema. Ozanam y sus intelectuales cristianos se guardaron de caer en esa tentación y garantizaron que el espíritu del evangelio con el principio que pusieron en práctica cuando Ozanam escribió: "El conocimiento del bienestar social y de la reforma se aprende no de libros ni de plataformas públicas pero subiéndose las escaleras del altillo de un hombre pobre, sentándose al lado de su cama, sintiendo el mismo frío que los traspasa, compartiendo el secreto de su corazón solitario y de su mente perturbada.

Cuando se examinan las condiciones de los pobres en la escuela, en el trabajo, en el hospital, en la ciudad y en el campo, donde quiera que Dios los haya colocado, es entonces y sólo entonces que llegaréis a conocer los elementos de este formidable problema, y que empezaráis a captarlos y a tener la esperanza de solucionarlo".

Lo mismo ocurre con todos los otros problemas de moralidad social. El precepto y el ejemplo de Jesucristo, la fiel imitación de Cristo por Ozanam y los santos, el espíritu de la Iglesia viviente todo inculca la lección de que la legislación social y los intensos programas sociales de por sí, no dan la contestación completa. Dependerán finalmente para su eficacia de las relaciones personales sobre todo de la amistad. Tales contactos personales disuelven, como ninguna otra cosa, puede hacerlo las barreras de división que crean y perpetúan los problemas en la moralidad social, pro-

blemas como el anti-semitismo, la xenofobia, los conflictos de clase, y la fría cruel separación entre los ricos y los pobres. No hay nada que sustituya la amistad personal como solución de los problemas sociales.

Tampoco puede el intelectual católico limitar su amistad personal a las personas o al medio que le sean afines. Esta es una tentación evidente y una que a menudo ha paralizado la acción social cristiana sobre todo en conflictos inter-raciales, de grupo y de clase. Ozanam planteó el problema en términos extremos y lo resolvió exactamente como vosotros debéis resolverlo: "A medida que crecemos", escribió y que contemplamos más de cerca al mundo, ver con pesar que es hostil a todo ideal y a todo sentimiento que nos es caro a nosotros... cuando uno ha sido educado en una familia piadosa, la tal hostilidad nos llena de repugnancia e indignación, y se siente la tentación de protestar y condenar. **Pero el Evangelio prohíbe eso; y nos impone dedicarnos enteramente al servicio de esa misma sociedad que repele y que nos desprecia.**

Ozanam describió nuestro servicio hacia los pobres y los que nos son ajenos, en términos no sólo de amistad sino de servidumbre voluntaria en beneficio de los menos privilegiados que nosotros. Efectivamente, él se declaró obligado como intelectual cristiano, a dedicarse al servicio de Jesucristo en la persona del pobre incluso hasta el martirio, la última prueba de nuestra percepción de la verdad y de la aceptación de sus corolarios prácticos. Su descripción de su forma de entender el tal martirio es bien conocida, escribió: "El mundo se ha vuelto frío, y corresponde a nosotros los católicos el encender nuevamente el fuego vital que se ha extinguido. A nosotros corresponde a nosotros los católicos el encender nuevamente el fuego vital que se ha extinguido. A nosotros corresponde el inaugurar la era de los mártires, porque es un martirio accesible a todos los cristianos. Dar nuestra vida por Dios y por nuestros hermanos, dar nuestra vida en sacrificio es ser un mártir... ser un mártir es devolver al cielo todo lo que hemos recibido, riquezas, la vida y nuestra alma entera. Está en nuestras manos, el hacer este sacrificio, este ofrecimiento. A nosotros corresponde elegir el altar al cual dedicaremos este sacrificio; el santo al cual consagraremos nuestra juventud y nuestra vida; el templo donde hemos de encontrarnos nuevamente: a los pies del ídolo del egoísmo, o en el santuario de Dios y de la humanidad".

Hay algo en el aire hoy en día que parecería llevar a los hombres a ser mártires en el sentido original y radical de ser un testigo activo del Evangelio y de Cristo, de la majestad de Dios y del valor del hombre. Tal vez esto de que hablamos se revele en ciertos sectores de la cristiandad en las nutridas filas de los que, abandonando el nombre y la aceptación del credo cristiano en su totalidad, se llaman a sí mismos "Testigos", "Testigos de Jehová". Tal vez esto mismo de que hablábamos explica el a menudo secular pero entusiasta idealismo de los crecientes números de jóvenes

voluntarios que integran programas como el de la Brigada de la Paz; y se evidencia también en el heroísmo y la resistencia digna de los discípulos de Cristo, que poseen muchos de los jóvenes partidarios de una revolución cuyo fin es eliminar a Dios, aunque los propósitos de Dios con respecto a esta revolución y su juicio final de algunos de sus miembros se desconoce. Dentro de la Iglesia, este algo de que hablábamos es la explicación de la esperanza de nuevas vocaciones religiosas y del resplandeciente ser tido de los testigos de lo sobrenatural que poseen los que traen al amor humano y al matrimonio tan profundas intuiciones místicas y un idealismo tan puro y tan sublime. Se revela en la rehabilitación entre los oradores y escritores católicos de la palabra "testigo" una palabra que ha perdido casi totalmente su sentido para los protestantes, pero que ha recobrado su fuerza apostólica primitiva para una generación que sirve al Evangelio y a la Iglesia siendo **testigos positivos** de la verdad que dedicándose a defensas negativas o polémicas.

El piadoso intelectual que busca cumplir sus tareas sociales, más allá de los deberes propios de su estado y profesión, no tendrá que ir muy lejos para encontrar la ocasión. **Lo que encuentre tu mano para hacer, háglo.** (Eccl. 9, 10). En su vida diaria el deber social del intelectual cristiano es en general tan simples y tan a su alcance como esta línea de las Sagradas Escrituras proclama. **Lo que tu mano encuentre para hacer, hazlo.** Esto es en resumida cuentas la sustancia y la suma de la filosofía social de Ozanam. No buscaba causas para encabezar; se ponía a trabajar inmediatamente en lo necesario, en el problema más próximo. Su moral social no merecería la condenación que Chesterton dió al humanitarismo amorfo e ineficaz de la gente que ama a la raza humana, y desconoce al vecino de al lado, una filosofía social que es verdaderamente un absurdo mientras descuide las necesidades del vecindario y permanezca ajeno a los problemas de nuestra parroquia, de nuestra calle, y nuestro vecino. **Lo que tu mano encuentre para hacer, háglo.** Un mismo sentido de lo inmediato y de lo práctico llevará al intelectual cristiano, que trabaje de acuerdo al espíritu de Ozanam, a tomar nota de un pasaje del Papa Juan XXIII en Mater et Magistra que trate de poner los debates referentes a filosofía social entre los católicos en su debido lugar. No hay discusión teórica posible sobre cual deber la respuesta cuando se nos pide un vaso de agua, un pedazo de pan, una palabra de aliento, un lugar donde cobijarse, no solamente el ejemplo de Ozanam de los santos pero el mandamiento de Cristo no deja dudas sobre la respuesta. Pero en un plano más extenso de teorías sociales y filosofía hay lugar y aún necesidad de debate y aún de duda. Juan XXIII expone el problema y da la solución práctica cuando escribe: "Cuando se trata de poner esas enseñanzas en práctica, sucede a veces que aún sinceros católicos tienen puntos de vista diferentes. Cuando esto ocurre debieran tratar demostrar consideración mutua y tratar de encontrar hasta que

punto pueden trabajar cooperando entre ellos. De esta manera podrán realizar lo que es realmente necesario. Deben tratar de no debilitar sus esfuerzos en constantes controversias. No deben tampoco, so pretexto de buscar lo que ellos creen ser la mejor solución, dejar de hacer mientras tanto, lo bueno que puede y debe ser hecho”.

Existe como todos sabemos un similar debate referente a la relación del ideal social cristiano con la realidad histórica, referente a si una sociedad cristiana se puede obtener acá abajo y si así fuera en qué sentido y en qué grado. La Revista de Educación de Harvard fervientes católicos uno de los cuales ve en los escritos del Prof. Dawson evidencia de que ciertas culturas y civilizaciones pueden ser llamadas específicamente cristianas, mientras que el otro rechaza esta argumentación. Pero estos debates con respecto a si un ideal cristiano de civilización ha sido logrado, si existe en la actualidad o si será jamás obtenido, son debates estrictamente académicos, por lo menos en lo siguiente: **todos convenimos de que ninguna de las posiciones de los fieles pueda sostener que tales debates eximen al intelectual cristiano de su obligación que consiste, ahora, acá y siempre en luchar por que se refleje en él la imagen de Cristo, y en tratar de difundir la palabra y obra, in opere et veritate, la dulce y redentora influencia de Cristo en la medida que su actividad profesional se lo permita y por cualquier buena obra que pueda hacer.**

Para cumplir esta vocación social del intelectual cristiano, es necesario no tanto una organización compleja sino una acción personal de dedicación, a semejanza de Cristo y a la manera de Ozanam y de sus discípulos. Nuevamente os pido que reflexionéis en la medida en que el pensamiento y la acción de los universitarios de mediados del siglo XIX explican la providencial presencia y fortaleza de la democracia cristiana en Francia, Italia y Alemania Occidental justo cuando a mediados del siglo XX el final de la Segunda Guerra Mundial encontró el pensamiento anti cristiano y los programas político-sociales paganos tan desacreditados, tan en bancarota. Os pido que reflexionéis sobre el paralelo histórico para el futuro que está implícito en el pasado reciente y os pido que hagáis de ese paralelo el modelo de vuestro pensamiento y acción. Las condiciones que os rodean actualmente son precisamente similares a las que rodeaban a Ozanam y a sus amigos hace más de un siglo; si sois fieles a los dictados de la fé, esperanza y caridad que Ozanam y sus amigos siguieron en el siglo pasado, podéis esperar confiadamente que los frutos de vuestras obras y testimonio corresponderán en el futuro a los frutos que hoy florecen de las semillas sembradas por esos cristianos de un siglo atrás. Si vosotros compartís su intuición del lugar que le corresponde al laico en la vida de la Iglesia, si sois sus colaboradores en la eterna tarea de edificar el Cuerpo Místico de Cristo de la misma manera que sois sus colegas en las vocaciones intelectuales de universitarios, entonces ocuparéis el mismo lugar que ellos en la santificación de la histó-

ria, la regeneración de la sociedad y la discusión y la difusión de la divina influencia de Cristo. Por ello no solo la Iglesia sino la civilización misma os quedará un día agradecida como ambas deben hoy agradecer los valores de la fe religiosa y de la libertad política que, aunque débiles y peligrando, sobreviven todavía en Europa debido al pensamiento y a la acción de los intelectuales cristianos, que aunque pocos en número son muchos por su influencia espiritual, y de los cuales Ozanam era un ejemplo típico.

Por qué intentaron estos hombres realizar las cosas que hicieron? Cómo llevaron a cabo las sagradas, humanas y positivas obras que tanto ha contribuido a transformar la paz de la tierra? Fué debido a que eran universitarios? Desgraciadamente las universidades de entonces estaban impregnadas de laicismo, tan moralmente paralizadas por la indiferencia como lo están ahora. Fué acaso por que eran jóvenes y por lo tanto ansiosos de ideales y nuevos horizontes? Ah, bien sabéis la respuesta a esta pregunta: aún los jóvenes aceptan el mal en el mundo y rápidamente ceden a la presión del descuido indolente, especialmente cuando la lucha contra el mal requiere un idealismo heroico. Muchos de los contemporáneos de Ozanam se encontraron en revoluciones, por supuesto, pero estas revoluciones entonces como ahora a menudo eran hostiles a las disciplinas de la fe divina y al uso de la libertad que debe caracterizar a los hijos de Dios. Fué por que eran franceses o los hijos de familias tradicionalmente católicas, o "modernos" en sus intereses? Pero había muchos otros tan modernos como ellos; había miles de familias piadosas, católicos en un sentido restringido y con espíritu de clan; había millones de otros franceses, pero todos estos no hicieron nada. Ozanam y sus colegas universitarios hicieron lo que hicieron por ser franceses y por amar su civilización y por comprender la deuda que esta tenía y la dependencia en que estaba con respecto a la revelación cristiana; eran católicos que vieron en la fe no algo personal, o meramente una herencia familiar como lo eran los títulos de sus antepasados o las joyas y los ancestrales brocados de sus madres, pero un fuego venido del cielo para purificarlos y ser difundido por ellos, una levadura encomendada a ellos de modo que gracias a ellos pudiera levantar la masa de la sociedad humana; una perla de valor mayor que ninguna de las que se encuentran en las joyerías de la plaza Vendome o en los salones de Versailles, una perla por la cual se arriesga todo y cuyo resplandor puede iluminar las vidas de millones enriqueciendo sus vidas y sus luchas.

Lograron lo que se proponían realizar, y nosotros los que amamos su fe y su libertad tenemos una deuda eterna, porque tuvieron excelentes directores espirituales. No podemos exagerar la parte que los inteligentes y dedicados sacerdotes tuvieron en despertar en Ozanam y sus amigos el sentido de sus responsabilidades intelectuales y morales. Algunos de estos sacerdotes fueron objeto más tarde de justificadas críticas por ciertas extravagancias que caracterizaron su apostolado. Si cometieron errores fueron por exceso de celo, la

madre Iglesia nunca ha criticado sus opiniones doctrinales hasta el punto de oscurecer sus méritos personales y sus aspiraciones apostólicas.

No podemos exagerar nuestra deuda de gratitud a los prelados quienes como el Arzobispo de París dieron su aprobación personal y su oficial apoyo a estudiantes universitarios deseosos de trasladar la doctrina social del Evangelio a la práctica, sobre todo los tiempos modernos deben mucho a estos Prelados por el cuidado con que colocaron a sacerdotes eficientes donde pudieran trabajar con estudiantes universitarios. Si existe un ejemplo para los intelectuales laicos en el pensamiento y en la acción de Ozanam y sus amigos, hay también un ejemplo para la jerarquía en el pensamiento y la acción de esos prelados y sacerdotes que educaron, dieron ánimo y apoyaron los esfuerzos de Ozanam y sus colegas, convertirse en intelectuales a la manera del Verbo Encarnado de Dios, que argumentaba en el templo, discutía en los mercados, jugaba con los niños, acampañaba a los enfermos, sufría con los prisioneros, se relacionaba con pecadores, trabajaba con los santos, visitaba los hogares de los pobres, se entregaba a los ricos y murió como el paria, todo esto para dar testimonio de su Padre por medio de la palabra, de la verdad y del acto generoso, **in opere et veritate**.

No hace mucho uno de los hombres más precavidos en la N. U. el vocero de una nación pobre en recursos materiales pero rica en sabiduría, habló de la necesidad actual si la civilización ha de sobrevivir y prosperar. Se dirigió a las "grandes potencias" que estaban entonces, como siempre, tratando de impresionarse mutuamente con el relato de sus respectivas fuerzas materiales. El solo describir los otros recursos que finalmente deben entrar en juego si la buena sociedad ha de ser más que un espejismo, una **dulce quimera**. Dijo en resumidas cuentas: "la fuerza material de por sí, por más imponente que sea, interesa e importa solamente como medio de introducir una condición en la cual los valores intelectuales y espirituales vuelvan a actual; de otra manera resulta insignificamente. Tarde o temprano cuando hayáis vuestros bombardeos, vuestra producción de armamentos, y vuestras concentraciones de fuerzas físicas, debe de haber una compenetración de mente con mente y de espíritu con espíritu. Esto significa que el futuro pertenece no a las que tienen más maquinaria sino a las que tienen más ideas. Significa que por encima de vuestra acumulación de stocs debéis de tener un mensaje cultural y espiritual tan profundo, tan verdadero, tan universal como para satisfacer el alma de los hombres de todas partes y hacer que os perdonen vuestras riquezas y vuestros recursos privilegiados.

El problema que debemos afrontar es no quien tiene esta bomba o la otra, sino quien puede producir un tipo humano que reúna en su carácter esas condiciones de comprensión y humildad, de verdad y de humorismo, de altura moral, de fuerza y de agilidad mental, de ideas importantes, de bondad universal, de capacidad pa-

ra la amistad y el amor que haga que sea admirado y respetado aún por aquellos que pudieran tener motivos para odiarlo.

Esta es la descripción del tipo de intelectual que Ozanam y sus amigos aspiraban ser. Esta es la descripción del tipo de hombre que realiza rápidamente el bien que se encuentra al alcance de su mano. Esta es la descripción de los universitarios, hombres e mujeres, que no viven en torres de marfil y que no son los prisioneros de sus propios privilegios, pero que entienden la doble vocación del intelectual cristiano, el aspecto de verdad intelectual y el aspecto de acción caritativa, la verdad de la fe que origina la acción efectiva, las obras sin las cuales la fe no tiene vida y toda enseñanza es vana. Esta es la descripción del universitario, hombre o mujer, de acuerdo al modelo de Ozanam, de ese Cristo que vino al mundo "a dar testimonio de la verdad", pero que es descrito en los Evangelios como uno que "pasó haciendo el bien". Pido a Dios que esto sea una descripción de vosotros y de vuestra generación de intelectuales; el futuro de la fe y de la libertad impone que así sea.

O LÍDER DIANTE DO SEU AMBIENTE

Notburga Rosa Reckziegel
Titular da cadeira de Serviço Social de Grupo
Escola de Serviço Social da P.U.C.

Aula proferida no Curso de Líderes Universitários na
P.U.C., maio, 1962.

ESQUEMA DO TRABALHO:

1. O líder
2. O ambiente
3. O líder e o ambiente
4. O líder diante do seu ambiente
6. DEBATE:

A função do líder estudantil universitário no seu ambiente:

- a) enquanto lidera;
- b) enquanto é liderado.

DESENVOLVIMENTO DO TEMA:

1. O LÍDER

A liderança — fenômeno do grupo

A liderança centrada no grupo —

No livro de Thomas Gordon, (págs. 3 e 4), "GROUP CENTERED LEADERSHIP", encontrei expresso, de forma clara e simples, o conceito de liderança autêntica por mim aceito. Como ponto de partida para a nossa palestra, transcreverei o essencial das considerações iniciais dêsse autor, para nos situar no assunto:

"Diante da premente necessidade social de novos padrões de liderança em nossa sociedade, é um desafio tentar a formulação de um conceito de liderança que seja útil socialmente e ao mesmo tempo enriqueça de algo a nossa compreensão de liderança como conceito científico.

A sociedade deve examinar cuidadosamente qualquer novo padrão de liderança em busca de sugestões e idéias sobre como os líderes *podem libertar mais eficientemente o potencial criador e construtivo dos membros do seu grupo.*

Na liderança tradicional houve falhas, muitas vezes no despertar das forças construtivas existentes nos membros do grupo porque muitas formas de liderança tendiam a estimular a dependência dos membros do grupo ao seu líder.

Um novo padrão de liderança precisa ser descoberto — uma liderança que *liberte o indivíduo do controle de autoridade exterior e imposta sobre ele.* A sociedade precisa desenvolver um tipo de liderança que *coloque em primeiro plano os valores humanos, uma liderança que facilite a realização do homem pela sua capacidade criadora, a livre expressão de sua individualidade, a atualização do homem na sua personalidade única.*

A direção tomada em nossa pesquisa é a que parte duma visão construtiva e otimista do homem; daqui, a pesquisa é para uma teoria de liderança que valoriza grandemente a criação de *condições psicológicas* que permitam aos membros do grupo *participar ativamente na definição dos objetivos do grupo e nas suas tomadas de decisões.* Este tipo de liderança centrada no grupo tem como objetivo a *distribuição das funções de liderança pelos membros do grupo*, de modo que os recursos criadores de todos os membros do grupo — não somente do líder — estejam à disposição do grupo quando ele tenta resolver os seus problemas.

Para ajudar uma coleção de indivíduos a tornar-se um grupo assim auto-responsável e auto-dirigido e com capacidade de resolver os seus próprios problemas o líder centrado no grupo necessita reconhecer as diversas barreiras que impedem os indivíduos de aprenderem como participar, *livre construtivamente*, como bons membros de grupo. As pessoas têm sido *acostumadas a depender dos seus líderes* para uma quantidade desproporcional de funções requeridas pelo grupo de modo que estes encontram dificuldade em tornarem-se auto-dirigidos e auto-responsáveis. Não obstante, através da pesquisa e da experiência, já descobrimos que o líder centrado no grupo pode superar muitas dessas barreiras, se ele está realmente disposto a *desenvolver um grupo maduro; se ele tem fé nas potencialidades dos membros do grupo e se ele adquirir alguma habilidade no sentido de facilitar a comunicação e de criar uma atmosfera democrática no grupo.* Quando bem sucedido o líder nos seus esforços os membros do grupo aprendem muito depressa a se *auto-determinar e a tomar parte ativa na formação do seu próprio destino*". (trad. nrr.)

Considero três as funções essenciais de liderança: INFORMAR — ORIENTAR — ESTIMULAR, que incluem, ao meu ver, as sete que o autor enuncia.

2. O AMBIENTE

O ambiente — meio pessoal-social

No "DICCIONARIO DE SOCIOLOGIA" de Henry Pratt Fairchild, (pág. 184) — "médio = ambiente", encontramos:

"MEDIO. Campo de estímulo e interacción reales de cualquier unidad de materia viva.

e, mais adiante, com relação ao ambiente do homem:

"El medio del individuo se clasifica en fisiográfico, bionómico, económico cultural (material y no material, institucional y simbólico) y personal-social. En un grupo, toda persona es parte del medio personal-social de cada una de las demás. El grupo considerado en su conjunto, como sucede con el individuo está también rodeado por otros grupos. El medio puede definirse como el campo de adaptación de cualquier organismo vivo, desde la molécula a las Naciones Unidas.

Vamos, neste trabalho, restringir-nos ao meio pessoal-social do indivíduo, considerando a interação dinâmica da pessoa no processo social (relacionamento individual — relacionamento de grupo — relacionamento de intergrupo).

Num grupo, toda pessoa é parte do meio pessoal-social de cada uma das demais.

3.º O LÍDER E O SEU AMBIENTE

Homem — núcleo de relações;
Homem — fator de mudança social;
Inter-influência dos homens;
Fatores determinantes da personalidade.

Cada pessoa, integrante dum grupo, é como que um representante de muitos outros grupos dos quais faz, fêz e fará parte.

Fazer parte significa sempre exercer e sofrer influência — deixar-se marcar, enquanto se marca, igualmente.

Por isto dizemos que o homem é um núcleo de relações um núcleo dinâmico. E por isto dizemos também que o homem é fator de mudança social, porque marcando, modifica, muda, transforma o ambiente.

A esta altura, cabe filosofar um pouco para compreender bem essa "transformação" constante do ambiente pessoal-social, condicionada à constante "transformação" do homem. Muitas pessoas não aceitam a idéia porque entendem que a transformação é deixar de ser êle mesmo, é mudar de substância, talvez... Santo Tomás de Aquino nos ensina com muita simplicidade e nitidez, isto, na sua teoria da **matéria** e da **forma**, assim resumida por uma assistente social.

A matéria é uma espécie de potencialidade; a forma é a atualização dessa potencialidade. Da matéria deriva a limitação da personalidade; da forma deriva a determinação das espécies de uma coisa em que é empregada. Uma forma é desenvolvida ou gerada (educada) da potencialidade por um agente que se empenha em estimular o ser à ação. Se um ser se auto-estimula a agir, é um ser auto-motor. Estimula a si mesmo a agir e isto desenvolve no seu próprio eu as potencialidades existentes na sua matéria. A substância com suas potencialidades segundo santo Tomás, foi criada por Deus, mas Ele não desenvolve diretamente tôdas as formas correspondentes a essas potencialidades. Ele concede aos seres a autoria da atualização das mesmas.

Assim, temos que a alma racional do homem é uma **forma espiritual**, unida substancialmente a um **corpo particular**.

Compreenderemos, assim também, perfeitamente, quando, ainda santo Tomás — considera a vida humana como "algo em moção", como um "desdobramento gradativo de forças humanas". — O homem, ser contingente, imperfeito, em busca de perfeição, está constantemente em movimento de mudança; como ser social que é, esta sua dinâmica própria afeta o grupo e vice-versa, num movimento contínuo: é a mudança social.

O que nos interessa, nessas considerações, neste momento, é precisamente êste ponto: a inter-influência dos homens — em que medida interessa ao líder na sua atuação? — em que medida pode ser controlada, dirigida, manipulada, e interêsse dos ideais do líder?

Evidentemente, escapa à minha competência dar resposta cabal a estas questões tôdas — e nem pretendo ir tão longe. Desejo apenas colocar-nos nesta perspectiva para levantar problemas ...

Neste nosso grupo, cada um de nós está relacionado com cada um dos demais. Está, por outro lado, relacionado, de certa maneira, com todos os grupos de que fêz, faz e fará parte durante a sua vida.

Poderemos compreender isto ainda melhor, se nos detivermos a pensar um pouco nas seguintes afirmações, feitas pelos psicólogos sociais Kluckhohn e Mucray, sobre a formação da personalidade humana, segundo êles, determinada por quatro tipos de fatores:

— fatores constitucionais que reúnem a ação da hereditariedade e a do meio.

— fatores inerentes a determinados grupos aos quais pertence o indivíduo (grupo racial, nacional, e econômico-social, familiar etc.

— fatores inerentes aos papéis sociais (rôle — função de personagem) atribuídos a cada indivíduo, segundo a sua idade, o seu sexo, a sua profissão, etc.

— fatores ligados a situação fortuitas, inteiramente pessoais.

Vamos pensar neste nosso grupo. Há quase três semanas se reuniu, pela primeira vez, como grupo, formado uma unidade — uma classe — com um objetivo comum: a formação pessoal de cada um como líder no seu ambiente.

A maior ou menor conscientização dêsse objetivo, por parte de cada um, condicionou certamente a aprendizagem. Sim porque certamente influenciou na participação e esta condiciona a vida do grupo.

4.º LÍDER DIANTE DO SEU AMBIENTE

a) Posição. O líder pode ser fator consciente e... intencional de mudança social se inserido no seu contexto, em postura conscientemente crítica diante dos seus problemas e dos problemas de sua comunidade, com os quais se sente comprometido.

Noutros termos: — se tiver o senso de perspectiva histórica para compreender.

— se tiver o senso de responsabilidade para agir.

b) Dinâmica da liderança autêntica.

A liderança autêntica transforma.

o “processo social”

em “processo social democrático”;

o “processo de grupo”

em “processo democrático de grupo”;

o “relacionamento individual”

em “diálogo”.

Noutros termos: Num ambiente democrático, tôdas as pessoas atuam, ora como líderes, ora como liderados. Na sua atuação.

— *enquanto líderes:*

estimulam individualizando levando as pessoas a serem elas próprias, a serem espontâneas;

— *enquanto liderados:*

respondem ao estímulo com a sua participação sentindo-se parte do grupo, dando a sua contribuição pessoal espontaneamente.

É êste o caminho da democracia, o **único** caminho da democracia, não só como forma de govêrno, mas como **forma de vida**, sem a qual a outra fica sem sentido, pois **não existe democracia sem povo participante**.

E como chegaremos a isto: levar cada um a ser êle mesmo, a **dar a sua contribuição de acôrdo com seu feitio pessoal que é unico?**

Tenho um grande amigo em Pernambuco — professor na Universidade do Recife — Paulo Freire, que, na sua tese “EDUCAÇÃO E ATUALIDADE BRASILEIRA” (pág. 14), fala na atitude que precisamos desenvolver no homem brasileiro para chegarmos realmente a democratizá-lo. (Preliminarmente devemos nós mesmos adotá-la, é óbvio!...)

Diz êle que é “ajudá-lo a ajudar-se”. É promovê-lo. É fazê-lo agente de sua própria recuperação. É pô-lo numa postura conscien-

temente crítica diante de seus problemas e dos problemas de sua comunidade.”

E é preciso que êle se sinta comprometido com êsses problemas para sentir-se responsável. E a responsabilidade é uma das necessidades fundamentais da alma humana.

Temos aí bem caracterizada a posição do líder diante do seu ambiente — conscientemente crítica — com senso de perspectiva histórica:

Saber o que está fazendo;

Saber porque e para que está fazendo o que faz;

Saber como está sendo realizada a tarefa;

Saber avaliar o resultado de sua atuação — o resultado positivo como o negativo, localizando causas do sucesso como do fracasso;

Sentir responsabilidade que inspira a crítica objetiva, instrumento, por excelência, da perfeição de qualquer empreendimento.

Voltemos ao nosso grupo:

Há pouco, eu ia dizendo que êste grupo existe como grupo, há três semanas — e há três semanas vem se empenhando numa tarefa comum: a formação da liderança.

Atendendo à exigência de participação individual e visando desenvolver o espírito de crítica responsável e objetiva, decidiu a direção do curso adotar uma técnica de avaliação constante, através do confronto da apreciação individual do programa diário.

É uma das cousas que mais me tem impressionado últimamente, nas minhas atividades profissionais de assistente social. À medida em que desenvolvemos nos nossos liderados essa postura conscientemente crítica diante dos seus problemas — à medida em que apelamos à responsabilidade dêles, podemos esperar resultados com que dantes nunca nos atreveríamos a sonhar.

É que, desta maneira, estamos despertando nêles o germe de um senso especial, que chamamos o senso de perspectiva histórica.

O desenvolvimento dêsse senso fará crescer, no homem brasileiro, o significado de sua inserção no processo social. Fá-lo-á sentir-se **participante** e não **mero espectador da história**. Fá-lo-á sentir-se responsável, não só pelo seu destino pessoal e familiar, mas, pelo seu ambiente todo do qual é parte.

E dessa responsabilidade generalizada surgirá a democracia autêntica: objetivo do líder diante do seu ambiente.*

* ANEXO Grafico que representa o (movimento” da consciência intransitiva para a transitivo-ingênua e desta, para a transitivo-crítica ou para a fanatizada. (Paulo Freire, op. cit.)

transitivo-crítica
(debate)

transitivo-ingênua
(polêmica)

ou

consciência intransitiva
(passividade)

“fanatizada”
(massificação)

—oOo—

5.º O ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO DIANTE DO SEU AMBIENTE

Eu falei há pouco em democracia, como forma de vida. Vamos pensar em termos de vida estudantil, universitária — pois é, no presente período de vida — o ambiente onde cada um deseja exercer a sua liderança.

Ilustração a ser feita pelo professor, antes do debate, no dia 18 5/1962 Conceito sociológico da profissão: Ex. do Serviço Social, seg. W. Kindelsperger.

“Serviço Social é uma *associação de indivíduos*, de mentalidade relativamente semelhante, *ligados* entre si por um *sistema de valores único*, o qual inclui *atividades vocacionais distintas* como um dos seus elementos de valor.”

Esta associação atua em três planos:

- “Aprendizagem”
- = Formação profissional;
- “Atividades profissionais”
- = Exercício profissional;
- “Atividades culturais e científicas ligadas à profissão”
- = Pesquisa científica.

Em cada um dos três planos, a atividade se exerce em quanto áreas de atuação:

- 1.ª área: atividade direta;
- 2.ª área: orientação técnica;
- 3.ª área: administração no plano da unidade de trabalho;
- 4.ª área: administração de cúpula.

Temos aqui uma estrutura dentro da qual nos devemos inserir convenientemente.

Estamos vivendo um movimento que nasceu há decênios e que, nos últimos anos, tomou corpo rotulando-se de Reforma Universitária. Neste movimento, cada um de nós tem já a sua posição tomada. Esta posição, provavelmente, não se conservou de todo inalterada desde o momento em que cada um a adotou, até o presente. Pode ser que alguém tenha sido levado, de início, mais pela emoção do que pelo raciocínio; pode ser que tenha procurado se manter à margem do movimento, resistindo, com ceticismo, à participação; pode ser... há tãda uma gama de situações possíveis, que não interessa, no momento, analisar.

Interessa, si, a cada um, analisar-se, — (enquanto líder e enquanto liderado), — inserido nesse movimento:: Verificar, com tãda a objetividade, se está realmente naquela postura conscientemente crítica diante de sua comunidade estudantil universitária (em todos os âmbitos) e diante dos seus problemas de estudante universitário brasileiro, sentindo-se comprometido com êles — problemas que amanhã serão problemas profissionais, envolvendo a sua cidade, o seu Estado, o seu País... Até que ponto está realmente consciente? Qual é a capacidade real de crítica? Com que base crítica? Suposições? Comentários ouvidos e repetidos? ou análise objetiva da realidade? Até que ponto estão interessando já os problemas do povo ligados à profissão visada como estudante?? Terá cada um realmente aquêle senso de perspectiva histórica que o fará inserir-se como participante na sua comunidade, como promotor de mudança social, ajudando conscientemente, e com responsabilidade, a mudar os destinos da sua pátria? Como poderá cada um chegar a tal posição de líder autêntico? Etc...

Espero, embora sem pretensão de ter equacionado já o problema, tê-lo levantado ao menos um pouco mais vivamente, e deixo aqui o meu voto muito cordial a cada um, no sentido de que, dentro de sua história pessoal, encontre para êle a melhor solução.

Aproveito a oportunidade para me congratular com o grupo pela decisão unânime tomada no dia 10: de cada um trazer a sua colaboração individual para enriquecer o debate do dia 18; se todos conseguirem manter a sua palavra, êsse será realmente excelente, sem dúvida alguma. Assim o espero.

Em tempo: Confio ao grupo a responsabilidade integral do debate: escôlha prévia do líder, bem como adoção de qualquer técnica para tornar mais eficiente o trabalho.

6. DEBATE: A função do líder estudantil universitário no seu ambiente:

- a) enquanto lidera;
- b) enquanto é liderado.

O ROMANCE NORDESTINO DE 1928 a 1961

Análise, interpretação, comparação, influência da crítica

Virgínius da Gama e Melo,

Professor Catedrático da Universidade da Paraíba, conferência proferida no II Congresso Brasileiro de Crítica Literária — Assis, julho 1961.

Romance nordestino, entende-se aqui, como um ciclo em evolução. Começa com "A Bagaceira", de José Américo de Almeida, e tem como pontos terminais contemporâneos 4 romances novos, de quatro romancistas inteiramente personalizados — "Noturno Sem Música", de Gilvan Lemos; "O Burro de Ourro", de Gastão de Holanda; "Sua Majestade, o Juiz", de Jader de Carvalho; e "A Décima Noite", de Josué Montello. À exceção do penúltimo, que é deste ano, todos foram publicados o ano passado. Se bem que Josué Montello esteja afastado, há vários anos, do Nordeste, sua inclusão se justifica pela tendência comum aos outros romancistas citados, que é a distorção, o afastamento das linhas clássicas do romance nordestino. É importante esclarecer que, afora o maranhense Montello, residem permanentemente no Nordeste os pernambucanos Gilvan Lemos e Gastão de Holanda, além do cearense Jader de Carvalho — homens de sua região, portanto, efetivamente ligados ao meio em tôdas as suas vivências.

Pela análise literária e estilística pretendemos ver até que ponto êsses romancistas completam o ciclo nordestino, opondo-se às suas linhas clássicas de romance, e também até que ponto todos os romancistas do Nordeste impõem-se em categoria literária, autônoma em temática, em linguagem, e vinculações profundas a uma crítica, tanto literária quanto política e social.

LITERATURA PREDESTINADA

Diversos estudiosos de nossa literatura, entre os quais Franklin Tavora, Sílvio Romero e José Verissimo, sempre divisaram no Norte o berço duma literatura nacional, em virtude das condições de mis-

cegenação um tanto limitada aos 3 grupos por básicos, predomínio da língua em certa pureza, condições sociais estratificadas. Desde essa época que o problema da literatura vinculava-se radicalmente ao problema da língua, da linguagem. A figura de Aluzio Azevedo, ainda aportuguesado (constante maranhense, como se verá, embora em menor dose, ainda no Josué Montello de 1960), acaso submetido a uma análise estilística, provará agora grande parte daquele sabor nacionalista e nacionalizante que prestigiara os seus romances. Da mesma forma que o cearense Adolfo Caminha — ambos, êle e Aluzio tão distanciados, estilisticamente, do seu companheiro sulista, Julio Ribeiro. A ausência de continuidade nessa busca de um nacionalismo de arte e linguagem, em parte, explica-se pela transplantação de numerosos elementos, transplantação tanto geográfica como espiritual, cujo exemplo melhor está em Coelho Neto.

O regionalismo de Arinos, Hugo Carvalho Ramos, Simões Lopes Neto e outros, pela excessiva côm local, insistência vocabular e modismos, embora de grande significação, não possuía o "élan" de criação de um língua literária nacional, em virtude mesmo de suas limitações temáticas e lingüísticas.

Esclarece-se entender linguagem nacional artisticamente, do ponto de vista estilístico, não tanto pela busca de vocábulos ou modismos, a não ser aquêles determinados pela consciência do autor no ato da criação literária (ver Guimarães Rosa).

O Modernismo, embora ligado a uns tantos formalismos europeus, teve como bandeira a criação estilística de nossa linguagem, se podemos dizer assim. O certo é que, em última análise, o que pretendiam em seus argumentos e mesmo sua ânsia, entre outros, Graça Aranha, João Ribeiro e Mário de Andrade, não era outra coisa. "Na realidade, não sofremos apenas o mal de possuímos uma língua de que o mundo ignora a existência, o pior é que essa língua, quer na pena português, quer brotada dos nossos lábios mais largos, jamais chegou a se constituir em língua literária. Em língua culta" — diz Mário de Andrade, em "O Empalhador de Passarinhos". Evidente que não chegaríamos a uma língua dessa natureza, a literária, através dos modismos regionalistas, por mais vivos e atraentes que fôssem. Mesmo nessa época, embora os paulistas não sugerissem a predestinação nortista, reconhecida anteriormente, as razões em que se firmavam para explicar o aparecimento do Modernismo, com tais tendências, em São Paulo e não no Rio, com muito mais propriedade se aplicariam ao Norte, deduzidas as condições que impediam, entre nós, a eclosão de um movimento de tal amplitude nacional. Era o que dizia o mesmo Mário de Andrade em "Movimento Modernista" — "E, socialmente falando, o modernismo só podia ser importado por São Paulo e arrebentar aqui. Havia uma diferença profunda, já agora pouco sensível, entre Rio e São Paulo. O Rio era muito mais internacional, como norma de vida exterior. Está claro: capital do país, pôrto de mar, o Rio tem um internacionalismo ingênito. São Paulo era muito mais "moderno", porém,

fruto necessário da economia do café e do industrialismo conseqüente. Ingênitamente provinciana, conservando até agora um espírito provinciano servil, bem denunciado na política, São Paulo o mesmo tempo estava, pela sua atualidade comercial e pela sua industrialização, em contato, se menos social, mais espiritual (não falo cultural) e técnico com a atualidade do mundo”.

Pelas mesmas razões não podia a língua literária brasileira surgir do modernismo localizado no Rio ou São Paulo, como também não surgira do regionalismo mineiro, goiano ou gaúcho. As primeiras invocações do cearense José de Alencar, mal compreendidas por Franklin Tavora, embora esperasse e profetizasse êste o surgimento dessa literatura no Norte, ainda constituíam os maiores sinais da gestação que se efetuava nessas regiões e a que o livro de José Américo de Almeida, “A Bagaceira”, iria dar comêço. No prefácio, adiantava o romancista paraibano que falar como o povo fala, literariamente, não era a utilização de solecismos. E com isso se definiu o respeito à língua, o abrasileiramento sem achincalhe, o enriquecimento sem aviltamento, a estilística para o português brasileiro, o “português com açúcar” de que falava Eça de Queiroz. As estilísticas, hoje, demonstram que as línguas não se criam pelos autores, êles apenas as estilizam. Foi o que se pretendeu no Norte.

LITERATURA E DECADÊNCIA

Não é novidade que os grandes períodos romanescos são os de crise, os de decadência, os de clima angustiante. O exemplo contemporâneo mais importante está na literatura do sul dos Estados Unidos, que tanto se assemelha ao primeiro ciclo, isto é, primeira fase, do romance nordestino. Ora, êsses períodos exigem uma identificação direta do criador, uma participação com o tema, uma vivência. A angústia brasileira determinada pela queda do colonialismo, a industrialização incipiente, a ânsia de renovação política e, conseqüentemente, as primeiras críticas ao regime social, tudo isso fizera germinar o Modernismo e o perdera, pois as áreas de sua influência mais direta sofriam mais diretamente os acontecimentos. E se processava nelas um combate de forças mais ou menos equiparadas. Corresponde êsse período no Sul à decadência econômico-social do Nordeste, com o desequilíbrio social provocado pela Usina, pelas sêcas constantes a conservarem em suspenso tôda uma organização econômica a agro-pastoril. E, por sôbre tudo isso, a estagnação da vida urbana, da vida social, a decadência, enfim, diante das outras regiões brasileiras.

O NORDESTE E A CRÍTICA

Mas nada disso faria surgir a grande literatura nordestina, se essa região não estivesse fadada a ser o berço da língua literária. Daí a unidade estilística dos seus grandes nomes, como veremos a

seguir. Era um processo secular, geográfico, sociológico, lingüístico, antevisto e profetizado por tantos, que iria explodir em tôda a pujança, a partir de "A Bagaceira". Lukács, citado por Nelson Werneck Sodré, em "História da Literatura Brasileira", esclarece — "Só se o escritor sabe e intui exatamente e seguramente o que é secundário e o que é essencial, êle está em situação, ainda no plano literário, de dar expressão ao essencial e de configurar, a partir de um destino individual, o destino típico de uma classe, de uma geração, de uma época inteira. E se o escritor abandona êsse critério de medida, perde com isso a mútua ligação existente entre privado e social, entre individual e típico". Essa citação impõem-se como qualificadora dos romancistas nordestinos — êles souberam intuir e saber o que era essencial e secundário: tiveram êsse critério de medida e denunciaram o destino típico de uma época, de uma geração. A ajuda da crítica literária a êsse romance é dos fatos mais importantes da vida brasileira. O êxito coroou a estréia de todos êles José Américo, Rachel de Queiroz, Jorge Amado, Graciliano Ramos.

A LITERATURA DO NORDESTE

No artigo que escreveu sôbre "Menino de Engenho", de José Lins do Rêgo, afirma João Ribeiro: "Quanto a nós, achamos que êsse livro é um dos tipos de "brasilidade" de nossa literatura. Nêle não há a preocupação do regionalismo, é a **expressão viva da linguagem do Norte, alheia ao vernaculismo de artifício da literatura corrente**". Que era isto senão a língua literária ansiada pelos Modernistas, à frente Mário de Andrade? E pelo próprio João Ribeiro em seu combate pela língua nacional? Literatura do Norte ou língua literária, localizda nas indagações de Franklin Tavora, Sílvio Romero, Verissimo, entre tantos outros? Lins do Rêgo, Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos, José Américo de Almeida, nos seus livros de estréia, encontraram a crítica e o público brasileiro. A crítica saudava a "língua literária" e o público comovia-se pela "brasilidade". Realizava-se, nesses romancistas, o processo enunciado por Lukács e já citado — o depoimento por uma geração, por uma época inteira.

ESPÍRITO CRÍTICO DÊSSES ROMANCISTAS

José Aderaldo Castelo, no prefácio à nova edição dos romances de José Lins do Rêgo, destaca que o espírito crítico, e mesmo a atividade da crítica literária, sempre acompanharam ao romancista paraibano. De José Américo de Almeida, não se precisa dizer mais do seu espírito crítico que retornar ao prefácio de "A Bagaceira". Graciliano Ramos, como artista-crítico, todo mundo sabe quem é. E Rachel de Queiroz, nesta nova edição dos seus romances, afirma: "Até mesmo uma revisão maior parece imprudente, porque logo o remendo sobressai, anacrônico, tão diversa será, naturalmente, a escritora de hoje da pessoa que escreveu a matéria revisada". Confis-

são natural em qualquer escritor mas, no caso nordestino, temos que atentar para o interesse crítico em conservar íntegro o livro, na forma primeira. Por tudo isto se vê que eram artistas deliberados, críticos, sofrendo a influência da crítica literária e social, prestando depoimento de geração, de época, de brasilidade.

AFIRMAÇÃO SOCIAL E LINGÜÍSTICA

Queriam protestar em favor de seu povo —uns falando do feudalismo da área batida pela sêca, outros, da proletarização que a Usina trouxera. No prefácio de "Usina", diz José Lins do Rêgo — "... comecei querendo apenas escrever umas memórias que fôsem as de todos os meninos criados nas casas grandes dos engenhos nordestinos. Seria apenas um pedaço de vida o que eu queria contar. Sucede, porém, que um romancista é o instrumento apenas de fôrças que se acham escondidas em seu interior". E, abandonando a área do engenho, faz o romance dos "Cangaceiro", o da catarse religiosa na "Pedra Bonita", o romance político do Recife em "O Moleque Ricardo", o contato de raças em "Riacho Doce", além da salinagem de "Água-Mãe". Em todos, entretanto, como em José Américo, em Graciliano Ramos, em Rachel de Queiroz, o protesto em favor dos injustiçados, a consciência de responsabilidade pelo destino do semelhante, a denúncia da injustiça social, da ordem econômica que se desmantela. Em Rachel de Queiroz e em José Américo, o problema da sêca ainda é puramente climatérico — a miséria provém dos elementos, da ausência de chuvas, do abandono a que são relegadas aquelas criaturas. Em Graciliano Ramos, o fenômeno é apresentado no seu ângulo social, na exploração do homem pelo homem.

Ficará, entretanto, em todos êsses romancistas, aquela condição referida por Lukács de depoimento de uma geração, de uma época inteira. Havia nêles uma consciência de classe que os levou, pela primeira vez no Brasil, em têrmos artísticos, a separar o essencial do acidental, o principal do acessório. Mesmo nos mais apegados à aparência física dos fatos sociais, já se observam os indícios do exame interior de uma realidade mais profunda. A "brasilidade", ansiada por tantos durante tanto tempo, e sentida por João Ribeiro logo no primeiro livro de José Lins do Rêgo, teria, no êxito absoluto dos livros de estréia dêsses romancistas, característicos de uma presença nacional, que se não afirmava sòmente no sentido, na temática dêsses romances, mas em sua língua literária.

LÍNGUA LITERÁRIA

A êsse momento do romance nordestino corresponde o início de nossa língua literária. Em José Américo, ainda temos vez por outra uma frase ausente do nosso meio. Em Rachel de Queiroz, embora mantida a orientação portuguesa, há uma modernização pe-

la introdução de termos locais, expressões, modismos, desbastamentos de linguagem — a frase curta, incisiva, com apoio na simplicidade ordenada da seqüência. Em José Lins do Rêgo, memorista da decadência, há a formulação monótona, a reptição insistente, proustiana. Em Graciliano Ramos — a diminuição da paisagem física, alevanta-se a paisagem humana, a preocupação social determina planos, intenções, como em "Vidas Sêcas". Em todos êsses escritores observa-se a língua portuguesa adquirindo a "brasilidade" que se reflete do temário e da posição dêsses romancistas (citação de Lukács) voltados para uma atitude crítica tanto literária quanto política e social.

NOVOS ROMANCES DO NORDESTE

São 4 os mais recentes, quase todos do ano passado. A êles pode incorporar-se Jorge Amado com "Gabriela, Cravo e Canela", cuja afetividade, entretanto, o separa dos outros. A evolução criadora de Jorge Amado parece-nos um bocado original, não se aglutinando à linha de conduta dos outros romancistas. A estilística, em Jorge, terá largo campo de estudo ou aplicação, pois a contribuição pessoal, facilmente determinável pelo conjunto da obra, terá uma filtração evidente, sem o coletivismo, a incidência grupalista que desejamos frisar. É verdade que o seu último romance "Gabriela, Cravo e Canela", participa, de certo modo, dessa tendência nova do romance nordestino no sentido correspondente à modificação da mentalidade regional. Ficaremos, porém, com os já citados. Dos 4, o "Noturno Sem Música", de Gilvan Lemos, é o que mais permanece fiel à temática e às linhas clássicas do romance nordestino. Mas já se nota nêle uma nova perspectiva, menos impressionismo e mais expressivismo. "A Décima Noite", de Josué Montello, como já se disse, embora não siga grande coisa do antigo romance nordestino, serve para estudo por ser obra de um maranhense, sôbre São Luiz, e ainda porque sua atitude de objetividade e imparcialidade é a nova tendência do romance nordestino; e sua linguagem aproxima-se muito da de Jader de Carvalho em "Sua Majestade, o Juiz" e da de "O Burro de Ouro", de Gastão de Holanda, aliás o mais representativo da nova tendência pela influência evidente da nova crítica. Jader de Carvalho, na linha dos romancistas da sêca, completa José Américo, Rachel de Queiroz e o próprio Graciliano que apontara a exploração do homem pelo homem mas não desvendara as razões políticas, o locupletamento das autoridades pela "indústria da sêca", tema de Jader. "O Burro de Ouro", de Gastão de Holanda, é o romance do desenvolvimento econômico do Nordeste. E também o mais renovador artisticamente e onde a crítica atual exerceu a maior influência. Êstes novos romances opõem-se, por vários motivos, aos romances anteriores, embora guardem fidelidade às conquistas da língua, a fidelidade ao "status" de seu tempo, classe e região. Daí a curiosidade de distinção.

APROXIMAÇÃO E DISSOCIAÇÃO ENTRE OS NOVOS E OS ANTIGOS ROMANCES

O tema no espaço, o meio geográfico, permanece o mesmo. Há também a mesma obediência, digamos, ao tempo cultural e nisto se separam pelos efeitos. Todos se equacionam em angústia, problema, crise — a variação está na perspectiva subjetiva ou objetiva, ora do autor, ora da consciência regional em dado momento. O conteúdo sociológico ainda é predominantemente econômico. A obediência temporal leva-os àquilo que Taine denominou "temperatura moral" — consciência de tempo-situação.

PERSONAGENS E CARÁTER

As personagens nos dois grupos de romances nordestinos, na sua maioria, são símbolos, arquétipos, obedecendo sua mobilidade ao caráter. No primeiro grupo, aliás, em grande parte, são uma decorrência do próprio autor. O Carlos de Melo, em José Lins do Rêgo, por exemplo, é quase êle mesmo. Conceição, de "O Quinze", sente-se, é muito Rachel de Queiroz. Graciliano é quem mais se disfarça mas compare-se as reminiscências de "Infância" e as "Memórias do Cárcere" e veja-se quanto ficou do romancista, espalhado em suas criações. Os bacharéis — promotores de "A Bagaceira" são, evidentemente, muito José Américo. A ação obedece ao caráter das personagens, a mobilidade é reflexa. As personagens, não descritas, revelam-se na mobilidade.

Já no segundo grupo, o recente, a projeção do autor nas personagens em relação ao primeiro grupo, o de 1930, é quase insignificante. José de Sampaio Nogueira, de "Sua Majestade, o Juiz", pouco tem de Jader de Carvalho. Como também, talvez somente o ambiente profissional, se fôr o caso, haverá do autor no Deucalião, de Gastão de Holanda, em "O Burro de Ouro".

Perdem, portanto, os novos romancistas do Nordeste, desvinculando-se de suas personagens, aquêle sentido impressionista, afetivo, projecional, que criara a atmosfera romanesca dos autores de 1930. Essa oposição é realmente importante e vai influir seriamente no espírito e no texto da obra.

QUANTO AO LÉXICO

O processo estilístico dos romancistas nordestinos foi aquêle que Amado Alonso encontrou em Guiraldes — "La afortunada innovación estilística de Guiraldes consiste en haber elaborado literariamente la lengua viva de los provincianos cultos em vez de agauchar la lengua literaria general" — artigo em "La Nación", citado por Castagnino em "El Análise Literário". Os arcaísmos na língua literária nordestina, na maioria, são de uso corrente na região. No livro de Josué Montello, "A Décima Noite", que é onde

encontramos maior cópia dêles, sabe-se que aquilo é a linguagem corrente do Maranhão, indicando a permanência, especialmente no interior, de vocábulos e construções mais ou menos caídas em desuso em outras partes do país. Os neologismos, que são em menor número, apesar dos trabalhos de Ribeiro Couto em relação ao livro de Rachel de Queiroz, são mais dizeres e modismos no pitoresco linguajar nordestino. Quer dizer, os neologismos são captados na mais pura tradição popular. E tanto isso é verdade que José Américo, no prefácio de "A Bagaceira", pugnava pela linguagem popular mas sem nenhum solecismo.

Essa tradição continua nos novos romancistas, donde se vê que a conquista da língua literária no Nordeste, tem sinais de permanência, ficando com Graciliano Ramos o virtuosismo vocabular.

As "palavras catalizadoras" de Ghyka são facilmente rastreáveis no primeiro grupo dos romancistas nordestinos. O verbo "carrecer" por exemplo. E, particularizando mais, individualmente, o verbo "ver" em José Lins do Rêgo, cujo pretérito "via", aliás tomado no presente, aparece mais de 20 vezes somente numa página de "Água-Mãe". Essa é uma constante em José Lins do Rêgo, como também o silêncio que, expresso e não por intermédio de omissões, lhe proporciona dos melhores recursos. Como será o caso da reticência em Rachel de Queiroz, especialmente em "O Quinze", particularmente no colóquio — "Não sei... Para mim, isso agora já é um capricho. Tomei a peito e vou ao fim... Se salvar tudo, lucro muito... se nada, paciência..." Aí não temos somente o recurso gráfico, há uma funcionalidade estilística relevante. Não se trata de uma "palavra catalizadora", é exato, mas a referência impôs-se associativamente. "Sumir-se" é que é a "palavra catalizadora" em Rachel de Queiroz. Em Graciliano Ramos, se é possível, parece ser "plantar", especialmente "plantado na terra". Veja-se a identidade de espírito dos três escritores, a sua projeção e temário, na riqueza conotativa de "silêncio" de José Lins do Rêgo, "sumir-se" de Rachel de Queiroz, além das reticências, que correspondem a silêncio estilístico, e o "plantado" de Graciliano Ramos. Considere-se o que há de sugestivo na amplidão deserta e silenciosa do Nordeste, do ir-se da sêca, nesse "sumir-se" e nesse desejar-se "plantado".

Nos romances do novo ciclo do romance nordestino não se encontram "palavras catalizadoras", pelo menos com a força e o sentido dos romances do primeiro ciclo, onde havia uma condensação léxica. A desigualdade e a multiplicidade vocabular de "O Burro de Ouro" tornam duvidosa qualquer conclusão nesse sentido, de vez que o estilo de Gastão de Holanda varia constantemente. Já no romance de Jader de Carvalho, a dificuldade de seleção se adianta em virtude das numerosas palavras com função média. Talvez "venal" por subjetivismo. No romance de Josué Montello toda a conotação léxica, a "palavra catalizadora", pode existir em "azulejos", que está recordando a casa, a derivação portuguesa, todo o objetivo e o subjetivo que se encontram em "A Décima Noite".

Essas conotações léxicas, de logo, indicam a diferença fundamental entre essas duas fases do romance nordestino — a participação intrínseca do primeiro romance e a imparcialidade do segundo.

IMPRESSIONISMO E EXPRESSIONISMO

O processo lógico do expressionismo, com sua seqüência ordenada, em parte, existe no primeiro ciclo do romance nordestino. Mas o que melhor se observa como recurso artístico é o impressionismo, especialmente em sua tendência para materialização do inconcreto, dar animismo às coisas e objetos, além dos fenômenos naturais. O tempo, por exemplo, em José Lins do Rêgo, é puramente subjetivo. O uso das sinestésias nesse autor, como nos outros do primeiro ciclo, é também concludente, com particularidade de na combinação auditivo-visual: "A velha casa de taipa negrejava ao sol o telhado de jirau" (O Quinze). E ainda, no mesmo livro, outro exemplo dos numerosíssimos — "O céu, transparente que doía, vibrava, tremendo feito uma gaze repuxada". Em "Menino de Engenho", de José Lins do Rêgo — "O trem pedira licença de Itabaiana, partira do Pilar". Sendo que no romancista paraibano estas sinestésias possuem recursos auditivo-visuais os mais concludentes — "Enchia-se o areal branco de berros agoniados" — (Banguê).

O mesmo encontra-se nos novos romancistas. Um exemplo de Jader de Carvalho em "Sua Majestade, o Juiz" — "A Serra está morrendo". Êste outro, de Gastão de Holanda, em "O Burro de Ouro" — "Ao fundo estendia-se um enorme sítio".

As cenestésias encontram-se também indistintas e sem predomínio tanto nos romances do primeiro ciclo como no do segundo. "Saí da rêde como quem fugia de um ninho de cobras" — José Lins do Rêgo em "Banguê". Rachel de Queiroz em "O Quinze" — "À janela, a moça acenava com a mão, depois com o lenço, que vibrava como uma asa fugitiva, voando para longe". De Graciliano Ramos, em "Vidas Sêcas" — "Aparentemente resignado, sentia um ódio imenso a **qualquer coisa** que era ao mesmo tempo a campina sêca, o patrão, os soldados e os agentes da Prefeitura". De Gastão de Holanda, em "O Burro de Ouro" — "A conversa era uma vertigem ao som da chuva".

AS LINHAS IMPRESSIONISTAS

Determinam-se mais nos romances do primeiro ciclo. A predominância das linhas curvas no descritivo das formas, indicando afetividade, encontra-se em José Lins do Rêgo, Graciliano Ramos, José Américo, Rachel de Queiroz. Já no segundo ciclo, a predominância é da linha reta, indicadora da racionalidade, da imparcialidade, que dominam Jader de Carvalho e Gastão de Holanda, Josué Montello, talvez, equipare as duas formas lineares. Neste, observa-se regu-

laridade, simetria. Em José Lins do Rêgo há a constante das sinuosidades, redondezas lânguidas. Em Rachel de Queiroz destaca-se o esbater da planície e das serras no "sumir-se ao longe". Em Graciliano Ramos, porém, as asperezas, as angulações ferozes, buscando na enumeração a fixação paisagística, são a predominante. A mesma angulação encontramos em Gastão de Holanda, um direcionismo racional de construção, um caráter quase higiênico em relação a uma possível afetividade. Em Jader de Carvalho, a ação e o aproveitamento coloquial, de um certo modo, excluem o descritivo, encaracterizando-lhe a obra quanto às linhas, às massas, os volumes.

O CROMATISMO

O mesmo ocorre com o cromatismo. Em todos os romancistas nordestinos, à exceção de algumas páginas de José Américo de Almeida e José Lins do Rêgo, tanto os do primeiro ciclo como os do segundo, isto é, segunda fase, utilizam muito pouco as côres. O "verde", o "cinza", o "vermelho" são mais empregados — tudo decorrência evidente duma temática motivada pelo contraste entre a vegetação e o deserto causado pela ação do sol, ao qual se alia sempre a conotação de "vermelho". É um cromatismo, portanto, determinado pela vivência, sem valor artístico, quer dizer, sem indicar a busca de uma valorização cromática artística. Nem mesmo essas côres revelam uma cópia da realidade, uma redundância, uma acentuação do evidente existente. A maioria delas, especialmente o cinza e o branco, são aparências sugestivas, como será também o vermelho. Considere-se, para finalizar, que êsse cromatismo, em grande parte associado ao auditivo, especialmente em José Lins do Rêgo, obedece a uma sucessividade temporal, pela oposição entre as diversas fases, as estações.

Nos romancistas da segunda fase diminui largamente o cromatismo. Em Jader de Carvalho, em Josué Montello, em Gastão de Holanda. Indicar-se-ia que são romances urbanos, evidentemente não provocados pelas perspectivas cromáticas das áreas rurais, como acontecia nos romances da primeira fase. É exato. Mas convém notar que mesmo num romance urbano, no romance político do Recife, em "O Moleque Ricardo", José Lins do Rêgo usou dos recursos cromáticos exaustivamente e as suas páginas sobre o Manguê e o Carnaval são das coisas mais versáteis e coloridas que já tivemos em literatura brasileira. Sem dúvida que a modificação ambiental levaria à modificação cromática, mas, acaso as cidades de hoje possuirão menos colorido que as áreas rurais ou muito mais? A negativa se impõe, pelo menos durante a noite, e os novos romancistas nordestinos, urbanos que são, desenrolam as suas histórias em grande parte noturna, e não encontramos nelas a busca cromática, a insistência adjetivante e caracterizante da côr, que era dominante no início da língua literária nordestina, brasileira quer dizer. Tudo isso significa que alguma coisa de nôvo está

acontecendo no romance nordestino, que só se explica por aquela fidelidade inicial, que foi a grandeza dêsse romance, a fidelidade ao tempo-situação, à "temperatura moral" de Taine, e também a sua permanente orientação crítica, tanto literária quanto política e social.

HIPÉRBOLE

As **HIPÉRBOLES** são bastante usadas nas duas fases do romance nordestino. Rachel de Queiroz dirá — "Tudo morria". As **SINONÍMIAS**, não léxicas, mas por proximidade, intencionalidade de sentido, são também muito usadas, da mesma forma que a **intensificação por contraste**, antítese. Todo o processo estilístico do romance da primeira fase é justamente a oposição com base ora telúrica, ora social. Telúrica pelo contraste entre o "verde" da época invernosa e o deserto mais ou menos "cinza" criado pela sêca. Social, pela situação de prosperidade em certas classes e regiões diante de outras classes e regiões. Graciliano Ramos, em "Vidas Sêcas", é altamente expressivo dessa conjuntiva oposicional telúrico-social — "Entristeceu. Considerar-se plantado em terra alheia! Engano. A sina dêle era correr mundo, andar para cima e para baixo, à toa, como judeu errante. Um vagabundo empurrado pela sêca. Achava-se ali de passagem, era hóspede. Sim senhor, hóspede que se demorava demais, tomava amizade à casa, ao curral, ao chiqueiro das cabras, ao juazeiro que os tinha abrigado um noite".

NOMADISMO

O seu **NOMADISMO**, final, não é exclusivamente telúrico, é econômico. Como o será também o das personagens de José Lins do Rêgo, com o Carlos de Melo tangido por Zé Marreira e depois na absorção do engenho pela Usina. E também os retirantes de José Américo e de Rachel de Queiroz. Há uma **consciência de desajustamento**, de não fixação na terra em todo o romance nordestino. Tôdas as personagens como se sentem estrangeiras, e isto é curiosíssimo num romance de tão vincada projeção telúrica. Adiante-se que o recente romance nordestino, o publicado em 1960, participa do mesmo desarraigamento, da mesma nostalgia pelo chão próprio, isto é, onde possa deitar, livre e soberanamente, as raízes. Em "Décima Noite", de Josué Montello, por exemplo, o desajustamento tem um sentido eminentemente nordestino — a recomposição do "paraíso desfeito", como diria José Lins do Rêgo. Retorno à mãe, à cidade, e o desencontro com a mãe morta e com a cidade desconhecida e hostil — a solução é o isolamento e a imagem de casa é uma sombra enorme no livro todo. Em "Sua Majestade, o Juiz", de Jader de Carvalho, observa-se que a mudança contínua de cidades, embora por dever de profissão, corresponde à ausência de fixação, à eterna impossibilidade do exercício do ânimo de ficar, típico do romance

nordestino. Nessa atmosfera, mesmo com a terminação da carreira no Tribunal e em Fortaleza, há sempre o desejo de retorno às pequenas e pacíficas cidades — "... nasci para juiz de cidades mortas como Aquirás e Aracati... Amo as paisagens tranqüilas; o mar numa enseada, um campo ao crepúsculo, uma sociedade onde os homens já não falem, não comandem, não exijam, não peçam, senão através de fatos históricos. Em suma: gosto do passado". Esta mesma insegurança, essa não fixação em terra e posição, embora sem o sentido nostálgico, tão travoso no romance nordestino da primeira fase, encontra-se também no mais imparcial, o menos afetuoso e duro de todos êsses romances, sejam os primeiros ou os últimos, "O Burro de Ouro", de Gastão de Holanda. Tôda a posição social, riqueza, casamento, tudo de Deucalião, reside na precariedade, na ausência de fixação, numa consciência evidente de insegurança, de transitório. Até o proceso bancário, êle transforma, determinado por aquela insegurança interior, numa aventura de conseqüências imprevisíveis, tão imprevisíveis que o levam à derrota final, à perda do Banco.

Essa modificação apresentada em "O Burro de Ouro", não é, seguindo a linha dos demais romances nordestinos, operada pela ação exterior e, se o fôr, o será apenas aparentemente. A ação terceira no romance nordestino das duas fases é um fenômeno puramente circunstancial, não constrói as situações pois elas veem do íntimo das personagens. Projeta-se tanto no romance antigo, o de 1930, como no de hoje, o de 1960, a evidência de que essa não permanência é reflexo do desajustamento individual. É por isso que, no livro de Gastão de Holanda, Deucalião troca, com resignação e mesmo laivos de entusiasmo, o banco pela usina. Mas isto se processa intimamente; no exterior, pelo menos para a personagem, realiza-se como uma atitude de ódio, de dureza, de liquidação do próprio banco, na oportunidade em que renuncia à superintendência. Não parece, entretanto, que isto venha a realizar-se; as linhas do novo proceso já lhe fugiram das mãos — êle cumpre apenas o destino de mudança, de insegurança, o destino de personagem de romance nordestino.

A REPETIÇÃO

É outro recurso de afetividade, por via dedutiva, fácil de ser encontrado nos romancistas da primeira fase, sendo que em José Lins do Rêgo a repetição vocabular atinge a monotonia, como vimos no exemplo de uma página de "Água-Mãe", em que o pretérito do verbo ver — "via" — tomado no tempo presente, aparece mais de 20 vezes. Em Graciliano Ramos, no mais objetivo dos seus romances, em "Vidas Sêcas"; encontramos a repetição de um período inteiro: Pág. 29 — "... acocorada junto à trempe, a saia de ramagens entalada entre as coxas, preparando a janta". E na página 47 — "Acocorada junto às pedras que serviam de trempe, a saia de ra-

magens entalada entre as coxas, Sinhá Vitória soprava o fogo". Havia um sentido decorativista na paisagem que se unia à personagem.

A reptição não existe nos romancistas mais novos, os 1960.

OS SILÊNCIOS ESTILÍSTICOS

Realizados pela omissões dos nexos, pela reticência, etc., são postos como dos melhores característicos recursos dos romancistas da primeira fase. A elipse dos versos em Graciliano é altamente visível e a acentuação das omissões, até gràficamente, por meio das reticências, é quase uma determinante na linguagem coloquial. Essa economia expressiva é sintomática em Rachel de Queiroz — "O vaqueiro, interrogado, concordou". Retirar, sempre era melhor... Êle iria levando o gado, devagarinho, por causa das vacas de bezerro... Madrinha Inácia, da cidade, teria o cuidado de mandar de vez em quando umas arrobas de caroço de algodão, para ajudar o trato... Na serra poderia ser até que escapasse muito..." (O Quinze).

O nôvo romance nordestino, praticamente, exclui a reticência. Raros capítulos em "O Burro de Ouro" apresentam uma reticência. Dificílimo encontrar uma em "Sua Majestade, o Juiz". Como também são raras as que aparecem em "A Décima Noite".

Ora, sendo a reticência um recurso de afetividade, parece ter havido exagêro afetivo nos romancistas da primeira fase, aliás de acôrdo com outros elementos probatórios. Sendo o nôvo romance muito pouco afetivo é natural que a tendência desapareça. Pelo livro de Josué Montello verifica-se que o seu uso não é tão corrente na região maranhense, de modo que parece um recurso meio esgotado no que se poderia chamar a língua literária criada pelo romance nordestino.

Entre os **SIGNOS ESTILÍSTICOS DE AFETIVIDADE** destaca-se o pormenor impressionista do uso dos diminutivos, comum no romance nordestino clássico, e que sofre enorme redução nos romancistas de 1960, mas que ainda persiste, como neste exemplo de Gastão de Holanda — "Nas paredes do terraço, ornando o áspero rebôco, estavam pendurados medalhões de gêsso, lisinhos, com frases e bichinhos pintados". Observe-se, porém, a oposição entre "áspero rebôco" e "lisinhos" e "bichinhos".

O ARTIGO

O nôvo romance restabelece o uso do artigo que fôra praticamente eliminado até nos títulos do romance anterior. A individualização imprescindível, às vêzes, como em "O Quinze" de Rachel de Queiroz, era que forçava o artigo, nunca a necessidade expressiva. Veja-se a ausência do artigo em José Lins do Rêgo e Graciliano Ramos. Amado Alonso dá grande importância à omissão do atrigo, típica do romance nordestino da primeira fase. Cuerno, analisando "Don Quixote", apontou a conotação entre o artigo e os possessivos, também típica

no romance nordestino da primeira fase. O artigo, mesmo acompanhando os possessivos, reaparece nos novos romances com uma insistência impressionante. E o que é mais curioso é que essa forma de construção não tem apoio na linguagem coloquial nordestina, excludora do artigo acompanhando o possessivo. Não encontra ressonância no linguajar maranhense, mais vincadamente de origem portuguesa, como se vê do livro de Josué Montello. Pelo menos tão abundantemente como existe nos romances de Jader de Carvalho e Gastão de Holanda.

A insistência nesse recurso era fundamente nordestina, pela co-da racionalidade, está a procurar uma maior individuação.

A INTERJEIÇÃO VOCABULAR

Que era outro recurso dos romancistas da primeira fase, raramente aparece no novo romance. Aquêles baixos têrmos gritados pelo coronel José Paulino ou pelas personagens de Graciliano Ramos e que foram tão usados por Jorge Amado, no sentido evidente de interjeição, não aparecem (só raramente, nada concluindo portanto) nos novos romances.

A LUTA CONTRA O ADJETIVO

Que, na primeira fase, fôra uma de suas bandeiras, admitindo apenas a funcionalidade ora impressionista, ora expressionista, atenua-se singularmente no novo romance (menos em Jader de Carvalho, onde se poderá descobrir influência jornalística) de tal modo que há períodos nos quais todos os substantivos se fazem acompanhar de adjetivos. Alguns dêsses adjetivos indicam preciosismo, artifício. Êste, por exemplo, em Gastão de Holanda — “Era um prédio propaxítano”. Isto, evidentemente, sem nenhum apoio numa língua literária nordestina ou mesmo coloquial, indica porém um sentido crítico.

AS MODIFICAÇÕES OU LICENÇAS DOS TEMPOS VERBAIS

De grande apoio na linguagem coloquial nordestina, constituíram um dos melhores recursos estilísticos dos romancistas da primeira fase. Os “presentes habituais”, as transposições do pretérito (já citadas em José Lins do Rêgo) e do futuro para o tempo presente, foram das melhores fontes para o enriquecimento estilístico dos romances iniciais. Essa modificação torna-se de grande beleza na conjugação perifrástica dos verbos de movimento. Entre numerosos exemplos, podemos citar Rachel de Queiroz — “Depois, o cavalo e o cavaleiro foram-se destacando na sombra escura que avançava”. Veja-se, estilisticamente, a serena beleza dêsse “avançava” para a proximidade, para o presente. Êsses verbos sintagmáticos no dizer de Garcia de Diego, na primeira fase dos romances nordestinos tiveram largo emprêgo e conduziram a algumas expressões de rara beleza.

A insistência nêsse recurso era fundamente nordestina, pela conotação de prolongamento, de sumiço, de partir-se — “ia despertando”, “ia amanhecendo”, “foi escurecendo”. No romance de Josué Montello sôbre São Luiz do Maranhão, observa-se a sensível ausência dêsse recurso, ocorrendo o mesmo nos livros de Jader de Carvalho e de Gastão de Holanda. Os tempos de verbo, nêles, obedecem a um sentido gramatical, afirmativo, racional, sem aquelas licenças estilísticas. A conjugação perifrástica dos verbos de movimento, os sintagmáticos, padece do mesmo processo de redução. Aqui e ali, pode aparecer a conjugação perifrástica do verbo de movimento, mas com uma finalidade de caráter circunstancial, nunca de prolongamento como era o caso do romance anterior, uma espécie de sinonímia em profundidade extensiva, de largo poder expressivo e ligado à psicologia do romance que utilizava.

CONCLUSÕES

Êstes e outros aspectos de análise, de temática, de interpretação, de estilística, opõem o nôvo romance nordestino, de 1960, ao de 1930. Ressalte-se que se trata de romances, críticos, todos das duas fases. De romances que obedeceram e atenderam às orientações da crítica literária brasileira e também à crítica político-social das respectivas épocas. Como produtos artísticos, são transfigurações de pensamentos críticos. Na primeira fase examinavam com afetividade a realidade nordestina, e acenavam com a língua literária nacional, desejada há tanto tempo, e para a qual eram predestindos histórica, social, cultural e econômicamente. Ora, tudo isto antes dêles, isto é, dos romances e dos romancistas, já fôra apontado pela crítica literária nacional.

O segundo romance surge quando o Nordeste se integra no ritmo de desenvolvimento nacional, pré-capitaliza-se, e sob a influência da crítica político-social modifica a sua temática, de certo modo, embora permaneça prisioneiro daquelas fidelidades de terra, raça, tempo-situação regional. A aparente libertação do romance que se fazera há 30 anos, indica nessa libertação a fidelidade às mesmas fôrças que haviam feito o romance anterior. Trata-se de um romance que surge também em virtude da nova orientação da crítica literária brasileira que exige o apuro de expressão, o formalismo, maior sentido de artesenato. Mas esta modificação estilística, mesmo que pareça, como vimos em parte, um tanto distante da possível língua literária de brasilidade, esboçada pelo romance anterior, em suas linhas gerais obedece às mesmas origens do romance primitivo traduzem uma nova “temperatura moral”, que é da região inteira, como o fôra também, produto do seu tempo, o romance anterior, o de 1930. Fica, portanto, o nôvo romance nordestino dentro dos mesmos limites críticos do romance clássico, obedecendo às novas diretrizes, tanto da crítica literária quanto da crítica político-social. É sua singularidade.

A PERSONALIDADE IDEAL — PROBLEMAS PSICOLÓGICOS DOS TIPOS DE LÍDERES

Prof. Paulino Antunes dos Santos, Psicólogo, Professor do Instituto de Psicologia da P.U.C. — Aula proferida no Curso de Líderes Universitários da P.U.C. — maio 1962.

Creemos que para compreendermos os problemas de ordem psicológica dos Líderes, devemos compreender, inicialmente, qual seja a Personalidade: em seu desenvolvimento, sua estrutura e suas, digo, seus componentes ideais.

São palavras de Julian Huxley que sintetizam com muita propriedade o que vem a ser a personalidade: "Durante o crescimento do homem, a mera individualidade se torna personalidade".

O organismo passa por um processo de desenvolvimento genético, dinâmico, progressivo, organizado e evolutivo que é determinado biológica, psicológica e culturalmente. Em síntese, podemos dizer que o desenvolvimento da personalidade é determinado BIOPSICOLÓGICAMENTE.

Para não nos alongarmos neste assunto — o que tomaria todo nosso tempo — apenas procuramos sintetizar em algumas palavras.

No momento da formação biológica do indivíduo há a transmissão dos caracteres genéticos dos pais. Porém, os gens não podem transmitir características adquiridas, transmitindo determinadas potencialidades hereditárias e, provavelmente, certas disposições constitucionais.

Através da Herança Social o indivíduo adquire conhecimentos pelos costumes elementares (folkways) e pelos costumes aperfeiçoados (mores). E essa Herança Social é transmitida através da INTERAÇÃO SOCIAL, isto é, sendo o ser humano um ser gregário, suas ações são recíprocas. Nessa reciprocidade, a transmissão dos conhecimentos é feita por Imitação, por Sugestão e por Educação.

ESTRUTURA DA PERSONALIDADE

Após a visão muito geral do processo de desenvolvimento da personalidade, tomemos a concepção estrutural Freudiana da personalidade, conceito êsse que, no dizer de KOLB "... facilita a idéia da

dinâmica no funcionamento da personalidade". São divisões puramente hipotéticas, não são estanques, mas que estratificam com muita propriedade as instâncias da personalidade.

ID — é a designação coletiva para os impulsos primitivos, biológicos e agressivos. É o segmento emocional impulsionado pelos instintos da personalidade, tais como os impulsos básicos por alimento, agressividade, satisfação sexual, em suma, o ganho imediato de determinados objetivos. Portanto, o ID se rege pelo princípio do prazer.

EGO — ou "si-mesmo", é a parte da personalidade em contato com o mundo atual. É um grupo de funções que, para facilitar, é usado no singular, coletivamente. Transaciona como meio ambiente pela percepção, pelo pensamento, pela emoção e é a porção controladora consciente da personalidade. É o agente integrador e executivo da personalidade, intermediário entre o mundo interior e o exterior. Ajusta a conduta de tal forma a acomodar as exigências instintivas do ID e as exigências censoras do SUPER-EGO, criando uma conduta aceitável, sem sacrifícios extremos.

SUPER-EGO: é o segmento inibidor, representando os valores morais e sociais internalizados. Ao mesmo tempo é conselheiro, admoestador e ameaçador. As figuras de autoridade na vida (pais, mestres, sociedade com seus padrões) que controlam, castigam ou recompensam, são internalizados, incorporadas à personalidade e formam o SUPER-EGO. Portanto, é a censura, a parte repressora da personalidade. Sempre que o EGO aceita os impulsos do ID, o SUPER-EGO critica, censura e provoca sofrimentos.

A personalidade bem ajustada tem uma conduta que satisfaz tanto ao ID como ao EGO e ao SUPER-EGO.

Poderíamos fazer a seguinte comparação: o ID, o EGO e o SUPER-EGO seriam, respectivamente, os poderes Legislativo, Executivo e Judicial. E, assim como o Povo age sobre os três poderes, principalmente sobre o Executivo, o Meio-ambiente age sobre as três instâncias da personalidade, principalmente sobre o EGO.

A PERSONALIDADE IDEAL

Claro está que a personalidade ideal, em termos gerais, será a bem equilibrada em suas três instâncias. Se uma pessoa não controlar seu ID, deixá-lo desenfrear-se, terá sua personalidade impulsionada por impulsos mais baixos; tais casos acontecem nas psicoses, em que o Super-Ego pode estar desintegrado e, como consequência, o Ego não tem controle. Inversamente, se uma pessoa aceita, por temor, toda a imposição do Super-Ego, terá uma personalidade rígida, inibida, infeliz, ansiosa podendo chegar a uma neurose ou psicose.

Porém, considerando-se a personalidade integrada, o ideal dessa personalidade seria (na opinião de Prinzhorn e Myra y Lopez) integrada de características inatas e adquiridas. Claro está que ter, al-

guém, todos êsses componentes, seria exigir-lhe demasiado. Contudo, ter mais ou menos um pouco de cada, mais de algum que de outro, já seria uma forma de personalidade ideal.

SIMPATIA — A simpatia é um aspecto afetivo na interação social. Sob um ponto de vista psicológico, é subjetiva, depende do ponto de vista de cada um. Contudo, seria o tornar objetivo o seu subjetivismo, apoiado no conhecimento que tem do contato humano. Pode ocorrer de formas variadas, como a pessoa julgada antipática pela fisionomia mas que se torna simpática na palestra, no contato e até no saber calar-se. É, na personalidade ideal, o saber transportar-se de si para o próximo.

EMPATIA — Capacidade de situar-se imaginativamente na mente de outrem e captar suas vivências, seus sentimentos, suas reações afetivas e intelectivas. É o subjetivar em si o que sente objetivado nos outros. É trazer para si, o próximo.

INTUIÇÃO — Capacidade de se antecipar e descobrir o que se passa na consciência dos outros. Na mulher há maior predomínio natural do conhecimento intuitivo.

CONHECIMENTO HUMANÍSTICO — Entrando a cultura na formação da personalidade, quanto maior a cultura e quanto mais variada em qualidade, maior segurança terá o indivíduo para enfrentar a realidade. Por outro lado, o amplo conhecimento de humanidades, por si mesmo, colabora para que haja compreensão mais ampla e segura da própria vida.

DUUTILIDADE E ENERGIA — Capacidade de ser dócil, sem deixar de ser enérgico. A expressão latina "suaviter in forma, fortiter in re" — isto é, ser suave e dócil ao realizar, mas enérgico na realização — diz bem do significado de tal componente na personalidade.

SEGURANÇA — A confiança em si mesmo, como consequência de seus conhecimentos culturais, sem que o leve ao narcisismo.

MIMETISMO

Capacidade da personalidade de — usando as características anteriores — ter agilidade mental para se colocar frente aos outros da forma que melhor se adate ao caráter de cada um, formando um quadro harmônico.

Como consequência dêsses componentes, a personalidade ideal seria bondosa, complacente, entusiasta etc. Devemos fazer uma triagem, aqui, para que não haja confusão. É bem conhecida a situação de certas personalidades que, por terem adquirido conhecimentos culturais superiores, adquirem um "sentimento de superioridade", tornam-se antipáticas, faltas de educação etc. Ao contrário, um analfabeto, com bom equilíbrio de seu EGO, pode ser simpático, usar de muita intuição e ter excelente educação no trato com os outros.

Vejamos, agora, a problemática do indivíduo face a si mesmo e face aos outros. Uma personalidade bem ajustada, com todos a-

quêles elementos estruturais em perfeita harmonia, ou com aquêles componentes ideais em equilíbrio, saberá perfeitamente olhar a si mesmo e se considerar perante os outros.

Portanto, nessa dupla situação do indivíduo perante si mesmo e perante os outros, nenhum problema haverá se fôr o caso de personalidade equilibrada. Mas, para melhor compreendermos tal problemática, façamos as comparações 1, 2, 3 e 4 do indivíduo face a si mesmo, com as A, B, C e D do indivíduo face aos outros:

- | | |
|------------------------------------|---|
| 1. Como acredita que seja | A. Como é visto pelos outros |
| 2. Como deseja ser | B. Como acham que êle pode ser |
| 3. Como julga que será | C. Como querem que êle seja |
| 4. Como pensa que é para os outros | D. Como pensam os outros que êle os julga |

Um indivíduo de personalidade integrada, (1) conhece suas potencialidades, (2) deseja — por vocação ou aptidões — ser o que melhor se coadune com suas potencialidades, (3) julga-se capaz de atingir seus objetivos e (4) sabe que, para os outros, é e está capacitado. Por outro lado, confiante em si mesmo por ter uma personalidade integrada, sabe que (a) é visto pelos outros conforme suas potencialidades; (b) os outros acham-no capaz de ser o que deseja; (c) os outros quererão que atinja seus objetivos e (d) como o têm integrado, sabem que êle os julga adequadamente.

Entretanto, no indivíduo de personalidade frouxa, pode haver uma fuga, um distanciamento no **plano vertical** (1, 2, 3 e 4), isto é, o indivíduo acreditando-se assim, nada mais deseja ser, ou se julga incapaz de atingir outros objetivos. Mas, se os 3 itens primeiros se aproximam, e o 4.º se afasta, também haverá uma problemática. Quanto mais se afastarem os ítems 1, 2, 3 e 4, tanto maiores serão as tensões do indivíduo, maiores os conflitos interiores que o levarão ao sofrimento. Da mesma forma, se êle pensa que para os outros (4) é incapaz, embora não se julgue assim, e não reage para demonstrar em contrário, cairá na angústia, na ansiedade. Em tal caso, também, é possível que tome uma atitude autista, agressiva.

Se fizermos o **afastamento horizontal**, isto é, os conceitos 1, 2, 3 e 4 distanciando-se dos conceitos A, B, C e D, a possibilidade será de desadaptação social, nas relações inter-pessoais, e o problema não se limitará ao sujeito, mas também aos outros. O sujeito que se sente menosprezado em seu valor pode reagir com hostilidade e devolver aos outros aquela atitude hostil; daí, numa forma de compensação, pode ficar vaidoso e se atribuir maior valor do que tem, caindo num sentimento de superioridade. Se não reage, não compensa, se aceita submisso, pode cair numa atitude de inferioridade, perdendo todo o entusiasmo.

Porque fizemos tôda essa exposição em torno da Personalidade?

Exatamente porque só se pode conceber um LÍDER com Personalidade integrada, adequada, ideal. Que seria, pois, um Líder? —

Aquêlê que, graças à sua personalidade, sabe enfrentar e orientar o o grupo com a participação espontânea de cada elemento do grupo. — E isto, é óbvio, só será atingido por quem tenha uma personalidade bem desenvolvida biológica, psicológica e culturalmente; que tenha um Ego equilibrado; que tenha elaborado senão todos, a maioria dos componentes ideais e que sabe fazer face a si mesmo e face aos outros.

Daí, diremos, o verdadeiro Líder não teria qualquer problemática de ordem psicológica. Outros ditos Líder, como realmente acontece, surgiriam de fatores psicológicos inadequados, guindados por motivações psíquicas não condizentes com a verdadeira personalidade.

Vejam, pois, os outros tipos de "líderes" e sua problemática.

Em geral dos líderes, afora o pròpriamente dito, são classificados de AUTORITÁRIO, VAIDOSO, INDIFERENTE, INSTÁVEL e DIABÓLICO.

O LÍDER AUTORITÁRIO — também chamado de DITATORIAL, não aceita opiniões, é do tipo "deixa-me errar sozinho". Acredita que todos devem-lhe obedecer cegamente, com ou sem justiça, esteja certo ou errado. É o megalomaniaco, com láivos de paranóia. Confunde imposição com autoridade, prepotência com justiça e temor com disciplina. Realmente, não é líder de seu grupo, mas apenas de sua função. Certamente que obtém resultados, mas com insatisfação, com reação surda. Não dirige, mas usa seu grupo; domina, mas não dirige.

Problemática psicológica: O líder autoritário está imbuído de um **Sentimento de Superioridade** quando, na verdade, sofre, lá no fundo, de um complexo de Inferioridade. Convém salientar que o Complexo é inconsciente, e o Sentimento é consciente. No sub-solo de sua prepotência existe, realmente, um sentimento de temor, de receio face ao grupo, e realiza, pois, uma "compensação", ou ainda uma "formação reativa", pela qual adota a atitude oposta aos verdadeiros sentimentos recalçados.

O autoritário deve ter sido criado de maneira também arbitrária o ditatorial. Talvez seu pai, seu responsável, seus mestres o tenham educado com igual tratamento e, ao assumir a posição de líder, queira compensar o sofrido, transmitindo seus sofrimentos aos outros. Há casos ao contrário, em que a educação foi frouxa, cheia de mimos, chegando a mandar nos próprios pais, daí se originando a ânsia incontida de se manter sempre no mesmo plano arbitrário.

A inveja, o ciúme são características do autoritário, pois lhe revolta qualquer saliência de qualquer membro do grupo.

Temos, pois, um defeito do EGO por formação educacional, com anulação das características ideais da personalidade, principalmente da Simpatia, da Empatia, da Dutilidade e, geralmente, com má percepção dos Conhecimentos Humanísticos. Daí, se está bem entrosado em si mesmo, está distanciado horizontalmente dos outros.

O LÍDER VAIDOSO — Mais brando, um pouco do que o ditatorial, também é um paranoide e sua motivação parte dos mesmos problemas de formação psicológica. Gosta de ser bajulado, protege o aliciador em detrimento dos demais e ocasiona o mesmo resultado de produtividade parcial do ditatorial.

O LÍDER INDIFERENTE — É o pior líder. Pode ter sido guindado à liderança pelos mais variados motivos, mas jamais por ser um líder. É o tipo "laissez faire", o "deixa como está para ver como fica". Tudo corre sem ordenação, todos dão palpite, é o líder da "bagunça", da confusão. A produtividade é praticamente nula.

Problemática psicológica: Deve ter não só um Sentimento como também um Complexo de Inferioridade. A timidez e a irresolução são suas atitudes características. No plano educacional, talvez tenha sido fruto de um excesso de paternalismo em que a iniciativa pessoal ficou nula. Não acostumado a tomar decisões, enfrenta a vida adulta em igual situação. Em sua própria fisionomia estampa sua incapacidade de resolução. Vacila, não decide e deixa que o grupo decida, motivando a verdadeira anarquia.

O LÍDER DIABÓLICO — também chamado de maquiavélico, é o que vai de ouvido em ouvido, atirando uns contra os outros, intrigando, provocando. Normalmente é portador de grandes males psíquicos.

Problemática psicológica: o diabólico é motivado por um sentimento de insegurança, joga numa posição de ambivalência entre a superioridade e a inferioridade. O mesmo acontece com o INSTÁVEL que vem a seguir. Sentindo-se firme num terreno, não sente firmeza noutros e jogando uns contra os outros, procura obter suas reações para afirmação de seus pontos fracos, para descobrir o que lhe falta através de extravasamento dos subordinados em choque. É também improdutivo.

O LÍDER INSTÁVEL: Como o diabólico; não joga, porém, uns contra os outros, mas "serviço" contra "serviço", isto é, dá ordens e contra-ordens, toma decisões e contra-decisões. Em linhas gerais, tem a mesma problemática do diabólico.

LA UNIVERSIDAD Y LAS INSTITUCIONES SOCIALES

Discurso del Senador Raul S. Manglapus ante el Congreso Mundial de la Pax Romana en Montevideo, Uruguay, julio 26, 1962.

Me han pedido que os hable de la universidad y de su relación con las instituciones sociales, y no se, en verdad, el por qué se me ha escogido para tal privilegio.

Puedo justificar esta selección sólo por el hecho de que soy un filipino. Porque cualquiera que haya estado en Filipinas os dirá que en punto a cantidad, Filipinas es un país de universidades, y si se me permite añadir, el país no sólo de las instituciones sociales sino también de las organizaciones sociales.

Me perdonarán si en el desenvolvimiento del tema de hoy utilizo a mi propio país como "telón de fondo". Hago esto primeramente porque en mi sentir es inútil discutir la teoría sin el respaldo de la realidad y en segundo lugar, porque Filipinas es la realidad que mejor conozco y comprendo.

Filipinas cuenta con veintisiete millones y medio de almas. Tiene 26 universidades, la más antigua de las cuales es la Universidad de Santo Tomás que se fundó en 1611. La matrícula en estas universidades para el año 1961 fué de 163.089 alumnos. Tiene además, siguiendo la tradición norteamericana, 322 colegios que conceden títulos universitarios con una matrícula de 126.588 alumnos.

Nosotros los filipinos somos un pueblo abrumadoramente cristiano, con un 85 por ciento de católicos, un pueblo de extracción malaya, parcialmente español en sus tradiciones, y notablemente norteamericano en su filosofía educacional y en sus puntos de vista socio-económicos.

Si éstas son virtudes, el crédito de poseerlas no se debe a nosotros mismos. Y si algunas de ellas son flaquezas, quizás no tengamos la culpa de ello.

Todo eso viene a ser el producto de la historia, y para nosotros la historia se concreta en siglos de colonización y desenvolvimiento por nuestros antepasados malayos del continente asiático, 330 años de coloniaje español con su mezcla de bendiciones, 43 años de ocupación y tutelaje norteamericanos, un intermedio de regimen japones

con sus dolorosas pero fructíferas lecciones en el arte de la supervivencia humana, y 16 años de verdadera independencia.

El resultado de esta historia es un país ferozmente democrático en el que, en persecución del ideal del progreso mediante el espontáneo esfuerzo colectivo, nuestra sociedad se ha institucionalizado en grado muy elevado.

Una nación que ha aprendido a mirar con desdén todo innecesario intento gubernamental de intervenir directamente en su desenvolvimiento, social, también ha aprendido a aceptar, como parte de su existencia diaria y, quizás, de su diaria exasperación, una de las prensas más libres del mundo y una proliferación en masa de organizaciones privadas de todos los generos y en todos los campos de la actividad humana.

El problema en la Acción Católica, por ejemplo, no ha sido la determinación de los movimientos que debían iniciarse, sino la selección de aquel movimiento ya organizado cuya primacía fuese merecedora de reconocimiento.

Por cabeza, tenemos el número más grande de capítulos de los Caballeros de Colón, de los Rotarios, de los Club de Leones y de las Cámaras de Comercio Juveniles fuera de los Estados Unidos. Todo profesional puede escoger la asociación a la cual desea unirse y el libre unionismo obrero disfruta de reconocimiento universal.

Nuestros agricultores ya de edad tienen sus organizaciones agrícolas y los jóvenes aun, sus clubes de la 4-Hs. Nuestras mujeres pertenecen a una variedad de clubs femeninos y nuestras escuelas prestan lo que algunos consideran como exagerada atención a las agrupaciones "extra-cursorias" de los escolares.

El Documento de base para las discusiones de este Congreso indica que las instituciones sociales más importantes son el Estado, la sociedad política, el comercio, la industria, las uniones obreras y la prensa. Si este es el caso, entonces el ejemplo concreto que ofrece nuestro país serviría de interesante punto de partida para la discusión.

Puedo buenamente aseverar que el caudillaje en el campo socio-económico de mi país ha provenido de las universidades. De ese caudillaje hay cantidad; la calidad en cada caso determinado quizás dé lugar a discusión.

Esto conduce a mi primera propuesta, y es la de que lo primero que las instituciones sociales tienen derecho a exigir de las universidades es la formación de caudillos. Esta es la forma más básicas de relación dinámica que debe existir entre ellas.

Pero, qué clase de caudillos? Qué clase de caudillaje?

En toda sociedad de marcada composición cultural heterogénea, ésta viene a ser una cuestión real y vital.

En mi país, y presumo en muchos países del Asia y de la América Latina, debe formularse esta pregunta: Cómo se forma un caudillo — no un caudillo amorfo para un país teórico, sino un caudillo viviente para esta nación particular, para este específico pueblo?

En la universidad se forma un caudillo ayudándosele a luchar por la excelencia, instruyéndosele, y dando los últimos toques a aquellas de sus cualidades que su educación primera puso en relieve y moldeó.

En qué se la ha de instruir?

En economía? Sí. Pero economía para quién? Se le debe demostrar la relación entre la doctrina económica y los problemas reales de su sociedad.

En cultura? Sí. Pero qué cultura? En países que se hallan en proceso de emerger de su pasado coloniaje, éste es un problema retador. Porque siempre existe la tentación de considerar la cultura del colonizador como sello exclusivo de caudillaje.

Me imagino que esto constituye un problema serio en Africa. Podría serlo también en algunos sectores de la América Latina. Lo es ciertamente en el Asia.

Para que el caudillaje democrático sea un éxito es preciso que comulgue plenamente con los elementos fundamentales de la cultura indígena.

Si en mi país existen caudillos que en nuestras instituciones políticas y sociales no logran reflejar las verdaderas aspiraciones de nuestro pueblo es por esta deficiencia en el ambiente cultural de nuestras universidades.

La caída de un gobierno democrático, la necesidad de un interregno milita para que un país pueda afrontar una crisis y lograr la supresión del totalitarismo, se deben muchas veces a la falta de comprensión por parte de los caudillos de los aspectos variados de su propia cultura nacional.

Esta deficiencia conduce a un vacío entendimiento de los fines del nacionalismo. En consecuencia estos caudillos, en su sincero deseo de ser nacionalistas, se ven empujados por ese vacío a los extremos del chauvinismo o del falso patriotismo.

Este vacío puede llenarse con una verdadera comprensión de su contribución nacional al conjunto universal que es la cultura de la humanidad. La apreciación de lo que se indígena en contraste con la totalidad de la ejecutoria humana — esto es indispensable en el caudillo que espera triunfar y no caer en la trampa del extremismo.

La misma universidad, en el desempeño de su papel de caudillaje institucional, debe ajustarse a su papel de mantenerse al nivel de las realidades de los tiempos.

Así debería ser particularmente en relación con una de sus funciones más vitales en su relación dinámica con las instituciones sociales.

Me refiero a su labor de investigación.

En esto las universidades de las naciones tanto antiguas como recientes pueden errar igualmente en un respecto. En su decidido propósito de mantener su independencia académica podrían fácilmente caer en la trágica equivocación de constituirse en una torre de marfil.

Sus funciones investigadoras se atrofian por no exponerse a las realidades de su ambiente y a los problemas vitales de la sociedad en que se supone ejercen su caudillaje institucional.

El resultado es que su labor investigadora se identifica en la mente del pueblo con el diletantismo y con ejercicios intelectuales de ninguna consecuencia inmediata para su vida diaria.

En nuestro país ha existido durante siglos esa desunión entre la universidad y el pueblo.

De hecho, nuestra revolución de 1896 contra España fué dirigida por hombres de la clase media cuya capacidad para el caudillaje había preparado en nuestra altas instituciones del saber.

La campaña apasionada por la independencia bajo el régimen norteamericano, una campaña mediante la persuasión y no por las armas, fué dirigida por algunos de estos mismos hombres y por graduados de la nueva Universidad del Estado establecida por los mismos norteamericanos.

Actualmente, la proliferación de organizaciones sociales, económicas, profesionales y comerciales se ha hecho posible gracias a la existencia de tantos profesionales y graduados titulados de nuestras universidades.

Pero si las universidades produjeron caudillos, estas universidades fueron incapaces, hasta recientemente en que algunas tomaron la iniciativa, de ejercer aquella función institucional mediante la cual su labor investigadora podría efectuarse en consonancia con las necesidades del caudillaje contemporáneo y por la que este caudillaje podría aprovecharse de los beneficios de aquella investigación.

Un ejemplo notable de iniciativa reciente es la tomada el año pasado por la universidad de los Jesuitas, el Ateneo de Manila. Bajo el patrocinio de esta famosa institución, se ha organizado un Consejo de Ciudadanos Sobre Asuntos Nacionales. Este Consejo está compuesto por preeminentes caudillos en los campos de la industria, de los negocios, de la educación, de las profesiones, del comercio y de las uniones agrícolas, de la prensa, la televisión y la radio.

Entre sus componentes se encuentran dos miembros del Senado de Filipinas, el Ministro de Hacienda, el presidente de la Junta Nacional para el Desarrollo de la Ciencia, el presidente de la más grande universidad no confesional, los publicistas de los cuatro diarios más importantes de Manila el gerente de la más grande de las compañías diseminadoras de la radio y la televisión, los decanos de tres de los más prestigiosos colegios de leyes y de un colegio mercantil, el gerente general de la Compañía Eléctrica de Manila, el presidente de la Federación de Agricultores Libres, el vice presidente de la nueva Compañía Refinadora de Aceite de Filipinas, el presidente de una magna compañía industrial dedicada a las maderas y a la goma y el presidente de uno de los más grandes bancos de Manila.

El consejo se reúne con regularidad para discutir problemas de inmediata importancia nacional. Se han formado comisiones permanentes sobre Política Exterior y Defensa Nacional, sobre Educación, sobre Economía y sobre Gobierno.

Estas comisiones reciben la ayuda de varios departamentos de la universidad en su labor investigadora. Producen estudios y recomendaciones que el Consejo propone a entidades gubernamentales y privadas.

Esto hace posible el estudio de un problema desde todo ángulo de importancia fundamental. Por ejemplo, un reciente estudio sobre la producción de arroz ha sido sometido al Presidente de la república para que sirviese de base a su política de largo alcance sobre el cultivo de este cereal importantísimo para la alimentación del pueblo filipino. El estudio, de hecho, contenía recomendaciones para el mejoramiento de la calidad del grano y la cantidad de producción, su disposición en el mercado y su distribución. Pero también hacía recomendaciones relativas a los problemas sociales entre el aparcerero y el dueño de la tierra, a la cuestión moral y legal implicada en la cuestión de las ganancias y a los medios de poner al alcance del agricultor los beneficios de la investigación agrícola efectuada por la Universidad del Estado.

Permítanme relatar una corta anécdota en relación con esta investigación agrícola en nuestra Universidad del Estado para ilustrarles la realidad del problema de enlazar la investigación universitaria con las vidas de las gentes y sus instituciones.

En 1956 el Vice Presidente de Filipinas fué a Bangkok para asistir a la Conferencia de la SEATO (South East Asia Treaty Organization). Durante un receso de la conferencia, se le invitó a un recorrido por las afueras de la ciudad, por los campos de Thailandia.

Durante el recorrido el Vice Presidente observó la exhuberancia de las plantas de arroz en una de las plantaciones y pidió se la dejara verse con su dueño. A éste le felicitó efusivamente por la forma excelente en que operaba su hacienda y le preguntó cuantos cavanos de palay recogía por hectárea.

El plantador respondió: "Ochenta Cavanos".

"Ochenta!", exclamó nuestro Vice Presidente, "eso es el doble de lo que regularmente recogen nuestros plantadores. Cuál es su secreto? Puede decírmelo para que yo se lo dé a conocer a mi pueblo a mi vuelta a Filipinas?"

"No es ningún secreto", respondió el plantador. "Aprendí este procedimiento siendo estudiante en la Universidad de Filipinas".

Y es que hace años que nuestro gobierno viene invirtiendo fondos en investigaciones en el Colegio Agrícola de nuestra Universidad del Estado para mejorar la cantidad y la calidad de nuestra producción arrocerá. El colegio es famoso en todo el Asia. A él acuden estudiantes de nuestros países vecinos. Pero por una razón o otra, pese a todo este esfuerzo, los beneficios de estas investigaciones no han llegado al pueblo, o si han llegado, no le han beneficiado por-

que no se han efectuado en consonancia con las condiciones locales. Seguimos con el problema del arroz, y periódicamente se la suscita en campañas políticas.

En síntesis, la Universidad, a pesar de sus esfuerzos, sólo había logrado constituirse en una torre de marfil, alejada de las realidades de su sociedad.

Si esto era cierto antes, no lo es ya enteramente hoy.

Por ejemplo, el material para un proyecto de ley del que tuve el privilegio de ser co-autor en nuestro Senado en enero último, provino de los resultados de unos estudios hechos por un grupo investigador en la misma Universidad del Estado. El proyecto tiene por objeto introducir mejoras en una reciente ley descentralizando el poder gubernamental y concediendo el derecho al propio gobierno y a los impuestos al barrio, que viene a ser la aldea en Filipinas, de las que tenemos más de treinta mil agrupadas alrededor de nuestros más de mil municipios y ciudades con franquicia.

Los investigadores universitarios habían estado en los barrios más representativos e investigaron hasta qué punto se les había aplicado la nueva ley y las razones de su inadecuada implementación.

El resultado de sus investigaciones se incorporó a un estudio que formó la base para nuestro proyecto, el cual enmienda la ley a fin de mejorar su efectividad y acelerar nuestro desenvolvimiento político y económico con la revitalización de la autonomía local en nuestro pueblo mediante la descentralización gubernamental.

Esta es, pues, la nueva tendencia en nuestras universidades: la de ajustarse a las realidades y la de influenciar el curso de esas realidades por medio de su propia acción.

Os he hablado del papel que desempeña la universidad en la formación de caudillos y en la creación de estudios de investigación pertinentes y útiles. En otras palabras, he hablado del papel que desempeñan los graduados de la universidad y del papel que desempeña la misma universidad.

Y qué hay del estudiante universitario?

Cuál es su papel en la determinación de las decisiones políticas? Es algo de una real y verdadera participación o solo de una mera preparación para ella?

Para obtener una respuesta es preciso que analicemos primeramente ese fenómeno del mundo escolástico: la manifestación estudiantil.

La manifestación estudiantil es una poderosa fuerza política en muchas partes del mundo.

En algunos países es aceptada como un medio normal para la persuasión política. Ya sea pacífica o con varios grados de violencia, es una poderosa fuente de apoyo para aquellos que van en busca de inmediatos resultados políticos sin esperar a que produzcan su efecto los procesos constitucionales normales para aquellos que deliberadamente obstruyen esos procesos.

Cómo es que en algunos países los estudiantes recurren a las manifestaciones con alacridad y en otros son lentos en hacerlo?

Fácilmente se simplifica la cuestión enchándole la culpa al agitador comunista. Las revueltas de la Zengakuren en Tokio pueden estar dirigidas por el comunismo, pero no muy lejos, al otro lado del Mar del Japón, no es el comunista, sino el centrista y el derechista los que inspiran al estudiante coreano a marchar por las calles de Seoul.

El mismo contraste puede hallarse en las manifestaciones estudiantiles en Europa y en este continente.

Tampoco es simplemente una cuestión de temperamento racial. El japonés supuestamente estoico demuestra tanta propensión a las manifestaciones como el ardiente latino. En tiempos pasados, los estudiantes de Oxford y de Cambridge recurrían a las revueltas con la misma prontitud con que lo hacen algunos estudiantes latino-americanos del presente.

Creo yo que una respuesta más convincente se halla en las exigencias del desenvolvimiento de cada país.

Las manifestaciones estudiantiles parecen satisfacer la necesidad de acción política cuando los elementos capacitados para el caudillaje político activo no son bastantes para cubrir todo el campo. Cuando las instituciones sociales del país no hallan la categoría de cantidad y cualidad de caudillaje que necesitan para mantenerse en marcha, se crea un hueco que debe llenarse, un rompimiento en la cadena rodante — y el que más dispuesto está para llenar ese hueco es el escolar manifestante.

Si en Manila no es familiar el espectáculo de estudiantes marchando por las calles, debe ser, creo yo, porque nuestro caudillaje político está lo suficientemente provisto de hombres hábiles para llenar cualquier hueco en él. Es de aceptación general que el caudillaje post-universitario es por lo menos cuantitativamente suficiente y el pueblo no es propenso a recurrir a las revueltas estudiantiles ni aun como último recurso para lograr una pronta acción gubernamental.

Para hallar la razón de esto, es preciso profundizar más allá del nivel de nuestra educación universitaria. La razón se encuentra en la educación democrática universal, tanto pública como privada, introducida en nuestro país por los norteamericanos en los primeros días de su ocupación que comenzó en 1900. Por ella, digámoslo así, pudimos dar un paso gigantesco hacia la creación de una sociedad muy sensible a la política, ahorrándonos el crítico período inicial de aquel proceso necesario y prolongado de la búsqueda de la propia suficiencia política.

En nuestro país sin embargo, la búsqueda no ha terminado de ningún modo. Dudo que en cualquier otro país pueda tampoco terminarse.

Pero creo que todos concordamos en que en esta búsqueda debemos esforzarnos, sin demora alguna, para crear una situación

en que la participación activa del estudiante en el diálogo político no restrinja indebidamente su **preparación** para ese diálogo dentro de los muros de la universidad.

Porque la meta de la universidad no es producir la masa de votantes. Es producir el cuerpo de caudillos.

Amigos, permítanme formulando una última pregunta:

Qué clase de universidad es la más apropiada para llevar a cabo la fundación que he delineado — la universidad del estado, la universidad privada, la universidad católica o la universidad no confesional?

Mi contestación es: cualquiera de ellas. Cualquiera de ellas siempre y cuando estuviese a la altura de una universidad, de aquella que los griegos llamaban **Agora** o el mercado abierto de las ideas, el lugar para el **stadium generale** donde la educación cubre todo el campo del saber humano, donde, como Newman lo proponía, hombres de todos los linajes y todas las opiniones, maestros y estudiantes por igual, pudiesen participar en un diálogo prolongado.

El resultado de este diálogo es la excelencia, y la duda se insinúa: Es una universidad católica capaz de producir esta excelencia? Si el **Agora**, si el mercado debe ser libre, si la mente debe estar abierta, puede una universidad encerrada en su convicción católica, satisfacerla?

La universidad, tal como la conocemos ahora, fué después de todo la invención de los católicos. Y como dijo Chesterton, la mente es como la boca. Debe abrirse, sí, pero también debe cerrarse y digerir y aceptar lo que es verdad. Una boca siempre abierta es buena sólo para las moscas. Debe cerrarse de vez en cuando si es que espera alimentar al cuerpo.

Lo mismo ocurre con la mente. Y el catolicismo, con su acerbo de verdad, está en magnífica posición para alimentarlos.

El concepto de luchar por la excelencia y alcanzar el progreso con esta excelencia es una idea cristiana. Antes del cristianismo, los griegos creían en el ciclo trágico de la vida. El budismo tiene su propio ciclo **nihilista**. El Brahminismo, su **metempsychosis**. Fué el cristianismo el que echó mano de este ciclo, lo rompió y lo enderezó — para que tuviera principio y fin — permitiendo así que el hombre fuese hacia adelante y no alrededor del círculo que las más brillantes mentes humanas habían forjado para él y que estas mentes no lo hubiesen jamás enderezado porque su inspiración divina descendía de los dioses del Olimpo, cuyo poder era un mito, y no del Cristo del Gólgota, cuyo poder era real y verdadero.

No debemos jamás titubear en expresar esta verdad y en darla a conocer a otros. La verdad, después de todo, es luz. Y si se la lanza a las tinieblas, las tinieblas no la pueden encubrir. Es la luz la que ilumina las tinieblas de la falsedad.

Pax Romana ha demostrado cómo puede hacerse esto cuando patrocinó en Manila en 1960 un cambio internacional de ideas entre católicos, protestantes, musulmanes, budistas y judíos.

Llámesse el espíritu ecuménico, llámesse confianza en la verdad. Sea lo que fuere, allí estuvo en Manila.

Está aquí en Pax Romana.

Está aquí mientras nos reunimos en esta hermosa ciudad de Montevideo.

Espero fervientemente que aquí se quede para siempre — en nuestros corazones — un deseo por la verdad y un firme propósito de luchar por ella.

ESCOLA E DELINQUÊNCIA (*)

MARTHA SILVA CARVALHO
Técnica em Educação

Antes de iniciar a exposição técnica (própria ou imprópria) sobre a escola e a delinquência gostaria de lembrar a vocês a imagem da rapôsa que se queria deixar domesticar pelo Pequeno Príncipe de Saint-Exupéry:

O essencial não é conhecer causas mas trabalhar com o coração”.

O essencial não é conhecer causas mas trabalhar com o coração e com o amor. É verdadeiro, certo e inegável que em nossos dias a maior parte das crianças (mesmo as pertencentes às melhores famílias) se mostram indisciplinadas, impertinentes e por vezes mesmo entram em luta aberta contra a autoridade dos pais e dos mestres.

Os jovens dão provas de um comportamento anormal. Na nossa civilização técnica em louca evolução, os jovens, completamente afastados da geração precedente, causam medo porque não parecem apenas atravessar uma fase: parecem instalados numa posição. Eles desconhecem o que dava aos seus antepassados uma força tranqüila.

E nós, devemos resistir?

Devemos admitir que não se pode alterar a corrente dum rio?

Podemos tranqüilizar-nos pensando que a história se modifica sempre, que gritos de alarme são lançados em vão e que a única verdade é a transformação da humanidade através da história, talvez na preparação de uma época mais sincera e mais feliz do que a atual?

Terá a escola algum papel a realizar?

(*) Palestra realizada em 1960, no curso “Elementos de Criminologia” promovido pelo C.A. Maurício Cardoso, da Faculdade de Direito da P.U.C., com uma equipe de JUIZADO DE MENORES de Pôrto Alegre.

Terá a escola fundamental importância na determinação do comportamento delinqüente?

Estudiosos no assunto, bem como nossas observações e experiência no Juizado de Menores de Pôrto Alegre, asseguram que não mais, como se pensou, é tão grande sua influência, isto porque conhecimento é uma cousa e uso que dêle se faz outra muito diferente.

O equipamento emocional da criança, a maneira como desenvolveu seus instintos, as vivências culturais, éticas e estéticas que realizou em seu mundo, anterior ao contacto com a escola, motivam e determinam o próprio uso que ela fará dos instrumentos fornecidos pela instrução.

Assim, não é tão importante construir escolas e colocar professôres à disposição de crianças; alfabetizá-las e torná-las capazes de convenientemente utilizar os símbolos da linguagem e da matemática; ensinar-lhes a história e a geografia de seu país... se, atual e anteriormente, não tiverem condições para compreenderem e integrarem o conhecimento em suas personalidades, uma vez que a integração só poderá ser realizada de acôrdo com as vivências e motivos de ações que as formaram até os sete anos.

Apesar dêstes fatores será interessante conhecer a respeito da experiência escolar dos delinqüentes?

Parece-nos que a pergunta deve ser respondida afirmativamente visto ser a escola, para a criança, o primeiro campo de experiências instalado pela sociedade fora da atmosfera do lar. Representa a primeira experiência de adaptabilidade da criança e testa sua capacidade de socialização num teatro onde existem rigorosas regras, cuja desobediência é punida por autoridades diferentes da paterna. Pode ainda oferecer oportunidade de identificação com outras pessoas e desenvolver ambições socialmente aceitáveis.

Face as idéias aqui apresentadas verificamos por dados colhidos no Juizado de Menores de Pôrto Alegre que:

48,5% — delinqüentes têm escolaridade primária;

44,5% — delinqüentes são analfabetos;

7,0% — delinqüentes têm nível secundário;

êstes dados, com predominância do grupo de delinqüentes que tiveram experiência escolar, quando da realização do levantamento, surpreenderam-nos bastante, uma vez que aguardávamos resultados inversos; mas após o trabalho, em palestra com psiquiatra de Pôrto Alegre pessoa que aliás nos solicitara a pesquisa para incorporá-lo em estudo seu a ser apresentado num Congresso em São Salvador, informou-nos que estudos realizados pela ONU, em diversas partes do mundo, ofereceram resultados semelhantes.

Demonstram os fatos que a escola, esquecendo de educar, somente oferece recursos de instrução, uma vez que os problemas trazidos do lar e da comunidade, as motivações e valores de vida já organizados não são modificados pela atuação escolar. Especialmente se considerarmos o tipo de trabalho desenvolvido por vários de nossos grupos escolares (falamos nêles por compreenderem a maioria de nossa população escolar) nos quais, sucedendo-se os alunos em turnos de apenas três horas, há absorvente preocupação com a aprendizagem das matérias de ensino em detrimento da organização daqueles recursos que auxiliam a criança a enfrentar a vida e conquistar seu lugar dentro da comunidade.

No lar, do ponto de vista cultural e motivador, não há igualmente recursos, pois os dados de que dispomos são mais alarmantes do que os anteriormente apresentados.

Vejam os em:

62,0% — são casos de famílias com pais analfabetos;

31,1% — de famílias têm instrução primária;

0,9% — de famílias com pais possuidores de instrução secundária, média ou superior;

o que significa que estas crianças não têm no ambiente familiar motivação para realizarem seus estudos, uma vez que, bem ou mal, seus pais vivem sem terem realizado atividades escolares. Façamos justiça, as famílias, em número considerável, desejam a seus filhos melhor sorte e procuram através das possibilidades da escola, capacitá-los a enfrentarem a vida; contudo não podem compreender as dificuldades nem acompanhá-las em seu desenvolvimento neste setor. Pais e filhos permanecem marginais em terreno de educação visto que as motivações ambientais deficientes não chegam a possibilitar, face a escola, uma atitude ativa e cooperadora.

É fato verificável e já bastante estudado pelas autoridades educacionais que uma pequena parte dos alunos que ingressam na primeira é que chegam a concluir a quinta série primária e muito inferior é o número dos que iniciam e concluem o curso secundário.

Esta evasão escolar é bastante significativa por si mesma da inadaptação da escola às condições sociais e ambientais em que deveria atuar.

Verificamos contudo, por dados obtidos em entrevistas, as razões apresentadas para o abandono escolar e encontramos expressões como estas:

“Não quero estudá, o que já sei dá pra trabalhá”

“Enjoei o estudo”

“Dona, é preciso trabalhá, já tenho meus vício”

“Agora não quero estudá, só quando eu fôr grande para ser engenheiro” (tendo acrescentado) “pai dizia que eu desenhava bem”

“Não posso mais estudar, já fui expulso de quase tôdas as escolas”.

Estas justificativas (se assim podemos dizer) apresentadas em entrevistas ao sabor da emoção e do temperamento de cada um pela freqüência de seu aparecimento salientam que a escola deveria abrir-lhes aprendizagem mais de acôrdo com suas necessidades o que lhes possibilitaria rápido trabalho e a conseqüente segurança econômica ante as dificuldades que encontram os pais para sustentá-los.

Devemos acrescentar a esta evasão escolar além dos fatos já apontados do desatendimento educativo e da desadaptação da escola, a grande porcentagem de delinqüentes, que por situação pessoal ou familiar, causam problemas à escola. Estes por pequenos roubos, gazetas, turbulências, indisciplinas, mentiras, desafios ou por conduta sexual irregular, e ao mostrar a necessidade de serem atendidos, são retirados da escola. Ficam estas crianças com mais uma experiência negativa, uma vez que perdem a oportunidade de chamarem a atenção e serem atendidas. Deixa a escola de atuar sôbre elas, compreendendo-as e procurando cercear suas motivações nas atitudes agressivas-destrutivas, possibilitando adaptação social.

Creio que podemos afirmar ser uma das primeiras senão a principal falha da escola — que a impossibilita de atender a problemática do aluno — a falta de motivação que a criança encontra para o trabalho escolar.

É ponto indiscutível e que podemos reconhecer em cada um de nós e no todo da comunidade que, evolutivamente, temos necessidades diferentes e tensões diversas e que as solucionamos de acôrdo com o momento que estamos vivendo. A criança para aprender a caminhar responde a uma necessidade não só biológica como psicológica e social. Nós, neste momento, nos encontramos aqui por termos necessidades a resolver, e mais, aqui estamos por motivos diferentes, de acôrdo com nossos interêsses para desenvolvimento cultural e as vivências que tivemos até o momento.

Por êste motivo podemos dizer que cada um de nós está aprendendo (se o está) por motivos e para fins diferentes e, embora seja aqui tratado um único assunto, êle pode e provavelmente o está, sendo apreendido diferentemente por cada um de nós. As tensões que encontramos nas várias formas de problemas que devemos enfrentar forçam-nos a organizar novos campos de tensões e novos caminhos de integração de aprendizagem, que muitas vêzes parecem-nos nem ter relação com a motivação principal, e isto porque quando aprendemos algo há uma recomposição geral de nossa personalidade, de nossa conduta face a coisa nova a ser integrada e êsse movimento permanente de nossa personalidade, a maioria das vêzes, sem que o percebamos, dinamiza outros campos antes

não encontrados como presentes no momento em que vivemos. Este fenômeno assim se realiza quando são solucionadas as necessidades; quando não o são criam tensões que se manifestam física e psicologicamente como impulso sem direção e perturbadores do equilíbrio geral.

Explicação:

Uma necessidade que leva a orientação e solução, tem um enderêço certo de realização de si mesmo e procura vencer a barreira para alcançar compreendê-la e integrá-la em seu padrão de conduta.

Uma necessidade em tensão e não solucionada por dificuldades em vencer a barreira pode nos dar como resposta, ao contrário do equilíbrio um relaxamento através do alheiamento ou através da agressão, uma vez que o estado tencional é perigoso à personalidade e deve ser solucionado.

Já verificamos, enfaticamente apontando suas deficiências que a nossa escola não tem condições para solucionar as tensões das crianças, não alcançando resolver suas necessidades. Oportunizando em vez de aprendizagem a organização de simples formas de relaxamento e isto com grandes riscos pessoais para cada aluno e perdas sociais e culturais para a comunidade.

A criança sem solução para suas dificuldades e sem receber o atendimento necessário recua para comportamentos antes experimentados com bons resultados e não só não cresce, como em vez de realizações tem irrealizações. Aquela entidade da qual ela esperava, apesar de muitas vêzes não alcançar compreender seu valor total, uma auxiliar para melhorar seu relacionamento com o mundo e com os outros lhe nega esta possibilidade e cria-se não só um desgosto para com ela como para com aquêles valores que ela representa. Assim se explica o “enjoar a escola” ou achada pouco importante ou ainda favorece a formação de atitudes negativas e a busca de afirmação pessoal fora dela — no trabalho — a maioria das vêzes comentar de acôrdo com os dados das entrevistas.

Terá a escola por função corrigir delinqüentes ou recuperá-los?

Evidentemente que não.

Tem contudo um papel de social-cultural a realizar.

Poderá ela realizá-lo?

Acreditamos que sim.

Convocando professôres, diretores e outras autoridades interessadas no assunto para que, concorrendo com seus esforços pessoais, previnam e corrijam aquelas situações que podem agravar os problemas das crianças. Uma das formas, pensam os estudiosos, seria trazer os pais, a família, para a escola de maneira que auxiliados por trabalhos que realizas-

sem em grupo ou individualmente pudessem compreender seus próprios filhos e avaliar suas responsabilidades. Esta atividade caberia como modificadora da própria comunidade onde se encontra a agência escolar, pois tratando as famílias e auxiliando as estaríamos modificando condições que poderiam vir em benefício da própria escola. Naturalmente que não estamos pensando em colocar sob a responsabilidade da escola os casos graves de distúrbios patológicos, explicar seja na ordem familiar ou pessoal, mas sim aquêles que são passíveis de ação educativa e em consequência evitando muitos males como delinqüência e doenças mentais.

Seria talvez interessante apresentar-lhes um caso que nos surgiu no Juizado de Menores e que é bastante claro para exemplificar a situação; trata-se de um menino com 10 anos criado pelos avós após o falecimento da mãe por parto e o completo abandono do pai após o acontecido.

Compareceu a avó ao Juizado solicitando internamento, uma vez que não conseguia mais controlar L. C., seu neto, que apresentava fugas da escola ora como simples gazeta e ora após lá encontrar-se, retomava seus livros, e sem nenhuma justificativa dela retirava-se para vaguear pelas ruas. Algumas vêzes após suas saídas da escola ia até em casa (a avó trabalha) tomava pequenas quantias em dinheiro, ia até o bar da esquina e convidava aos amigos que encontrava para comprar balas e refrigerantes com a quantia que apurava.

Em entrevista com o menino constatamos uma dificuldade acentuada de linguagem, tendo êle nos informado que se encontrava há três anos repetindo a primeira série primária sem conseguir apreender sequer a escrever seu nome; apesar dêste fato mostrou-se cordial aceitando bem as solicitações feitas e interessado em colaborar com nosso trabalho. Fornecemos-lhe lápis e papel para que livremente realizasse um desenho para nós e nesta oportunidade notamos que teve dúvida quanto à mão que deveria utilizar para escrever, tendo posteriormente realizado o trabalho ora com uma ora com outra. Indagamis após qual das duas utilizava para comer, abotoar-se etc., tendo L. C. nos informado que a direita, pedimos-lhe que rebatesse com o pé uma bola que lhe alcançamos e surpreendentemente êle rebateu-a com o esquerdo pedindo que não relatássemos êste fato à avó. Após esta entrevista preliminar foi L. C. encaminhado a teste de aptidão escolar e de nível mental, tendo ficado clara sua debilidade mental não muito acentuada e aptidão para aprendizagem e níveis razoáveis o que não explicou a sua repetência tão prolongada no primeiro ano.

Realizamos entrevistas com a avó e nossas suspeitas se confirmaram; o menino era "canhoto" e havia após exigências da parte dos pais adotivos aprendido a manejar a mão direita,

tendo nesta ocasião estabelecido certa forma de gagueira (aos arrancos segundo a opinião da avó) tendo ela solicitado igualmente a professora que o fizesse trabalhar com a mão direita, uma vez que achava-o “aleijado” se usasse a outra mão; perguntamos... cabia o internamento, conforme o pedido da avó? Indiscutivelmente não. A medida não solucionaria problema algum, podendo mesmo vir a agravar a situação já apresentada com maiores traumatismos. A escola realizou seu papel? A resposta aqui igualmente é negativa, visto que a professora deveria ter auxiliado a avó explicando-lhe a dificuldade que encontraria o neto para realizar suas atividades com a mão direita. Resta-nos uma pergunta, realmente se tratava da hipótese de diagnóstico que apresentamos? Creio que sim pelo fato de que, após seis meses da realização dos estudos, em novo contato a avó declarou não mais ser problemático o comportamento do neto. Ela própria entrara em contato, após a entrevista que mantive conosco, com a professora e solicitara que esta permitisse a L. C. o exercício de suas atividades com a mão esquerda. Após esta providência as fugas não mais se repetiram e o problema de furto não mais ocorreu, como medida paralela estudamos com a avó uma modificação de seu horário de trabalho com a finalidade de que L. C. sempre encontrasse no lar alguém a sua espera e que lhe desse atenção e carinho.

Aguardamos, ainda, que se complete o período de um ano para verificar se o sistema de deficiência mental que apresentava foi solucionado ou permanece indicando nesta última hipótese a necessidade de sua frequência numa classe especial, acreditamos contudo que se resolverá como as demais dificuldades.

Ilustrando com êste exemplo supomos que fica provado o papel da escola como auxiliar da comunidade.

As soluções dos pequenos problemas nos momentos exatos são salvaguarda de grandes dificuldades.

A ESCOLA PODE E DEVE ATUAR NO SENTIDO DE PREVENIR O DESAJUSTAMENTO, A DELINQUÊNCIA E A DOENÇA MENTAL.

LINGUAGEM DAS CÔRES

Simão Goldman, Arquiteto, Professor da cadeira de "Psicodinâmica das Côres" do Instituto de Psicologia da P.U.C.

A côr, além de ser uma sensação, constitui, também, uma espécie de linguagem ou vocabulário de nossos sentimentos. Quantas vezes, em conversas, referimo-nos a "dias cinzas", a "negros sentimentos", a um "futuro côr de rosa", ao "amarelo de raiva", ao "verde da esperança".

Foi no início deste século que a Psicologia Experimental começou a preocupar-se seriamente com as côres. Até então havia uma grande dificuldade para diferenciar o sentido psicológico das côres de sua significação tradicional, estética, simbólica e mesmo cultural.

A côr tem a magnífica faculdade de agir sobre os nossos sentimentos, sensibilidade e humor. Atualmente merece grande importância, nos centros médicos mais adiantados e a "Cromoterapia", este moderno ramo da psiquiatria, que trata as enfermidades, pela côr.

E, se côres podem curar, que poder não terão as suas ações profiláticas?

Cada côr do espectro, paralelamente às suas de vibrações magnéticas, possui um campo de vibrações emotivas com características próprias, que podem ser usadas, quando se conhecem suas influências.

Através da côr conseguimos transmitir (pela pintura de ambientes e até mesmo pela nossa indumentária) mensagens que expressam sentimentos de desejos.

A parte de seus efeitos na percepção, uma das qualidades mais importantes da côr, é a impressão subjetiva de temperatura que ela cria. Os fundamentos destas reações, de natureza mais emotiva, talvez residem no fato do "amarelo" ser a côr da luz solar e o "azul" dos dias inverniais, o que já determina a associação imediata com "quente" e "frio".

E observa-se, também, uma necessidade de "equilíbrio térmico", por parte da nossa visão. Quando o olho se cansa de uma côr, procura, por uma razão fisiológica de restabelecimento de equilíbrio, a côr complementar. Ora, sabe-se perfeitamente, que, se duas cô-

res são complementares, uma terá que ser "quente e a outra "fria".

As côres frias, verdes, azuis e violetas, nos agradam pelos seus efeitos de quietude tranquila e frescura. Mas, à medida que assumem aspectos de frieza acentuada, criam um ambiente de depressão.

As côres quentes, amarelas, laranjas e vermelhas, atraem pelos efeitos de vivacidade, calor e alegria. São dinâmicas e estimulantes. Mas, quando usadas em grande escala, nos envolvem num clima exagerado de excitações.

É o EQUILÍBRIO das côres, num esquema adequado, próprio para cada local, que cria, através da psico-estética, o ambiente em que se tem prazer de permanecer.

Côres são dotadas, também, aparentemente, de uma "topografia".

As côres quentes avançam. Amarelo, laranja e vermelho parecem "sair" dos seus planos, aproximar-se de nossos olhos. São "salientes", agressivas. Por outro lado azul, verde e violeta criam a ilusão de profundidade. Temos a impressão de que se situam atrás dos planos que as contêm.

As côres em tonalidades escuras parecem mais pesadas que as claras.

As sensações de tamanho também caracterizam as côres.

O olho humano não as foca de igual maneira. As "quentes" projetam-se atrás da retina. A lente ocular torna-se mais convexa, o que dá a sensação de se ver uma côr quente em maior extensão do que ela na realidade possui. Já as côres frias, focadas diante da retina, obrigando a lente ocular a tomar uma forma menos convexa, fazem com que as vejamos em menor superfície. A côr que apresenta maior dimensão é o amarelo, seguindo-se o vermelho e o branco.

A parte do mecanismo ocular e mental de côres, são de grande importância as reações psíquicas que elas produzem. Decisivas talvez, pois afetam diretamente nossa vida cotidiana.

As côres expressam estados anímicos e emoções.

Todos nós temos opiniões a respeito de determinadas côres. Apreciações que diferem. Mas que coletivamente convergem, quando se tratam das reações físicas ante o frio de uma habitação pintada de azul, ou o calor de uma outra pintada de vermelho.

No campo psicológico, as experiências baseiam-se antes em razões emotivas do que em conclusões científicas. E, embora as interpretações sejam mais de ordem individual, muitas vêzes caracteristicamente pessoais, combinam entretanto no aspecto das sensações coletivas de grupos, isto é, no que diz respeito a reações inconscientes e associações que se fazem com côres em relação à natureza.

Assim, por exemplo, amarelos e vermelhos são quentes e verdes e azuis, frios. E esta consideração é geral.

Nossas respostas aos estímulos da côr são, na maioria das vêzes, instintivas. Reações semelhantes a trechos musicais alegres ou melancólicos. E, guardando as respectivas distâncias, ao olfato e

gosto. Nos casos individuais, as reações estão relacionadas a acontecimentos do passado, que tiveram grande significação em nosso mundo interior. Fatos que são revividos, pela associação de idéias. Basta às vezes um som, um cheiro, e fundamentalmente, uma côr.

Normalmente, não encontramos a razão destas emoções. Contentamo-nos em dizer que "esta côr me ataca os nervos", ou "me faz bem". As causas escondem-se no inconsciente. As reações, em grande parte, processam-se pelo mecanismo dos reflexos condicionados.

Um "Fenômeno Psíquico" consiste na reação global, interna ou exteriorizada de um organismo vivo (indivíduo) a uma situação estimuladora. Os norte-americanos sintetizaram numa fórmula as fases do fenômeno: $S - I - R$. Esta equação é irreversível. **S** representa o estímulo. **I** o "organismo integrador" — ou função integradora e **R** a reação. O "organismo integrador" formado pelo conjunto de atributos hereditários, congênitos e dos adquiridos durante o crescimento e desenvolvimento — tem a sua maneira própria de elaborar os estímulos de qualquer espécie. As reações, portanto, de indivíduo para indivíduo, são completamente diferentes. Não importa que o estímulo seja o mesmo. E convém lembrar, neste ponto, que a luz é o mais comum dos estímulos ou causas das sensações de côres.

A força psicológica das côres é também relacionada com formas geométricas e símbolos. As religiões e a política fizeram e fazem, abundantemente, uso destes conhecimentos.

O simbolismo da côr está associado aos sucessos, tradições, honras, bandeiras e a tôda sorte de celebrações.

As côres afetam diretamente o equilíbrio psicossomático. Na vida cotidiana, em que a exemplo de uma enorme roda-gigante sentimental, se alternam euforias e depressões, calor e frio, ansiedade e melancolia, quietude e agitação, alegrias e tristezas, a côr representa um papel fundamental.

Influi sôbre gostos e idéias, decisões e esperanças, integrando ativamente o quadro emocional.

A maioria dos psicólogos modernos inclina-se pelas conclusões da "Gestalt" — Psicologia da Forma (Köhler, Kofka, Guillaume, Wertheimer e outros), escola que tem apresentado um grande número de renovações no Campo da Psicologia Experimental. Admite a "Gestalt" a "percepção" como um fenômeno elementar do psiquismo e a "sensação" como fenômeno secundário resultante da ação discriminadora ou analítica da inteligência, agindo sôbre a percepção. À Psicologia, portanto, a côr interessa como percepção, interpretada, entretanto, pela mente com o auxílio da inteligência e experiências pessoais.

AMARELO

É a mais alegre das três côres primárias, mas a menos popular, principalmente em tonalidades escuras. No seu estado puro é terno e delicado.

Quando iluminado por uma luz intensa perde a beleza. Porém, se a iluminação é fraca, suas qualidades se acentuam. Embora a natureza seja seguidamente distinguida pelo amarelo na sua abundante escala de flôres e folhagens, nas habitações, perde seu encanto. Naturalmente, em pequenas áreas, a sensação é de alegria.

O amarelo é a côr que representa LUZ, vida, ação e PODER. Com a laranja e vermelho constitui o setor das côres quentes.

Simboliza o OURO e como êste, a fôrça selvagem e aARROGÂNCIA.

É, sob certos aspectos psicológicos, a côr da raiva, do atrevimento, e dos impulsos.

Mas o amarelo relaciona-se também com o sol. Significa luz radiante, alegria, bom humor. Alguns o consideram como estimulante dos centros nervosos. Espiritual, libertante e intelectual.

Serve õtimamente de "fundo" para exhibiões de artigos de côr violeta, ou vizinhas desta, inclusive o prêto.

É desagradável à vista, quando se apresenta em superfícies extensas, por ser uma côr que irradia muita luz. Têm que partir, em consequência, de pontos e não de superfícies.

O amarelo é uma das três côres primárias. Sua côr complementar é o violeta. Ambas misturadas em partes iguais dão origem ao cinza neutro, nem claro, nem escuro. Amarelo com vermelho forma "laranja". Com azul, a côr verde.

A côr amarela é sagrada na China. É também usada em pinturas sacras de muitas igrejas cristãs, simbolizando o ouro. As coberturas de altares de certos templos são pintadas em amarelo, para expressar a luz e glória divina.

Foi a côr da moda no fim do século passado, entre 1890 e 1900.

Embora muito delicado, quando puro, o amarelo perde esta feição ao se associar com o prêto e o branco. Mas na pintura representa o lado iluminado, além de convidar ao movimento.

Quando misturado com prêto adquire uma tonalidade escura, verdosa, bastante repulsiva. Torna-se então a côr de menor popularidade, constituindo-se como legítima representante do ciúme, doença, traição, indecência e desprêzo. Personificam-se também, neste tom, o crime e a perversidade. Misturado com branco, lembra o pavor e a covardia.

Em séculos passados, as casas de criminosos, traidores e ladrões foram pintadas de amarelo.

A bandeira amarela identifica campanhas contra doenças, fiscalização de higiene e navios em "quarentena". Alguns hospitais chegaram mesmo a adotá-la formalmente.

As expressões da língua inglesa "Yellowdog" (cachorro amarelo!) e da portuguesa "vaca amarela" bem demonstram os sentimentos populares em relação a esta cor. E é também conhecido o provérbio: "Se todos os gostos fôsem iguais, o que seria do amarelo?"

Amarelo claro é a cor dos forros em ambientes de raciocínio. Vindo de cima comunica luz e alegria. É pouco usado nas paredes, em estado cromático. Mais em tons acinzentados, ou sejam marfins. O emprêgo do amarelo, pela sua extraordinária clareza, é contraindicado em pisos, pela forte impressão de "avançar".

Amarelo nos ambientes eleva a capacidade de realização e não apresenta aspecto tão agresivo como o laranja ou vermelho. Em comedores, entretanto, deve ser evitado, pois a muitos causa enjôos. Em superfícies extensas, com a sua característica de "avançar", reduz "aparentemente" os espaços internos. Empregado nas paredes, estimula, mas é ao mesmo tempo, demasiadamente irritante.

Entretanto, por ser a cor mais leve, viva e luminosa, torna-se também uma das mais indicadas para habitações escuras.

O amarelo, pela sua proximidade ao verde, é, entre as cores quentes, a mais fria. Harmônicamente combinada, adquire belas feições.

ALARANJADO

O alaranjado representa, sob certos ângulos, a prosperidade, a fartura de FRUTOS, e o SOL. É uma cor de grande brilho, pela potência do amarelo e vermelho que lhe dão origem. Possui a luminosidade de um e a excitação de outro.

É o "dinamismo" em forma de cor. Relaciona-se, poderosamente, com o ardor e ENTUSIASMO, o que a torna muito popular.

O alaranjado provoca uma sensação de alegria. Uma certa euforia acompanhada de pensamentos agradáveis. É a cor que facilita a digestão.

A sua característica sensual se evidencia quando é misturado com o branco, dando origem a um tom "rosa-carne", voluptuoso e excitante. É por isto que laranja-claro é tão usado em artigos íntimos de mulheres. (O eterno emprêgo do rouge nas faces femininas).

Ao passo que o vermelho simboliza as paixões, o calor interno, o alaranjado por sua vez, **representa o calor externo, o sol, o ouro, a bonança e a riqueza. É uma cor que "avança"**. (Assim como o sol se "infiltra" e "avança" sobre a terra!) Diminui, portanto, aparentemente, os ambientes, quando usado em larga escala.

O laranja, produto da mistura do "dinamismo do amarelo irradiante do meio externo", e do "calor interno do vermelho", torna-se a cor DINÂMICA por excelência. Sua complementar é o azul.

Sob aspecto ambiental o laranja é usado em forros, com ótimos resultados. A luz que incide de cima, sem interferência de reflexos secundários. E também como a luz que atinge a mente. Em

tons intensos torna-se muito quente. É acolhedor nas tonalidades claras e matizes, pela idéia de "agasalhar-nos". Ainda ambientalmente, em sombras e tonalidades sujas, sugere a estabilidade.

Pela sua propriedade de ser facilmente distinguido, o laranja é fartamente empregado na sinalização de indústria, identificando peças perigosas da maquinaria.

Simbolizando o sol, funciona, a exemplo deste, como ótimo estimulante para os abatidos e enfermos.

Na decoração, entretanto, é usado mais como complemento e adorno.

Esta cor é destituída imediatamente de todos os seus aspectos positivos ao ser adicionada de preto. Passa representar então os desejos reprimidos e intolerância. Perde sua pureza emotiva.

VERMELHO

É a cor de croma mais forte, e, portanto, a de maior aparência e visibilidade. É também a onda luminosa que possui, fisicamente, a mais baixa frequência, menor número de vibrações por segundo, e, conseqüentemente, a de maior comprimento.

Cor chamativa de maior poder de atração que cansa com facilidade.

É a mais versátil das cores primárias. Agradável à vista, torna-se porém muito pomposa, quando aplicada em grandes áreas. Na natureza o vermelho se apresenta em menor quantidade que o amarelo. Entretanto, são as flores vermelhas as mais encantadoras.

Ao misturar-se vermelho com branco obtém-se uma interminável escala de belas tonalidades rosas. O rosa é delicado, ténue, distante. É feminino e adocicado. Tanto assim que é a cor das roupinhas de bebês do sexo frágil.

Vermelho é excitante e sexual, e por tal motivo a cor mais popular entre as mulheres. Indentifica a virilidade, perigo e coragem. É também a cor da união das massas.

O vermelho simboliza as paixões mais violentas do homem, que ao mesmo tempo se colocam nos extremos opostos dos sentimentos humanos: AMOR E ÓDIO. Por isto dizem que é a cor da alegria, da atividade, do calor, do fogo, do poder, das paixões, do movimento, da força. Mas é também a cor da raiva, de cólera, do pecado, da guerra, da crueldade e da destruição.

Torna-se mais poderoso, ainda, quando está perto do amarelo.

Vermelho é CALOR: e calor interior! É o símbolo do sangue. Cria sentimentos de triunfo e de temor. Mas também de veneração e contentamento. É a cor das afetividades com a mãe.

O vermelho deve aparecer na arquitetura de interiores em pequenas áreas, excluindo naturalmente ambientes em que haja interesse de um clima de excitações. É a cor que aumenta os objetos, faz com que avancem. Usado nas paredes, diminui, aparentemente, o

espaço de uma peça. Pela sua característica de movimento, o vermelho não beneficia a atividades mental. Mas é um estimulante.

Em grande parte, é a ASSOCIAÇÃO DE IDÉIAS que dá origem à interpretação emotiva e térmica das côres.

O vermelho aumenta a tensão muscular, ativa a respiração, estimula a pressão arterial. É a côr indicada para as pessoas introspectivas, retraídas.

A côr vermelha foi a primeira a receber nome na linguagem do homem primitivo. As pequenas construções da antiguidade e as obras relativamente volumosas eram pintadas desta côr, para complementarem, ainda dentro da concepção rudimentar de composição, o verde das plantas e a infinita variedade dos azuis celestes.

Nas batalhas romanas tremulavam bandeiras vermelhas e, hoje, esta côr é usada por terroristas e anarquistas, como "porta-voz" de sua violência.

A pedra do anel de advogado é vermelha; êste profissional defende causas geralmente tumultuosas. Na busca da justiça combate-se o roubo, o ódio e tôdas as formas de brutalidade. Advogar é defender e acusar. E, principalmente, o crime, onde há agressão, onde há sangue, onde há a "côr vermelha".

Vermelho é uma côr primária, isto é, côr que se encontra pura na natureza. Não pode ser obtida pela mistura de outras. Sua complementar é a verde, com a qual forma o cinza neutro, quando misturadas em partes òticamente iguais.

Para uma adaptação extrema do ôlho na escuridão, a luz mais aconselhável é a vermelha, que está obtendo ótimos resultados quando empregada em painéis de aviões, navios, submarinos e de automóveis. Segue-lhe a verde. Mesmo através da distância e neblina, vermelho, amarelo e laranja formam uma imagem clara e nítida sobre a retina. O que não acontece, em idêntica situação com o azul e violeta.

O vermelho, ao lado do laranja e amarelo, constitui o campo das côres quentes. Misturado com o amarelo, côr da luz, forma o laranja, símbolo do sol e dos frutos. Combinado com o violeta dá origem ao PÚRPURA, símbolo da realeza, dignidade, nobreza, domínio, justiça, pompa e riqueza. As reais túnicas dos imperadores romanos já eram desta côr. O "púrpura" reúne, psicològicamente, os atributos das côres que, por mistura física, lhe dão origem: coragem e virilidade do vermelho e a eminência e mistérios do violeta, acrescidos ainda da espiritualidade e nobreza características da côr azul.

Devido ao acentuado simbolismo da côr vermelha, no que se refere à afetividade com a mãe, motivado em parte pela influência da vida intra-uterina, os alimentos desta côr são os preferidos pelas crianças. Em geral adoram maçãs, tomates, caquis. Podem, às vêzes, não gostar do paladar, mas são tentadas a prová-los, mordê-los, sentir o seu gôsto. Entretanto recusam sistemàticamente alimentos verdes e, principalmente, se êstes forem verde escuros, como o espi-

nafre, por exemplo, que é a côr exatamente oposta à vermelha. É claro que há exceções. Mas já é pitoresca a encarniçada luta que as mães mantêm com seus filhos pequenos, para comerem um prato de verduras.

É fácil de se imaginar a influência das côres na execução de atividades e principalmente no desenrolamento e motivação de impulsos. Que tal o quadro de uma batalha, homens de uma nacionalidade avançando contra homens de outra nacionalidade, num clima de fúria, de destruição, se as grandes bandeiras que guiam a luta fôssem de côres azuis claras, verdes claras, ou brancas, em vez das vermelhas? Não haveria o fogo intenso da destruição, e possivelmente, até nem haveria batalhas!

Cabe também lembrar, neste ponto, que a capa vermelha do toureiro, empregada para enfurecer o touro, poderia ser de qualquer outra côr. O touro não tem capacidade de distinguir além do branco, prêto e cinza, segundo opinam os estudiosos. A capa não enfurece mais, pela condição de ser vermelha. É desta côr, para excitar violentamente, não ao animal, mas sim à massa humana que assiste ao espetáculo! Esta, por sua vez, com gritos agitados, é que enfurece mais o touro.

E com isto, creio, já é possível ter-se a idéia da interminável e variada influência das côres sôbre os sentimentos humanos.

VIOLETA

De um caráter melancólico, sugerindo resignações e aflições, apresenta entretanto traços de solenidade e de frescura confortantes. É na religião, um símbolo de penitência.

O violeta lembra a decadência do homem. Representa as leis místicas em forma de côr.

O violeta se relaciona com a saudade e velhice. Talvez também seja a côr de agonias. Côr de mistérios, feitiços, angústias, melancolias e tormentos. Recorda sofrimentos e tristezas.

Têm duas associações primárias: tristeza e eminência. As outras: misticismo, imposição, o incompreensível e a apreensão.

Nesta côr, o azul e o vermelho estão em permanente luta, pois o violeta absoluto é muito difícil de ser conseguido. É côr secundária. Resulta da mistura de uma côr de movimento, excitante (vermelha) e de outra estática e tranquilizadora, (azul). Sua côr complementar é o amarelo. O púrpura, vizinho do violeta, significa suntuosidade e realeza.

Em tonalidades claras, violeta expressa delicadeza.

O violeta é frio e negativo. É de uma solenidade muito mais profunda que a do azul.

No fôrro é pesado, oprime. Nas paredes acoberta o consciente e alerta o subconsciente. Não é usado no assoalho. Pois não nos sentimos bem pisar em "alguma coisa triste" ou numa "eminência".

Há pessoas que sentem tamanha intolerância ao violeta que esta, às vezes, se estende até às suas côres vizinhas, azul-violeta ou vermelho-violeta. Estas côres, de pouca luz, e pelos seus aspectos eminentes e misteriosos, prendem-se, poderosamente a acontecimentos desagradáveis, ocorridos ainda na infância. Morte de um parente querido, ou uma série interminável de fantasias de pecados, que esperavam punições, principalmente pela desobediência de qualquer preceito religioso. E o violeta simboliza tão bem estas angustiosas tormentas da alma, principalmente da infantil...

O violeta, ao contrário do amarelo, com quem se complementa, é a mais escura das côres (excluído, naturalmente, o preto). No espectro radiante, situa-se no extremo oposto do vermelho. É a cor que possui a mais alta frequência e onda de menor comprimento. É também a mais silenciosa das côres...

AZUL

Azul e verde são consideradas côres essencialmente atmosféricas.

Expandem-se e se distanciam.

Na Igreja azul é esperança e sinceridade.

É a cor do céu, da água, e faz lembrar a serenidade e o infinito. Azul também expressa solidão e tristeza em certos países ("feeling blue"). No Brasil, entretanto, designa felicidade. É popularíssima a expressão "Tudo Azul".

O azul é uma cor fria por natureza. Assim como o amarelo está mais próximo da luz o azul está mais perto da sombra. Mas, em tonalidade claras, é bastante agradável à vista. E, a exemplo do verde, também pode ser usado em grandes superfícies, sem se tornar cansativo. É uma cor que se associa intimamente à perspectiva de espaço e de tempo.

O verde é um repousante físico.

O azul é um TRANQUILIZANTE.

O azulado da atmosfera e a cor branca da neve estão ligadas em nossa mente com as reações de frio. É por isso que encontram, termicamente, em nosso subconsciente, efeitos emocionais paralelos.

"O azul é a luz que recolhe". Assim como o vermelho, laranja e o amarelo avançam, o azul, o verde e o violeta fogem.

Mas o azul é também a cor da pureza. De tudo que é simples, fresco, calmo e tranquilo. Os quartos azuis dão impressão de serem grandes, vazios e frios. Embora sendo a cor mais fria, é, entretanto, a que apresenta maior brilho, entre as suas irmãs de temperatura.

Como exceção à regra, em estado cromático, usada nos forros, em vez de distanciá-los, aproxima-os, aparentemente, pela sua característica de "peso e densidade". Empregado no forro, em tonalidades claras, torna-o, aparentemente, mais alto, e ao mesmo tem-

po leve, amigável e celeste. Estabelece-se esta impressão de "azul fugitivo", por ser o "envoltório gasoso" do nosso planeta azulado. "Lá longe, no azul do céu, onde tudo é tranquilo"...

A associação primária ao azul é o gelo. As outras são o ar, água, calma e cristal. É a cor típica da quietude. Cria a impressão de espaço, serenidade e paz.

Azul reduz a pressão sanguínea.

É uma cor primária. Complementa-se com o laranja.

Em tons claros lembra a amplitude celeste, feminilidade.

O azul, além de simbolizar "conservadorismo" é também a cor da inteligência, das vocações intelectuais, da frieza de raciocínio. Eis porque, a pedra do engenheiro, além de outros possíveis atributos, é azul. As salas de estudo de Engenharia, Matemática, devem ser pintadas em tonalidade azuis, características de nobreza e espiritualidade.

Azul é a cor da verdade, da sabedoria e, segundo querem mesmo alguns da imortalidade. Situações e ambientes de confiança, recolhimento e segurança estão ligadas a esta cor.

O azul "marinho" apresenta-se como algo místico, talvez como as profundezas impenetráveis do mar. Em tonalidade intensas, é deprimente.

Os tecidos em cor azul são muito populares na indústria por complementarem a cor da pele (tonalidade de laranja).

Usado em ambientes, deve se equilibrar harmônicamente com outras cores para não dar origem a um clima de tristeza e monotonia. Azulado nos pisos cria impressão de instabilidade.

O azul lembra o céu e o mar. Em tonalidades claras, é a cor clássica da "TRANQUILIDADE".

VERDE

Cor dos prados úmidos, verde é fresco, tranquilo e confortante. Liberta o espírito e harmoniza com céus, terra e flores.

O verde representa, na época atual, um efeito benéfico de grande valor dentro da arquitetura de interiores. A relva macia e serena dos campos, as árvores gigantescas que o vento sacode, constituem uma espécie de proteção contra o castigo do sol.

Em nosso espírito, em nossa alma o verde funciona de uma maneira similar. Uma forma de lenitivo para uma tristeza que preenche o ambiente.

Verde equilibra as emoções.

É também a cor que menos fatiga a vista. Por tal motivo as mesas de jogo, de bilhar, de casinos, são revestidas com panos verdes. **O verde situa-se entre o calor e movimento do amarelo e por isto nos sugere, tão poderosamente, o REPOUSO.**

O verde das paisagens dos campos, da natureza, o verde que significa a poesia... O verde que falta para o complemento da nos-

sa luta cotidiana com tôda sua gama de riqueza e fragrância, de pureza, de harmonia, de paz é uma das côres preferidas para o repouso de nosso espírito.

É também o traço de união entre o homem e a natureza.

Observa-se hoje como o verde, ainda mais que em outras épocas, representa uma questão de harmonia e de ajuste natural. As enormes massas gigantescas de concreto armado que constituem as metrópoles modernas, separam violentamente o homem da natureza. E quando se trazem as árvores, as vegetações para dentro dos apartamentos que funcionam como pombais, é como se se fizesse uma espécie de trégua na luta contra a natureza.

Esquecem-se, em parte, os blocos de edifícios que não deixam mais penetrar sol por suas janelas, que esfriam as relações do homem com a natureza, com a luz solar.

Procura-se no verde uma harmonia perdida. É a côr da esperança.

Na religião simboliza a Fé, Contemplação e Imortalidade. Em relação às outras côres é mais passiva do que ativa, razão de seu clima de repouso.

Os "verde-azuis" são côres muito utilizadas em fábricas, estabelecimentos comerciais, ambientes públicos, por suas qualidades sedantes e luminosas. E também por serem côres que complementam o "rosa-laranja" da pele humana. Esta adquire sob um fundo "azul-verde" a beleza que nenhuma outra côr lhe pode dar.

O verde é a côr repousante por excelência. Convida à meditação. Traz pensamentos amenos. Resulta da combinação do amarelo e do azul. É uma côr binária. O verde é, possivelmente, a côr mais usada na arquitetura de interiores. Sugere frescura e tranquiliza o espírito. Harmoniza com céus e flôres, enfim com a própria natureza.

O verde, côr repousante, mesmo aplicada em grandes superfícies, não causa fadiga.

A capa, o envoltório terrestre, os vegetais, são verdes.

Associamos, primariamente, a côr verde com a NATUREZA.

Secundariamente, com a esperança.

O verde usado no assoalho tem o efeito do transporte da relva para dentro do ambiente.

É a côr que aumenta "aparentemente" as dimensões internas de uma peça.

O verde-amarelo (verde dosado com amarelo), isto é, verde iluminado (repousa mais luz) alivia as inibições. Têm ótimos resultados em psiquiatria e consultórios médicos.

Verde é a côr empregada, por excelência, na Indústria. Combate a fadiga visual, e, conseqüentemente, o cansaço físico.

É a côr característica da medicina (e também da pedra do anel de médico), pois verdes são as plantas, de onde se extraem remédios. Verde é natureza. Qual a função do médico, se não a de tornar mais fácil o trabalho da natureza?

O verde é unidade, frescura, primavera enfim. E conseqüentemente saúde, juventude e equilíbrio.

PRÊTO, BRANCO E CINZA

Se para alguns o prêto, o branco e o cinza não constituem propriamente côres, na arquitetura de interiores apresentam-se, entretanto, como elementos de grandes importância (embora acromáticas).

Assim como o branco é "a presença" de tôdas as côres, o prêto significa a "ausência" de qualquer côr.

Mas as côres utilizadas nas decorações necessitam tanto do branco como do prêto para, junto com o cinza, impregnarem as "acentuações" necessárias de luz e sombra.

O cinza é usado na habitação como valor intermediário, ou como contraste para as côres intensas. Se empregarmos cinza em demasia, sombrearemos o ambiente. Usado, moderadamente, seus resultados são excelentes. É o meio têrmo entre o prêto e o branco, entre duas côres complementares, assim como é também o meio têrmo entre tôdas as côres.

O cinza neutro participa dos caracteres do branco e prêto, que lhe dão origem, assim como de tôdas as côres que complementam. Geralmente costuma simbolizar a tranquilidade e o sossêgo, assim como a sobriedade, moderação, prudência, modéstia, sensatez, resignação e humildade que acompanham a idade avançada. É o grande harmonizador de todos os tipos de composições de côres. Chega a adquirir uma expressão de alegria e distinção, quando os demais elementos do ambiente possuem intensidade e acentos vivos.

Leves toques de negro pela casa, em pedestais, etc., dão um certo aspecto agradável na decoração, mas quando usado em abundância torna-se vulgar. Cria um clima triste até em locais formalmente luxuosos, quando em demasia. Desculpável em certos ambientes públicos.

Prêto, psicológicamente, relaciona-se com azar, maldição e perversidade. Nas civilizações ocidentais tem significado de aflições, morte, tristeza e solidão.

Ambientalmente, o prêto modifica o efeito das côres, realçando seus tons. Intensifica os valores altos e reduz a intensidade dos baixos.

O prêto é depressivo, solene, profundo e dominante. O mêdo principia na infância e às vêzes estende-se pela adolescência.

O negro é a côr que reflete menos luz. Como já sabemos, a luz absorvida é, ordinariamente, transformada em calor. É por êste motivo que as roupas pretas são muito mais quentes que as brancas. Tal fenômeno se repete na indumentária escura, em relação à clara. Ótima para o inverno, porém intolerável no verão.

O prêto quando misturado em qualquer côr, agrava as influências negativas. É a "negação", o próprio "não".

O branco por sua vez traz claridade e alegria quando usado como acessório. Mas, aumentando em quantidade, torna-se frio e perde todo interêsse. Uma habitação completamente branca pode ter certo encanto para alguns, mas para outros, torna-se terrivelmente fria e impessoal. E, além disso, o branco só será verdadeiramente branco quando receber uma luz intensa.

Mas, além de luminoso e delicado, psicológicamente, o branco representa paz, castidade, inocência, pureza e a verdade. Para muitos é ainda a côr da honestidade e integridade.

Sua influência, quando misturado em qualquer côr, sempre é positiva. Significa, essencialmente, o "sim", a afirmação.

As roupas brancas são ideais para o verão, pois refletindo quase toda luz, mantêm-se frescas e agradáveis.

Um corpo branco, teòricamente, reflete a tonalidade dos raios luminosos que incidem sôbre êle. É por isto que os objetos brancos parecem maiores. Os quadrados brancos de um tabuleiro de xadrez parecem maiores que os pretos. As letras brancas sôbre fundo prêto destacam-se de uma forma melhor que as pretas sôbre o fundo branco.

O branco realça sempre as côres próximas tornando-as mais atrativas. Harmoniza com quase tôdas as côres e, principalmente, com as frias, as quais destaca.

Fisicamente, a soma de tôdas as luzes coloridas, num sistema de combinação que se equilibre de tal forma que nenhuma delas predomine, constituirá a luz branca.

O prêto, quando misturado em qualquer côr, agrava as influências negativas. É a negação, o próprio "não".

CONCLUSÕES

Voltemos a examinar, rapidamente, o "campo das côres quentes", pois, através dêste, imediatamente estabeleceremos as relações com as côres frias.

O **amarelo** é a mais leve das côres e a que contém mais luz. Simboliza o ouro, a arrogância. Pois bem. A côr que lhe é complementar, isto é, a que lhe está diametralmente oposta, é o violeta, a mais pesada, de menor luz no espectro e que representa os mistérios, tristezas e apreensões.

É interessante observar as oposições físicas e psicológicas.

Amarelo e violeta se equilibram, quando misturados em partes óticamente iguais, formando o cinza neutro.

O **alaranjado** que lembra o calor "do sol que avança", côr dinâmica, encontra equilíbrio na sua complementar, isto é, no "azul-luz que recolhe", luz fria, **estática**, quieta, resultando da mistura de ambas, em partes iguais, o cinza.

O **vermelho**: "Côr excitante, de calor interno", de movimento, ativa, equilibra-se quando misturado em quantidades óticas iguais

com a côr passiva, "repousante por excelência" que é o verde, dando origem também ao cinza neutro.

E o branco e prêto nem necessitam de comentários. Branco, símbolo de inocência e pureza, misturado com prêto, de imediato forma o cinza.

O que é então o cinza neutro? Representa, nesta série de considerações, o meio têrmo entre tôdas as côres, isto é, o "equilíbrio". O equilíbrio que todos nós buscamos, consciente ou inconscientemente, e que é o eterno segrêdo da harmonia universal. Equilíbrio que os sábios revelam através de leis na física, na química, em tôdas as ciências. E que o verdadeiro artista transmite na obra da arte.

O equilíbrio, que nós poderemos introduzir ambientalmente, através de uma linguagem prática das côres.

Esta é, em síntese, a linguagem das côres. A sua aplicação em todos os ramos da atividade humana, está ligada a um profundo conhecimento psico-estético. A côr ambiental, não se resume somente em obedecer às leis fundamentais da estética. Há o sentido psicológico, segundo a função de espaços projetados. Pois as côres também fazem parte do nosso vocabulário de sentimentos.

ATÉ A MEMÓRIA É COLORIDA!

Quando acordamos de manhã e abrimos os olhos, a primeira coisa que vemos são côres. Nosso dormitório, em última instância, não constitui nada mais do que uma composição de côr. Côres nas paredes, nas cortinas, no teto, nos tapetes, nos móveis, côres de livros, côres de ornamentos.

Tudo parece formar um modelo de côres. E se abrirmos as janelas veremos o céu e as árvores, que também relacionamos de acôrdo com as côres.

É impossível considerar-se o mundo à parte da côr. Pois côr e linha constituem a forma e ambos estão intimamente relacionados.

Não podemos desassociar a côr de um lugar, de uma paisagem ou mesmo, de um fato. Se fizermos um exame minucioso, chegaremos à conclusão que até a "**memória é colorida**". Se falamos em céu, logo associamos a côr azul. Naturalmente, é quase impossível pensar em campos, parques e florestas sem pensar no verde. As sensações da côr acompanham, dentro de uma determinada escala, todos os nossos pensamentos.

Enquanto falamos, desenrola-se em nossa mente, uma cadeia maravilhosa de sinais e imagens coloridas que esquematizam e facilitam a formação das palavras e frases.

É bem possível que a linguagem seja a mais difícil de nossas expressões.

Até as letras do alfabeto são normalmente associadas com côres. Geralmente adotadas na infância, no período de alfabetização, continuam a simbolizar circunstâncias emotivas daquela época.

BIBLIOGRAFIA

A.H.J. GREENIDGE and A.M. CLAY — SOURCES FOR ROMAN HISTORY — Clarendon Press — Oxford — 1960 — 318 págs.

Temos, em segunda edição revista por E.W. Gray, êsse útil volume das “Fontes para a História Romana” relativa ao período de 133-70 a.C. Os dois organizadores do volume, no prefácio, explicam o motivo de seu trabalho: “Since no period of Roman History can be adequately studied under the guidance of any isolated historian of the ancient world a collection of the scattered sources of information for any of its epochs must have a certain value”. Mas, além dêsse aspecto de ordem, no caso particular visado pelos organizadores, a falta de livros referentes a êsses 63 anos tão importantes da História Romana, a ausência de um guia especial, adequado à essa época, é de tal modo sentida por professôres e alunos, que dispensa maiores justificativas para a composição dêste volume. Os autores advertem que não pretendiam esgotar os assuntos e as fontes dêsse relativamente curto período como fêz p. e., Hil nas suas SOURCES FOR GREEK HISTORY, de que plano, aliás, se afastou um tanto; porém a tarefa provavelmente teria sido tão árdua quanto a daquêle erudito. O método cronológico, embora não destituído de dificuldades, seria praticável; o que, aliás, não demonstra, por si mesmo, sua excelência. O arranjo das fontes pela ordem dos assuntos, antes do que pela ordem cronológica, poderia parecer a muitos o preferível, e teria, sem dúvida, a vantagem de admitir maior seqüência na citação de certas autoridades. Porém pareceu-lhes que a ordem cronológica era o meio mais efetivo de apresentar a combinação de fôrças que trace a história do período fazendo a história de cada um de seus anos, e êste método apresentava saindo a vantagem de evitar frequentes referências inter-relacionadas. Êsse sistema cronológico se combina com a importância dos acontecimentos cuja documentação é apresentada.

Dentro dêsse critério, vemos aparecerem aí numerosos assuntos de importância dêsse último século da República Romana, cujos títulos mostram seu interêsse: “Legislação agrária dos Gracos”, “Cipião Nasica”, “Guerra na Ásia”, “Capitão Emiliano”, “Lei das províncias consulares”, “Leis que estabeleceram as colônias” “Sacrifício no Forum Boarium”, “Jugurta”, “Ação de Mário”, “A Liga Itálica”, etc. Há dezenas de título igualmente interessante, todos documentados com os escritores gregos e latinos, perfeitamente selecionados, o que facilita o trabalho do estudioso na coleta de material para trabalhar.

,Ao fim do volume, aparecem alguns índices que auxiliam no manejo do livro: um índice de fontes latinas e gregas um índice de nomes de pessoas e um índice de nomes geográficos; e, finalmente, um índice de assuntos.

E.F.P.

Esse pequeno volume de Jacqueline de Romilly (professeur a la Sorbonne) foi publicado com o concurso do “Centre National de la Recherche Scientifique”, na “Collection d'Etudes Anciennes” da “Association Guillaume Budet”; e merecia que o fizessem. Trata-se, realmente, de interessante ensaio sôbre o sentido da tragédia grega. Em rápido prefácio, a autora confessa que hesitou a respeito do título que mais conviria a seu trabalho, pois vários vocábulos se apresentam em francês, para exprimir “l'idée de frayeur”. Os termos variam de acôrdo com a “a intensidade”, êsses termos, acrescenta, vão “depuis l'inquiétude jusq'a l'épouvante”; podendo ser interessante opor uns aos outros conforme as circunstâncias. Porém, seria talvez um pouco vão pretender, a cada passo, empregar o termo exato, ou mais justo. E, tanto em francês como em grego, nota-se, a tal respeito, certo “flottement”. Especialmente em relação a Esquilo, observa a autora que “la crainte esquiléenne est toujours plus ou moins de la terreur et va même à l'occasion jusq'a la plus folle terreur”. Quanto a essa observação particular, entretanto, a autora esclarece dois pontos ou questões:

“La première est que cette crainte n'est jamais d'ordre purement théorique ou intellectuelle, et le mot ne saurait jamais être pris ici au sens d'appréhension raisonnable: il comport un certain retentissement affectif et même émotif, dont l'importance peut devenir considérable, et dont nous espérons que le rôle apparaîtra au cours de cette étude”.

Quanto à segunda questão, por mais intenso que seja esse “retentissement” jamais chegará a substituir “la frayeur par l'horreur”; em outras palavras, vem acompanhado sempre de uma apreensão relativa ao futuro para si ou para um ser caro. “Cette crainte plus ou moins intense, plus ou moins bouleversante, est toujours à la fois *horror* et *timor*”. Em relação ao espectador, enfim, talvez fôsse legítimo opor essas duas significações; no teatro de Esquilo, entretanto, “elles sont toujours entremêllées”.

Em seguida, numa “introdução”, a autora fala sôbre “le regne de la crainte et de l'angoisse”. E diz que, no mundo trágico de Esquilo, “la crainte est le sentiment humain dont la présence est la plus sensible”. Nesse ponto, a autora se apóia (e muito bem) nas palavras de Snell. E de certo modo podemos aceitar as palavras de autora, segundo as quais, de modo geral, o teatro de Esquilo “ne résonne que l'appel passionné de l'angoisse”; o que coloca o teatro de Esquilo numa situação especial. Salvo em CHOEFORAS e EUMENIDES, “tous les chœurs d'Eschyle sont formés de gens épouvantés”.

Com igual critério a autora estuda PERSAS, OS SETE CONTRA TEBAS, etc. E apresenta uma série de considerações sôbre a natureza e os efeitos dessa “crainte”, para depois entrar no exame de vários e interessantíssimos problemas subordinados a dois títulos gerais: “La description de la crainte” e “la signification de la crainte”. A simples

enumeração desses problemas já nos dá uma idéia do sentido e da importância do trabalho de Jacqueline de Romilly:

“Le battement du coeur”

“Le frisson et les phénomènes apparentés”

“Le bouleversement en général”

“La crainte matérialisée”

“La crainte vivante”

“La crainte prophétique”

“La justification morale”

“La crainte, effet de la colère divine”.

E termina com uma conclusão geral: “L'utilité de la crainte”.

Em suas 114 páginas de texto esse pequenino volume traz preciosos elementos informativos e boas sugestões para maiores desenvolvimento. Seria, por isso, de utilidade para alunos de nossas Faculdades de Filosofia, que tanto necessitam de material de orientação.

Três índices facilitam o manuseio do volume.

E.F.P.

TESTES ABC

M.B. Lourenço Filho, professor emérito da Universidade do Brasil, membro da Academia Paulista de Letras, Membro do Conselho Federal de Educação, estudioso diuturno dos problemas da psicologia da infância e da adolescência pública nas Edições Melhoramentos a 6.^a Edição da sua monumental — *Testes ABC para a verificação da maturidade necessário à aprendizagem*.

Os testes ABC de Lourenço Filho são o fruto de larga experiência no ambiente brasileiro e sobretudo na Escola Primária. É um trabalho sereno, profundo e altamente científico, que mereceu os elogios do Prof. Lewis M. Terman da Stanford University, do Prof. Rudolf Pintner da Columbia University e de outras sumidades psicológicas internacionais.

O livro constitui uma orientação precisa para todos os professôres interessados em levar adiante o nosso ensino primário.

DA INTELIGÊNCIA À PALAVRA — Alceu Amoroso Lima

Os estudos de que se compõe este ensaio têm de comum representar: “uma meditação sobre essa marcha do nosso espírito do silêncio interior à sua comunicação verbal”.

A expressão verbal passa sempre por três momentos principais — o da elaboração interior, que podemos chamar de *momento pré-verbal*; o da expressão concretizada, que é o *momento verbal*, e, finalmente, o da repercussão que vai ter no leitor ou no auditor, que representa o *momento pós-verbal*.

Têm os três uma raiz e um tronco comuns, pois representam o esforço de passar o nosso pensamento da fase puramente interior para a fase totalmente exterior. Mas, ao mesmo tempo, apresentam características próprias que as diferenciam profundamente entre si. O momento pré-verbal representa a nebulosa do nosso pensamento ainda instinto. Antes da palavra formada, mesmo que seja a palavra interior, estamos ainda em estado de transição entre o puro instinto e o discernimento racional.

É nessa fase que se processa pròpriamente a *inspiração*, que é sempre passagem do vago ao definido.

A segunda fase: a da luta pela palavra exata. Nela o instinto se racionaliza e encontra, ou não sua expressão verbal. Há sempre uma margem de aproximação entre a palavra e o que ela representa e é sôbre essa margem que a semântica moderna joga para chegar, por vêzes, a um cepticismo verbal, tão inadmissível como a ilusão oposta, de que tôda palavra representa perfeitamente o que pretende significar. Assim como a inteligência transborda do conceito, a intenção transborda da expressão.

Quanto ao terceiro momento verbal, é o impacto que a palavra vai ter na inteligência e na sensibilidade de que a recebe e que por sua vez altera, radicalmente, o sentido que o autor lhe quis dar.

A análise dessas vicissitudes da expressão verbal é que o autor pretende fazer neste ensaio.

A MISSÃO DE SÃO PAULO — Alceu Amoroso Lima

Neste ensaio o autor procura analisar o papel civilizador que cabe à região paulista, nesse arquipélago cultural brasileiro, de que falou João Ribeiro.

“O Brasil, como tôda nacionalidade forte e de futuro, é uma unidade na variedade”. Em seu livro “VOZ DE MINAS”, propôs-se o autor colar o ouvido às vozes das diferentes regiões culturais brasileiras para com elas chegar a uma espécie de sinfonia social do Brasil... Como sempre, ficou o plano em projeto. Êste ensaio, entretanto, representa um esboço do que seria uma *Voz de São Paulo* nesse conjunto sinfônico, com caráter proporcional e não unilateral.

“Não quero fazer, nas páginas que se seguem, a apologia de São Paulo, longe disso. Desejo apenas estudar, com o máximo de objetividade... o fenômeno paulista em seu significado profundo”, tanto no sentido negativo, como no sentido positivo. Não se trata de apologia, e sim de observação. Mas como os aspectos positivos excedem de muito os aspectos negativos, êste ensaio conclui necessariamente por mostrar que — “a civilização *paulista* dentro do humanismo brasileiro não é uma força materialista ou plutocrática, como por vêzes se diz, por uma visão unilateral da realidade, mas ao contrário apresenta aspectos culturais e espirituais concomitantes e até decisivos que representam

a marca específica de sua atuação profunda e de sua concordância substancial com o primado dos valores intelectuais e espirituais no conjunto da civilização brasileira”.

É essa a tese do ensaio.

A LIBERDADE NA EDUCAÇÃO

André Berge

Trad. Helena Ramos da Silva

Col. “Família” — Vol. 11

Edição — 1962

O Dr. André Berge é atualmente na França uma das autoridades em matéria de Psicologia e Educação. Fêz estudos de Filosofia antes de se dedicar à Medicina. Licenciado em Letras, seguiu primeiro uma vocação literária que o levou a escrever romances onde já se delineava o interesse pela psicologia da infância e da adolescência que se tornou depois o objeto principal de seus trabalhos. Foi colaborador desde o início da “École des Parents e des Educateurs” e dirige hoje a parte médica do “Centro Psicopedagógico Claude Bernard”. Escreveu várias obras sobre educação, dirigindo-se em primeiro lugar aos pais e não aos educadores especializados. Muitas de suas obras foram traduzidas em línguas estrangeiras. Na AGIR, nesta mesma coleção “Família”, já saíram 4 obras de André Berge: COMO EDUCAR PAIS E FILHOS?, A EDUCAÇÃO SEXUAL E AFETIVA, OS DEFEITOS DA CRIANÇA, O COLEGIAL-PROBLEMA.

Pela sua importância e atualidade, o presente volume, A LIBERDADE NA EDUCAÇÃO terá certamente a mesma excepcional acolhida dos anteriores.

Os trechos citados a seguir são extraídos do prefácio, escrito pelo grande Maurice Debesse: “...Como o autor mostra claramente no seu prólogo, os primeiros capítulos reúnem os dados psicológicos do problema, e os últimos tiram as conseqüências educativas... As preocupações pedagógicas são muito claras na primeira parte da obra, enquanto na segunda as observações psicológicas vêm incessantemente esclarecer os conselhos do educador. É que ninguém mais do que o Dr. André Berge está convencido da necessidade da associação estreita entre a psicologia da criança e a pedagogia, não fôss êle o diretor do Centro Psicopedagógico da Academia de Paris... Neste pequeno volume, as qualidades do escritor são postas a serviço de uma rica experiência humana. Adivinhamos os milhares de casos de crianças que André Berge examinou e tratou, por meio dos exemplos que nos dá durante sua análise, não como ilustrações sobrepostas a uma demonstração, mas como parte integrante do seu pensamento. Não é menor a sua experiência com os pais. Êle é verdadeiramente o psicólogo

da família. Tem, para evocar as mais inesperadas situações familiares, fineza de tato e felicidade de expressão incomparáveis”.

Livraria AGIR Editôra

Rua Bráulio Gomes, 125 — Caixa Postal, 6040 — São Paulo, S.P.

Rua México, 98-B — Caixa Postal, 3291 — Rio de Janeiro, GB

Av. Afonso Pena, 919 — Caixa Postal, 733 — Belo Horizonte, M.G.

ÍNDICE GERAL DO TOMO N.º VII

Religião

- PABLO DEZZA — Universidades Católicas y apostolado contemporaneo 231
AUGUSTIN MARTÍNEZ — La Enseñanza de la Religión en las Universidades católicas de America Latina 291
AGOSTINHO BEA — O Concílio e a Unidade dos Cristãos 331

Filosofia

- OCTAVIO N. DERISI — Para una vigencia actual del Tomismo 171
OCTAVIO N. DERISI — Reflexiones en torno a la filosofía actual 303

Psicologia

- JOSÉ HUGO SIMON — A Weltanschauung de Jung 1
LUCIA G. CASTILLO — Psicologia Social para Orientadores educacionais 63
ALBERTO CORRÊA — Desenho Analítico 286
GÉZA KÖVECSES — O descobrimento progressivo da consciência moral 248
SIMÃO GOLDMAN — Linguagem das côres 412
PAULINO ANTUNES DOS SANTOS — A Personalidade Ideal — Problemas Psicológicos dos tipos líderes 390

Psicanálise

- MALOMAR LUND EDELWEISS — Psicanálise da Asma 128
IGOR CARUSO — A situação psicanalítica, modelo micro-social 211

Sociologia

- NOTBURGO R. RECKIEGEL — O líder diante do seu ambiente 367
DOM JOHN J. WRIGHT — La moralidad social cristiana y el intelectual cristiano 352

PIETRO PAVAN — La Universidad, fuerza progresiva de la transformación social	344
RAUL MANGLAPUS — La Universidad y las instituciones sociales	396
FIDEL TUBINO — La formación social en la Universidad Católica	178

Pedagogia

JOEL MARTINS — Tentativa de experimento para introdução da promoção automática na rede do ensino primário do Estado de S. Paulo	190
MARTHA SILVA CARVALHO — Educação é prevenção	275
JOEL MARTINS — O que podem e o que têm feito o rádio, o cinema e a TV pela educação	313
MARTHA SILVA CARVALHO — Escola e Delinqüência	405

Didática

AÍDA COSTA — O Ensino do Latim em nosso curso ginasial ..	20
Metodologia da leitura no Curso ginasial	30
O ensino da ortografia	39
O ensino da composição	44
IRMÃO ALCIDES e outros — O ensino da estrutura atômica na escola secundária de P. Alegre	308

Direito

AMADEU DE O. FREITAS — Tentativa de Organização Internacional	238
---	-----

Geografia

IRMÃO JUVÊNCIO — A vegetação da faixa costeira Sul-riograndense	74
---	----

Serviço Social

LUCIA G. CASTILLO — Missão da Escola de Serviço Social ..	187
---	-----

ODILA C. FERREIRA — Resumo das origens do Serviço Social no Brasil	297
---	-----

História

LUIS A. CIBILS — Centenário de uma entronização da imagem de N. S. da Conceição	55
--	----

Economia

ANTONIO SAINT PASTOUS DE FREITAS — Aliança para o Pro- gresso	119
--	-----

Odontologia

J. VERÍSSIMO — Ortodontia e seu histórico	182
---	-----

Literatura

FRANCISCO SAN JOSÉ GARCIA — Pindaro visto a través de su obra	87
VIRGINIUS DA GAMA E MELO — O romance nordestino de 1928 a 1961	375



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO SUL
Pôrto Alegre**

ENTIDADE MANTENEDORA

União Sul Brasileira de Educação e Ensino (U.S.B.E.E.)
Irmãos Maristas

ADMINISTRAÇÃO GERAL

Chanceler

Dom Alfredo Vicente Scherer, Arcebispo de Pôrto Alegre

Secretário Geral

Irmão Elvo Clemente

Reitor

Prof. Irmão José Otão

Vice-Reitor

Prof. Manoel Coelho Parreira

Conselho Universitário

Prof. Irmão José Otão

Prof. Balthazar G. Barbosa

Prof. Manoel C. Parreira

Pro.^a Lúcia G. Castillo

Côn. Otto Skrzypczak

Prof. Daniel Juckowski

Prof. Antônio César Alves

Prof. Alvaro Leão C. da Silva

Prof. Irmão Faustino João

Prof. Jorge G. Felizardo

Prof. Francisco S. Juruena

Acad. Luiz Adão R. Gonzaga

Conselho Superior

Prof. Irmão José Otão — Reitor

Côn. Otto Skrzypczak — Representante do Chanceler.

Prof. Irmão Faustino João — Representante da U.S.B.E.E.

Prof. Irmão Leôncio José — Representante da U.S.B.E.E.

Prof. Irmão Moacyr Caetano Empinotti — Repr. da U.S.B.E.E.

DIRETORES DAS UNIDADES UNIVERSITÁRIAS EM 1961

1 — *Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas* — Prof. Dr. Antonio Cesar Alves.

2 — *Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, Pedagogia e Jornalismo* — Prof. Dr. Irmão Faustino João.

3 — *Escola de Serviço Social* — Prof.^a Dra. Lúcia Gavello Castillo.

4 — *Faculdade de Direito* — Prof. Desembargador Balthazar Gama Barbosa.

5 — *Faculdade de Odontologia* — Prof. Dr. Daniel Juckowski.

6 — *Escola de Engenharia* — Prof. Alvaro Leão C. da Silva

7 — *Instituto de Psicologia* — Prof. Irmão Hugo Danilo.

8 — *Instituto de Sociologia*: Prof. Ir. Luís Zanchettin

9 — *Centro de Estudos Econômicos e Financeiros* — Prof. Guilherme Moojen

10 — *Instituto de Cultura Hispânica* — Prof. Francisco Juruena

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO SUL
Pôrto Alegre**

Equiparada pelo Decreto n.º 25.794 de 9 de novembro de 1948

FUNDADA E MANTIDA PELOS IRMÃOS MARISTAS

A Pontifícia Universidade Católica do R.G.S. compreende:

I — INSTITUTOS UNIVERSITARIOS

- 1 — Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas —
— Fundada em 1931
- 2 — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras —
Fundada em 1940
- 3 — Escola de Serviço Social — Fundada em 1945
- 4 — Faculdade de Direito — Fundada em 1946
- 5 — Faculdade de Odontologia — Fundada em 1953
- 6 — Escola de Engenharia — Fundada em 1959

II — INSTITUTOS COMPLEMENTARES

- 1 — Instituto de Psicologia — Fundado em 1953
- 2 — Centro de Pesquisas Econômicas — Fundado
em 1954
- 3 — Curso de Orientação Educacional — Fundado em
1958
- 4 — Instituto de Sociologia — Fundado em 1.º de maio
de 1959.
- 5 — Instituto de Cultura Hispânica — incorporado em
1960.

17416YA
LE
10-30-03 32180

36
XL
ICB
BIBLIOTECA
UNIVERSITARIA

For use in Library only

For use in Library only

